

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1885 • 1 de Junho de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1068 • Director: Carlos Brito



# O VOTO PARA DAR FORÇA À LUTA



Págs. 4 a 7 e Centrais



## Ciência e Tecnologia Seminário do PCP

Pág. 19

## A «revolução» constitucional de Guterres

• Artigo de Agostinho Lopes Pág. 18

## SOLISNOR

## Plano Mello para despedir

Págs. 20 e 21

## Maria Lamas A homenagem



Pág. 12

## Festival Liberdade

Pág. 25





CDU arranca campanha eleitoral com um grande comício no Porto

## RESUMO

25

Quarta-feira

O PSD afirma que boicotará inquérito ao SIS ■ Luís Sá afirma que há quem aproveite as campanhas eleitorais "para esconder" o que fez durante o seu mandato ■ Estudantes de várias escolas de Lisboa cumprem boicote às provas globais ■ Rumores de um "golpe de Estado" agitam a bolsa e o escudo ■ O Benfica garante o título a duas jornadas do final do campeonato ao vencer o Gil Vicente (3-0) ■ Mirko Tremaglia, antigo combatente fascista, é eleito para a presidência da Comissão dos Negócios Estrangeiros da Câmara de Deputados de Itália.

26

Quinta-feira

O PCP realiza em Lisboa um seminário centrado na análise das actividades de investigação científica em Portugal ■ Manuel Monteiro afirma nos Açores que uma Europa federal prejudicará as autonomias ■ Mário Soares avista-se com o novo primeiro-ministro italiano, Silvio Berlusconi ■ Concentrados todo o dia em frente da Escola, alunos da António Arroio protestam contra a realização de provas ■ O PCP considera no Parlamento, em interpelação ao Governo, que a educação em Portugal "está em crise e é um espelho mais geral da crise multifacetada que grassa pela sociedade portuguesa" ■ Os EUA renovam a cláusula de nação mais favorável à China ■ Comissão Europeia lança "Livro Verde" para discutir as questões de política social.

27

Sexta-feira

As "Estatísticas Agrícolas" reveladas pelo INE indicam que no ano de 1993, em média, o agricultor português ganhou 209 contos, depois de ter pago 95 contos de juros ■ Sindicato dos Médicos do Sul exige do ministro da Saúde medidas que reponham a "legalidade e transparência na gestão do Hospital Garcia de Orta" ■ É suspensa a conferência de Manila sobre Timor-Leste ■ Parlamento aprova a suspensão da taxa aplicada pelos bancos às transacções com o cartão multibanco ■ A Comissão Baleeira Internacional chega a acordo quanto à definição de uma área de protecção na Antártida para as baleias.

28

Sábado

Carlos Carvalhas lança desafio aos candidatos às eleições europeias para que se comprometam na defesa da produção nacional ■ A Assembleia Municipal de Almada aprova uma moção de solidariedade para com os operários da indústria naval "em luta pela defesa dos seus postos de trabalho" e critica as "atitudes arbitrarias" da administração da Lisnave ■ A DECO manifesta-se contra a taxa que os bancos pretendem aplicar na utilização do cartão multibanco ■ A Autoridade Nacional Palestiniana adota o seu programa político para o período transitório de autonomia em Gaza e Jericó e procede à nomeação dos responsáveis.

29

Domingo

Estudantes boicotam as provas globais em várias escolas do País ■ Carlos Carvalhas afirma em comício de arranque da campanha eleitoral da CDU no Porto que Cavaco Silva está mais preocupado "com o País das clientelas e dos tachos" do que com o País "dos pescadores que vêm os barcos abatidos e dos agricultores que não têm condições para competir" ■ É descerrada em Bordéus uma lápide em homenagem ao cônsul Aristides Sousa Mendes que, em 1940, salvou 30 mil pessoas do holocausto nazi ■ Quatro emigrantes portugueses são agredidos por neonazis na Alemanha ■ Ex-comunistas vencem com maioria absoluta as eleições na Hungria ■ Morre em Santiago do Chile, com 81 anos, Erich Honecker, antigo Chefe de Estado da República Democrática Alemã.

30

Segunda-feira

Em várias escolas secundárias de Lisboa os alunos cumprem o boicote às provas globais ■ Reitores deixam passar o prazo sem fixar o valor das propinas para o ensino superior ■ O Arcebispo de Manila, D. Jaime Sin, envia uma carta a D. Ximenes Belo, pedindo desculpa pela "atitude absurda" dos dirigentes filipinos em tentar boicotar a conferência sobre Timor ■ Portugal e Marrocos assinam Tratado de amizade e boa vizinhança ■ Boris Ieltsin instaura o estado de emergência em áreas consideradas "sensíveis" na fronteira Chechénia com a Ingúchia ■ Um atentado contra uma esquadra das forças de segurança no Ulster provoca vários feridos.

## Votar contra a crise

A

o iniciar-se o período oficial da campanha eleitoral para o Parlamento Europeu, torna-se evidente que as questões da política interna dominam as europeias.

Não admira que seja assim.

Num país mergulhado numa profunda crise económico-social, como o nosso, os problemas que saltam para qualquer discussão política em que o povo intervenha ou em que seja tomado como interlocutor são inevitavelmente os agudos e dramáticos problemas com que ele se debate.

Não há discurso político que possa ignorar o aumento do desemprego, a crescente insegurança dos postos de trabalho, a redução dos salários reais, bem como das pensões e das reformas, os minúsculos benefícios da Segurança Social e os seus ridículos aumentos (como o do Abono de Família agora decretado), a carência de habitação, as manchas de fome que alastram assustadoramente no país.

Não há habilidade oratória que evite, por muito tempo, os temas desagradáveis de uma agricultura que se esvai, de umas pescas que desaparecem, de uma indústria que se reduz.

Em face de tudo isto não há paleio comunitário que valha.

O que é esclarecedor é observar como cada uma das principais forças que se defrontam com a CDU nas presentes eleições enfrentam esta realidade socioeconómica incontornável.

O PSD procura apesar de tudo escamoteá-la o mais possível ou reduzir o seu alcance anunciando sintomas de retoma (que os factos desmentem) e pretende demagogicamente que as melhorias não tardam.

O PS pretende que os nossos problemas não têm nada a ver com culpas comunitárias, da União Europeia ou de Maastricht, as culpas são só do Governo.

O CDS pretende que as culpas não são tanto do Governo mas sobretudo de Maastricht.

Todos os três - PSD, PS e CDS - procuram ao mesmo tempo mascarar as suas próprias culpas e responsabilidades em relação à política de integração europeia em que todos têm comungado com grande consensualidade, em relação à política de direita, em que todos no essencial se têm entendido e em relação à avidez do grande capital, que todos têm protegido.

A

CDU é que se diferencia claramente das outras principais forças concorrentes às eleições em relação à abordagem da crise e dos seus responsáveis.

A CDU (o PCP e os seus aliados) não descobriram a crise económica e social na campanha eleitoral ou na pré-campanha. Vivem-na e sofrem-na com os trabalhadores e lutam com eles para atenuar as consequências e superar as suas causas.

A CDU responsabiliza, pela crise, tanto a política de restauração monopolista seguida pelo Governo de Cavaco Silva, no plano interno, e a sua política de integração europeia que é uma projecção daquela, como a evolução comunitária, nomeadamente com o Tratado de Maastricht e as suas políticas de convergência nominal.

A CDU bate-se, por isso, com inteira coerência, por uma nova política para Portugal e por um novo rumo para a política de integração europeia.

O voto nas forças que se opõem à CDU, por mais que elas se disfarçam e mascarem, é o voto nas políticas que conduziram à presente crise socioeconómica.

O voto na CDU é claramente o voto para dar força à luta por uma

*O voto na CDU é claramente o voto para dar força à luta por uma nova política que conduza à superação da crise e à solução dos problemas nacionais.*

nova política que conduza à superação da crise e à solução dos problemas nacionais.

É, por isso, essencial votar e votar na CDU.

E

stá hoje muito claro que o PSD e o Governo apostaram na abstenção como grande linha táctica para estas eleições.

É isso que explica a aceitação de uma data manifestamente inconveniente para um acto eleitoral no nosso país, por calhar a meio de uma longa "ponte" e em período de festas populares. É isso que explica também, entre outras manifestações no mesmo sentido, que o PSD esteja a regatear as verbas para assegurar os habituais "spots" televisivos sobre o dever cívico de votar.

É provável que neste momento comece a generalizar-se um sentimento de susto nas hostes laranja em face do fracasso de algumas iniciativas, como aconteceu com o comício de Cavaco Silva na Torre de Belém, e o crescente descontentamento com a acção governativa.

O Primeiro-Ministro, depois de ter anunciado que não participaria na campanha eleitoral, prepara-se para voltar à

estrada, entre as cimeiras com governantes estrangeiros também de carácter propagandístico, e deve ter na forja, como noutras eleições, umas boas remessas de promessas demagógicas.

É essencial não deixar perder a grande oportunidade do acto eleitoral de 12 de Junho para infligir um severo castigo à política e ao Governo do PSD.

É preciso não deixar esquecer os atentados de toda a ordem contra os interesses e os direitos dos trabalhadores, dos pescadores, das próprias classes e camadas médias.

É preciso não deixar esquecer o atentado de toda a ordem contra a juventude a quem, em vez do diálogo e da reivindicada melhoria do ensino e do apoio social escolar, o Governo só tem para oferecer, cada vez mais, a acção repressiva e as intervenções da polícia, incluindo com espancamentos e prisões.

O

PS, por sua vez, que, apesar da máscara e dos disfarces, não conseguiu (porque é impossível) diferenciar-se do PSD, descobriu agora que o voto no PS é "o voto que dói".

Nunca a direcção socialista tinha descoberto uma tirada propagandística tão amargamente verdadeira. Tão amarga que até dói!

O voto no PS, é sem dúvida, o voto que dói, porque quem o dá está convencido que está a votar na mudança, que está a votar numa política oposta ou pelo menos diferente àquela que tem sido seguida pelos governos de Cavaco Silva. Mas sabe-se que não é assim.

Em relação à integração europeia, não é de mais insistir em que a política do PS não é só igual à do PSD, mas que existe entre os dois partidos um comprometimento de fundo, como se viu funcionar quando impuseram a ratificação do Tratado Maastricht.

Além disso, o PS aparece cada vez mais enquadrado pela Internacional Socialista e o chamada Partido Socialista Europeu, ao lado do PSOE, dos socialistas italianos, franceses e gregos, responsáveis pelas mais desastrosas políticas sociais e envolvidos em gigantes escândalos de corrupção.

No plano interno, e em relação às grandes opções económico-sociais, no que respeita nomeadamente à estratégia de restauração do poder e dos privilégios do grande capital, com todas as suas consequências negativas para os direitos e interesses dos trabalhadores, a política do PS é muito semelhante à do PSD e assenta igualmente num comprometimento comum dos dois partidos.

O voto no PS é então um voto no ludíbrio e no engano e tem por consequência a decepção, o remorso e a dor.

É então caso para dizer: - Evite a dor! Vote CDU!

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socio Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7<sup>a</sup>-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7<sup>a</sup>-A,  
— 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Caps Rota — Limbó — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7<sup>a</sup>-A, 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7<sup>a</sup>-A, 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Contínente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

## Chá de tília para o PS

No «Independente» da semana passada, um relato sobre as rumações socialistas em torno da revisão da Constituição - que estão servindo de intervalo às fraternais punhaladas do costume - continha uma pérola que seria injusto ficar esquecida.

Com efeito, aí se referia que as elocubrações socialistas em matéria de revisão também abrangem «a democracia interna dos partidos políticos», onde o PS defenderia «a gestão democrática interna», ou seja, o fim do centralismo democrático «tipo PCP».

Se a notícia tem algum fundamento, ficamos assim a saber que os dirigentes do PS, tontos com tanta reflexão sobre o sistema político, conjecturam estender a intervenção do Estado à vida interna dos partidos, no que constituiria, sem dúvida, um comvente sinal de respeito pela liberdade e autonomia da sociedade civil, embora não esteja ao alcance dos dirigentes do PS perceberem esta ironia porque eles, julgando os outros por si próprios, estão mesmo convencidos que os partidos e respectivos militantes não fazem parte da sociedade civil mas sim do Estado.

Tudo indica assim que, nesta matéria, o pessoal do Largo do Rato precisa de ser avisado de três coisas muito simples:

- a primeira é que, em vez de implicarem com o centralismo democrático, deviam era preocupar-se com o vergonhoso centralismo «tout court», o centralismo puro e duro, o máximo centralismo, «tipo PS», onde o Secretário-geral, sozinho, escolhe cabeças de lista, propõe a lista para os órgãos dirigentes (?) do partido, adianta propostas de revisão constitucional à revelia daqueles, e onde até uma coligação no mais remoto concelho precisa da sua assinatura para ser viabilizada;

- a segunda é que, se não têm cuidado e juízo, ainda acabam a propor que os partidos sujeitem os seus Estatutos à aprovação prévia de qualquer entidade estatal, tal como as colectividades e sindicatos no tempo do fascismo;

- a terceira é que, se não começam a tomar chá de tília de hora em hora, ainda acabam a ressuscitar a célebre proposta adiantada por Sá Carneiro em Maio de 1974 para que a lei dos partidos os obrigasse a entregar os ficheiros de militantes no Ministério da Administração Interna.

E já que os dirigentes do PS andam tão afeitados em frescas reflexões sobre os vícios da vida política e partidária, até nós que, ao contrário do PS, não partilhamos da cren-

ça na solução de problemas éticos e políticos por via legislativa e administrativa, nos permitimos recomendar-lhes que pensem em qualquer coisa contra a mentira, a hipocrisia e a falta de escrúpulos a que frequentemente recorrem.

Talvez isso pudesse dificultar que Barros Moura se venha apresentar agora como «um crítico, de sempre, da filosofia da Política Agrícola Comum» («Público» de 28/5) quando saudou e apoiou activamente a Reforma da PAC e até, nessa altura, se permitiu acusar o PCP de estar unido à CAP na contestação a essa Reforma.

Talvez isso pudesse dificultar que António Vitorino tivesse o atrevimento de dizer, no último «Expresso», reportando-se ao «que se passou na Europa nos anos 80 e no princípio dos anos 90», que «a inépcia» no combate ao desemprego «não é atribuível à União Europeia mas aos governos de orientação liberal e monetarista», esquecendo-se das responsabilidades governativas de destacados companheiros do PS no Partido Socialista Europeu tais como Laurent Fabius, Michel Rocard, Edith Cresson, Pierre Beregovoy, Bettino Craxi e Felipe Gonzalez.

■ Vítor Dias

## O PCP existe ?

Entre os telegramas enviados no dia 25 de Outubro de 1968 ao Jornal de Notícias pela Comissão de Exame Prévio do Porto, mais conhecida pela CENSURA, consta um assinado pelo Major Tártaro determinando taxativamente para o jornal «não aludir ao Partido Comunista Português, pois é coisa que não existe».

Mal sabia o major, peça obscura de uma engrenagem que se arrogava até da capacidade de decidir do que «existia» e do que «não existia», como o seu comando iria perdurar pelos anos fora. E como, vinte anos depois da revolução democrática e com o direito de informar e de ser informado universalmente reconhecido, ainda inspiraria os programas de trabalho e os «critérios jornalísticos» de «isentos» e «pluralistas» responsáveis de importantes órgãos de comunicação social.

Referimo-nos, como é óbvio, ao frequente e em alguns casos total silenciamento de importantes iniciativas do PCP e de posições que

exprimem o seu ponto de vista sobre problemas nacionais de indiscutível interesse.

Não chegariam todas as páginas do Avante! para descrever os casos.

Por isso e a título de amostra, referiremos apenas o Seminário «Ciência e Tecnologia: Portugal no contexto europeu», que teve lugar no passado sábado num hotel de Lisboa, organizado pela Comissão para as Questões da Ciência e Tecnologia do PCP, e que os principais órgãos de comunicação social e com honrosas excepções ignoraram, apesar das notas de imprensa que divulgaram a iniciativa e da cobertura da Agência Lusa às declarações que Luís Sá, cabeça de lista da CDU às eleições europeias, produziu na altura.

Quanto à actualidade e importância dos temas em debate, não se vislumbra como podem ser questionadas. E a participação de destacados investigadores e professores do ensino superior, bem como a presença de Jean-Pierre Kahane, professor da Universidade d'Orsay e antigo presidente da Associ-

ação Internacional de Matemática, do Sector da C&T do Conselho Nacional do Partido Comunista Francês, justificariam também plenamente a cobertura dos trabalhos.

Não ignoramos que há elementos (e até responsáveis de páginas especializadas) para quem é particularmente incómodo que seja o PCP, precisamente, o único partido nacional que acompanha com regularidade as questões da Ciência e da Tecnologia e que se tem pronunciado de forma qualificada em relação à política nacional em domínios tão importantes para o desenvolvimento e o futuro do país.

Por isso, e para eles, o PCP «não existe».

Mas enquanto prosseguem, na companhia do Major Tártaro, a construção do mundo das coisas que não querem que existam, a vida não pára.

O PCP, vivo e activo, e a sua causa continuam.

■ Edgar Correia

## Abaixo de zero

Independente, isenta, pluralista: a Comunicação Social dominante. Certamente. Só que à sua maneira ... assim, por exemplo:

Para os seus debates europeus, a TVI chamou três personalidades mediáticas: L. Ferraz de Carvalho, A. Barreto e M. Rebelo de Sousa. O comportamento dos três entrevistadores foi o que se esperava: abaixo de zero. A agressividade e o jogo baixo utilizados contra Luís Sá contrastaram de forma flagrante com a forma polida, respeitosa, subserviente, colaboracionista com que trataram Eurico de Melo. Luís Sá raras vezes pôde expressar uma ideia completa. As interrupções sucediam-se e por vezes da forma mais insolente: M. Rebelo de Sousa chegou ao ponto de, pelo menos duas vezes, intimar Luís Sá a dar respostas breves e sintéticas no género do «responda sim ou não» utilizado pelos juízes do Tribunal Plenário no tempo do fascismo. (E a operação culminou no dia seguinte, no Público, num texto igualmente abaixo de zero assinado por SJA). Com Eurico de Melo tudo foi, naturalmente, dife-

rente. O cabeça de lista do PSD proferiu as maiores alarvidades sobre a situação do País e as suas causas, perante a complacência ou a cumplicidade dos reverentes entrevistadores. E foi sempre ele, Eurico, que, com aquele ridículo gesto de cabeça, pôs ponto final a cada tema quando muito bem o entendeu.

Abaixo de zero, também, na SIC, o interrogatório policial a que Miguel Sousa Tavares submeteu o General Vasco Gonçalves.

A falta de educação, a insolência ofensiva habituais em MST ultrapassaram todos os limites imagináveis deixando claro que o entrevistador está na profissão errada: um bom polícia político nunca poderá ser um (bom) jornalista. Aguardemos a entrevista a Pinto Balsemão para vermos se MST é sempre malcriado e insolente ou se é só às vezes. (E também neste caso a imprensa escrita completou a provocação: Alvaro Guerra, na sua coluna dominical no DN, abaixo de zero, confirmou que a indignidade, o despudor e a desvergonha não têm limites).

Entretanto, realizaram-se as eleições para o SPGL. Tivesse a lista B ganho as eleições e não faltariam as primeiras páginas e as necrológicas e demolidoras conclusões. Mas ganhou a lista A. E o Público, por exemplo, remeteu a notícia lá para o seu interior, quase se esquecendo de dar o resultado e destacando não os vencedores mas os vencidos. Critérios jornalísticos?. Claro. Mas critérios de um jornalismo abaixo de zero.

Já agora, e porque isto anda tudo ligado, lembra-se que Cavaco Silva continua, como solenemente prometeu, a «não intervir activamente na Campanha Eleitoral». O discurso que não proferiu na Torre de Belém está à altura da dimensão cultural, política e ética do Chefe.

Por isso mesmo, há-de ser diligentemente incensado pelo Palma Cavalão que todos os Domingos exhibe no DN a sua profissão de cronista oficial do Chefe.

Abaixo, muito abaixo de zero.

■ José Casanova

# PESC

## Coincidências perigosas

A luta por uma nova ordem mundial democrática, mais equitativa e mais justa, respeitadora do direito dos povos à livre escolha do seu próprio caminho, é inseparável da luta que travamos em Portugal contra o governo do PSD e por uma nova política que preserve a soberania e a independência nacional, promova o desenvolvimento e o progresso social, defenda e aprofunde a democracia portuguesa. Esta luta tem necessariamente uma dimensão internacional, exige a cooperação dos comunistas e de todas as forças progressistas que combatem a política exploradora e opressora do grande capital transnacional. Mas exige também a cooperação de todas as forças da paz, que lutam pelo desarmamento e se opõem à lógica da política de blocos, que estão sinceramente solidárias com os povos do Terceiro Mundo, esmagados pela sangria dos seus recursos materiais e humanos, pelas relações de troca desigual, pelo peso de uma dívida externa colossal. Na situação actual, trata-se de uma luta contra a corrente mas necessária, justa e com reais perspectivas de vitória, em que o PCP e a CDU não estão isolados. Por todo o mundo crescem as forças e as correntes de opinião que rejeitam firmemente a «nova ordem» proclamada por Bush durante a guerra do Golfo e de que são instrumentos a NATO, o FMI/BM, o «G-7», o GATT, uma ONU subvertida e instrumentalizada pelos EUA.

É neste quadro que importa alertar para a perigosa evolução da política dominante na Comunidade Europeia - política de bloco, militarista, intervencionista e «atlantista», - e para a coincidência de posições do PSD e do PS no que respeita à PESC, de que os depoimentos de Carlos Pimenta e António Vitorino («Público» de 27/5/94) são particularmente reveladores. Ambos consideram que a actual PESC deve ser aprofundada num sentido supranacional, ambos se pronunciam pela criação de uma «política europeia de defesa», ambos querem uma estreita ligação com os EUA e a NATO. Para C.P. é necessário «reforçar gradualmente o pilar europeu da NATO, e a UEO deve ser uma estrutura cada vez mais ligada à UE, funcionando no quadro desta como o seu braço de segurança» e «avançar progressivamente para uma política de defesa comum». Por seu lado A.V. defende «a construção de um pilar europeu de defesa» e que «a articulação da UEO com a UE e destas com a NATO constitui um elemento essencial para manter a União estreitamente vinculada a uma versão euro-atlântica (assente no compromisso da Alemanha com os EUA)» e vai mesmo mais longe ao defender que em matéria de execução da PESC se deve caminhar para a regra da maioria.

Aqui fica, para que conste, a grave coincidência PS/PSD numa política que tende a esbulhar Portugal de elementos essenciais de um Estado soberano e a sujeitar o nosso país à estratégia das grandes potências e em particular dos EUA e da Alemanha (ou do eixo franco-alemão) que, no quadro de inevitáveis conflitos de interesses, se unem no firme propósito de impor uma «nova ordem» contra os trabalhadores e contra os povos, procurando ultrapassar à sua custa a profunda crise em que se debate o sistema capitalista.

Quando Almeida Santos vem tranquilamente dizer («Semanário» de 21/5/94) que «a Europa é já federalista», que «o mundo está todo a federar-se» e dá como adquirido que a própria ONU está a assumir o papel de «gendarmarie mundial» e mesmo de «governo mundial», torna-se ainda mais claro que o voto na CDU é o único que pode dar voz aos portugueses na luta pela construção de uma nova Europa e de um nova ordem mundial orientadas pelos valores da paz, da justiça e do progresso social.

A.N.



# Ideias e frases de campanha

«Cabe-nos, no próximo mandato, fazer frente à grande ofensiva contra os trabalhadores e à destruição da nossa economia»

*Luís Sá,  
no comício do Porto*

«Agora o PS combate a direita com quem tem andado de mão dada. É como gostar da chuva, desde que não molhe»

*Luís Sá,  
no comício do Porto*

«Há 15 dias, o Governo teve de confessar que o PCP teve uma atitude patriótica na obtenção dos 80 milhões de contos comunitários para o sector têxtil. Infelizmente não podemos dizer o mesmo dele!»

*Carlos Carvalhas, comício do Porto*

«Há dias Cavaco Silva falava da família. Como é possível tanta preocupação pela família portuguesa e nenhuma pelo desemprego que a aflige?»

*Luís Sá,  
Porto*

«O país que preocupa Cavaco Silva é o das oligarquias, das clientelas, dos que vivem à sombra dos impostos de todos nós e do suor dos trabalhadores»

*Carlos Carvalhas,  
Porto*

«Os deputados do PCP ao Parlamento Europeu entregaram o ano passado 95 mil contos aos cofres do Partido. Quem, dos outros partidos, faz o mesmo? Manuel Monteiro, que tanto critica os ganhos dos políticos, quererá levar os candidatos do CDS a fazê-lo?»

*Carlos Carvalhas,  
Porto*

«O Parlamento Europeu pode estar a dois mil quilómetros de distância, mas entra-nos no bolso»

*Luís Sá,  
Porto*

«Basta atentar na mixórdia que, no quadro do ordenamento jurídico comunitário, está a invadir hoje o mercado português, comercializada com o rótulo «Mistura de Vinhos de diversos Países da Comunidade», para se ter a dimensão da degradação de um produto sobre o qual se teceram e tecem longos discursos e se gastam milhares de contos, em nome da defesa da "qualidade"»

*Declaração sobre o vinho,  
proferida por Luís Sá em Alpiarça*

«Os jovens não se resignam e têm mostrado claramente a sua capacidade para lutar».

*Amélia Pardal,  
JCP, comício do Porto*

«Votar é tomar a palavra que o PS e o PSD nos tiraram com a aprovação de Maastricht»

*Isabel Castro,  
«Os Verdes», no comício do Porto*

## CAMPANHA EM TODO O PAÍS

# CDU na Europa

### SANTARÉM

## Há desespero e angústia em muitas famílias portuguesas

O cabeça de lista da CDU às próximas eleições europeias, Luís Sá, esteve na quinta-feira passada de visita a localidades do distrito de Santarém, numa jornada que incluiu Alpiarça, Chamusca, Constância, Abrantes e Tramagal. Um dia de pré-campanha eleitoral que, como Luís Sá diria numa intervenção feita na última destas localidades, parece estar marcada pelo cada vez maior número de pessoas «angustiadas e desesperadas» que se dirigem aos candidatos da CDU relatando casos de despedimentos, falências de empresas, reformas antecipadas e outras situações resultantes da crise económica que se atravessa e da política anti-social do Governo.

O momento político mais importante da estada de Luís Sá neste distrito - numa visita em que seria acompanhado por Luís Peixoto, deputado na Assembleia da República pelo PCP e vereador na Câmara Municipal de Abrantes, e por António Orcinha, responsável da DORSantarém do PCP - ocorreria em Alpiarça, onde em conferência de imprensa o candidato da CDU apresentaria uma «Declaração em Defesa do Vinho Português na Comunidade Europeia», cujo conteúdo publicamos na íntegra nesta página.

O dia começaria naquela localidade com uma visita à Câmara Municipal, onde o presidente da edilidade agradeceu a visita e apelou ao voto na CDU. Depois ocorreu uma visita às cooperativas Coopvinhal e Mouchão do Inglês, onde os seus dirigentes manifesta-



No Tramagal Luís Sá respondeu a perguntas que lhe foram dirigidas por alguns elementos da assistência

### ALVERCA

## Combater a abstenção

O Salão de Bombeiros Voluntários de Alverca foi pequeno para albergar todos quantos, no passado dia 24 de Maio, quiseram assistir a uma sessão da campanha da CDU que contou com a presença e a palavra do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Presidiu à sessão António Carmo, presidente da Junta de freguesia de Alverca, e usaram da palavra Joaquim José, da JCP, Daniel Branco, do CC do PCP e presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, e Isabel Castro, da direcção dos Verdes e candidata pela CDU ao Parlamento Europeu. A intervenção de Carlos Carvalhas encerrou a animada ses-

são. Carvalhas insistiu na importância destas eleições e na necessidade de se combater a abstenção. O secretário-geral do PCP colocou também em evidência a demagogia do CDS, que se descobriu agora «antifederalista»; a duplicidade do PS, que aprovou as piores decisões da União Europeia como a nova PAC e o Tratado de Maastricht e agora se queixa em público; e as enormes responsabilidades do PSD e do Governo de Cavaco Silva que esbanjam os dinheiros dos fundos europeus entre compadres e clientelas. O PCP, garantiu, irá defender no Parlamento Europeu os interesses de Portugal e dos portugueses.



# é melhor para Portugal

ram viva concordância com as propostas da CDU em matéria agrícola e vinícola, apesar de as suas convicções partidárias os colocarem em posição divergente da coligação que Luís Sá representa. As manifestações de simpatia e cordialidade foram no entanto evidentes, como até o apelo para que a CDU prossiga o seu trabalho de defesa dos interesses portugueses no Parlamento Europeu. Em ambas as empresas Luís Sá tomou contacto com os trabalhadores, muitos deles confiadamente apoiantes da CDU.

Seguiu-se um almoço onde estiveram cerca de 50 pessoas representativas de estruturas diversas da região: autarcas, sindicalistas, empresários, dirigentes de cooperativas, de associações de agricultores, da Região de Turismo, etc.

## Queixas de empresários e trabalhadores

À tarde, Luís Sá voltaria a visitar empresas, desta vez do concelho da Chamusca: duas de cerâmica e uma tipografia. Entre as queixas escutadas, conta-se as das direcções das empresas a propósito das elevadas taxas de juro do crédito e dos prazos de pagamento do IVA, não correspondentes com os prazos reais de facturação, o que provoca inúmeros problemas de tesouraria. Mais uma vez a coincidência de opiniões com a CDU sobre a defesa da produção portuguesa foi vivamente assinalada nos contactos mantidos durante a visita.

Antes do jantar, Luís Sá visitaria Constância, acompanhado pelo presidente da Câmara, após o que jantaria com apoiantes em Abrantes. Finalmente, no Tramagal, já à noite, ocorreu uma sessão pública onde o candidato, depois de uma breve exposição, respondeu às perguntas colocadas pela assistência, na esmagadora maioria versando o problema do desemprego pois, como assinalou Luís Sá, vive-se na localidade uma situação verdadeiramente dramática depois do fecho da Metalúrgica Duarte Ferreira. «Aqui no Tramagal há desespero, mas só a luta, a capacidade que tivermos de não desistir, é que poderá criar condições para alterar esta situação», disse, a dada altura, Luís Sá.



O vinho e a vinha do nosso país estão em perigo

## Declaração de Luís Sá Em Defesa do Vinho Português na Comunidade Europeia

1. O vinho não é apenas um produto agrícola de grande importância económica para Portugal e os outros países do Sul da Europa. É um produto da história e da cultura seculares da Europa mediterrânica. Afeiçoado pelos solos, climas e sucessivas gerações e povos destas terras, diversificado regionalmente nas suas características organolépticas, químicas e físicas, uno na sua natureza de produto síntese do milenar encontro do homem com as terras ribeirinhas do Mediterrâneo, síntese prodigiosa de solos rochosos e em geral pobres, de sol crestante e insano labutar humano, o vinho está hoje gravemente ameaçado na sua qualidade de produto natural, agrícola, social e cultural.

Estão gravemente ameaçadas milhares de explorações agrícolas familiares, a economia e o tecido social de muitas regiões interiores, ecossistemas onde a vinha e o vinho são o eixo central da actividade económica.

2. A mais grave dessas ameaças é o prosseguimento da política vitivinícola da Comunidade Europeia, subordinada aos interesses das grandes transnacionais agro-alimentares, que privilegiam as bebidas obtidas industrialmente (cervejas, colas, etc.), ou que resultam de agriculturas do tipo industrial, intensivas, de elevadas produtividades e baixos custos, garantindo assim grandes margens de lucros.

Política vitivinícola determinada pelas regras, critérios e disciplinas de produção e comercialização dessas bebidas e pelas estratégias dessas empresas.

Basta atentar na mixórdia que, no quadro do ordenamento jurídico comunitário, está a invadir hoje o mercado português, comercializada com o rótulo «Mistura de Vinhos de diversos Países da Comunidade», para se ter a dimensão da degradação de um produto sobre o qual se teceram e tecem longos discursos e se gastam milhares de contos, em nome da defesa da «qualidade».

Um novo golpe está, contudo, iminente sobre a vitivinicultura das regiões do Sul da Europa: a Reforma da Organização Comum do

Mercado (OCM) do Vinho, proposta pela Comissão da Comunidade Europeia. Sendo insensível às reclamações e propostas das organizações de viticultores e às insuficientes e parcas sugestões do Parlamento Europeu, a Comissão prepara-se para apresentar ao Conselho de Ministros a sua reforma da OCM do Vinho.

Politicamente grave e significativo é que o Comissário português, Deus Pinheiro, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros do Prof. Cavaco Silva, tenha apoiado tal proposta.

3. Falando em Alpiarça, centro de valiosa região vitivinícola, declaro que o PCP e a CDU, autores de uma importante Resolução sobre esta matéria, apoiada pela unanimidade de todos os Grupos Parlamentares na Assembleia da República,

— Exigem que o Governo português impeça, com os outros países do Sul da Europa, em Conselho de Ministros da Comunidade Europeia, a aprovação da OCM do Vinho proposta pela Comissão;

— Reclamam que o Governo português ponha fim às importações de vinho de baixa qualidade e a granel, que estão a degradar ainda mais a imagem de um produto e a dificultar um preço razoável para a produção nacional;

— Denunciam a incompetência e a insensibilidade do Governo português relativamente a diversos acordos da Comunidade Europeia com países terceiros e às negociações do GATT sobre defesa das Denominações de Origem, permitindo a continuação do uso fraudulento da denominação «Porto», e outras, e esquecendo-se de defender outras importantes denominações - Vinho Fino, Moscatel de Faveiros, etc.;

— Propõem-se continuar a defender, na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, uma política vitivinícola que defenda os interesses dos viticultores portugueses e a economia nacional.

## LISBOA

### A Europa do diálogo de culturas

O cabeça-de-lista da CDU às eleições europeias, Luís Sá, afirmou, a semana passada em Lisboa, que “há quem aproveite” as campanhas eleitorais “para esconder” o que fez durante o seu mandato.

Na CDU, “temos a espinha direita, uma cara só”, frisou Luís Sá, por oposição aos que - ressaltou - “dizem uma coisa” em Portugal “e outra diferente” em Bruxelas.

Luís Sá, que intervinha num encontro-convívio de candidatos e apoiantes da CDU, sublinhou a rejeição de uma Europa onde haja um directório com grandes potências e do qual estejam excluídos os pequenos países.

Disse também ter encontrado nos últimos dias, em acções de pré-campanha eleitoral, “gente angustiada, preocupada” com o

desemprego, com as dificuldades na agricultura, com a situação de reforma antecipada.

Por seu turno, o secretário-geral do PCP, partido que é a principal componente da Coligação Democrática Unitária, garantiu não haver uma “ideia isolacionista” em relação à Europa.

“Nada nos afasta ou distancia dos cidadãos (europeus) que querem um diálogo de culturas”, referiu Carlos Carvalhas, adiantando a sua preferência por uma Europa que “alia simultaneamente o não a Maastricht com o sim” a uma Europa de paz.

Isabel Castro, por parte do Partido Ecologista “Os Verdes”, referiu que as eleições europeias de Junho próximo constituem “a oportunidade” dos portugueses “terem a palavra que lhes foi negada em Maastricht”.



## Mulheres apoiam CDU

Isabel Castro, Amélia Pardal, Maria do Carmo Tavares e Dulce Rebelo, entre outras candidatas ao Parlamento Europeu pelas listas da CDU, estiveram segunda-feira com outras destacadas mulheres da vida sindical, autárquica e cultural do distrito de Lisboa, num encontro com o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, realizado num restaurante da Feira Popular.



## CAMPANHA EM TODO O PAÍS

# Manifesto Eleitoral da ID Uma Europa de cooperação e de progresso social



A Intervenção Democrática, associação que integra a CDU, divulgou o seu manifesto eleitoral, onde refere que as eleições de 12 de Julho próximo «decorrem num contexto nacional e comunitário (e também mundial) bastante diferente do que vivíamos na altura das anteriores eleições autárquicas. Tanto em Portugal como na Europa dos 12, a crise económica, social e política entretanto agravou-se dramaticamente, por razões que advêm do aprofundamento das contradições do modelo neoliberal e monetarista da política do Governo/PSD e dos órgãos decisores da Comunidade Europeia (CE), a quem o Governo português se submete docilmente, demitindo-se de defender os interesses nacionais».

«A crise económica levou a grande quebra do sector produtivo com o correspondente aumento de falências e do desemprego. A degradação e destruição do aparelho produtivo nacional é hoje uma evidência que abrange todos os sectores da actividade económica. A indústria portuguesa perde dia-a-dia a sua capacidade produtiva, por não ter sido atempadamente objecto de adequada revitalização, reestruturação e reorganização, de modo a prepará-la para os complexos desafios que actualmente se lhe colocam no contexto económico, tecnológico e comercial, tanto europeu como mundial, como acontece com o sector têxtil», diz o Manifesto.

«A agricultura depara-se com um agravamento das suas tradicionais dificuldades em aprovisionar o País, inclusive em produtos para os quais tem indiscutíveis vantagens comparativas. Contraditoriamente, recebe subsídios da CE para produzir menos ou mesmo para não produzir, para travar os investimentos ou para suspender ou arrancar as culturas, como sucede na vinha», refere o texto.

«O sector das pescas é um exemplo flagrante da passividade governamental na defesa dos nossos interesses. Recebem-se subsídios para destruir embarcações reduzindo-se a capacidade produ-

tiva, com efeitos nefastos para a economia nacional e para os pescadores. Portugal, ao mesmo tempo que dispõe da maior área pesqueira de todos os países da CE, importa actualmente centenas de milhares de contos de pescado e assiste à destruição da pesca artesanal», assinala a ID.

### As culpas do PSD

Também o sector comercial «sofre graves perturbações decorrentes do Mercado Único, da forte concorrência de produtos estrangeiros e da implantação no País de grandes cadeias de comercialização europeias, as quais, em efeito acumulado, levam à falência numerosas empresas, tal como acontece nos restantes sectores. A área dos serviços em geral, salvo a das actividades financeiras, denota grande fragilidade, sendo objecto de crescente desaceleração».

Para a ID, «a política do Governo/PSD destrói importantes conquistas sociais dos trabalhadores e da população portuguesa, algumas das quais há decénios em vigor no nosso país, introduzindo ou preparando-se para introduzir grandes alterações na legislação laboral, na segurança social e nos serviços públicos, em desfavor

dos seus beneficiários directos».

«Na sua concepção neoliberal e monetarista, reforçada pela obediência e orientações da Comunidade, o Governo/PSD visa enfrentar a batalha da concorrência pela significativa redução do custo de trabalho».

«Desta sua estratégia decorre inevitavelmente o disparo do desemprego e a tendência para o seu agravamento; a redução ou congelamento dos salários, ordenados e pensões, com a consequente diminuição do respectivo poder de compra; a instabilização do mercado de trabalho; o corte nas despesas orçamentais com finalidades sociais; e o agravamento da fiscalidade sobre o factor trabalho. Este conjunto de factores origina novas formas de exclusão social, de que as primeiras vítimas são as mulheres, os jovens e os idosos».

«Cavaco Silva, o seu Governo e o PSD não têm qualquer projecto de fundo ou estratégia coerente para propiciarem o desenvolvimento de Portugal e a melhoria da qualidade de vida dos portugueses. Ideologicamente retrógrados, identificam-se com o modelo ultraliberal dominante nos países mais poderosos do Mundo e buscam suprir a orfandade de projecto nacional com recurso à importação de orientações para os destinos do País», acusa a Associação.

«É assim que a política governamental, perante a União Europeia, é, no essencial, a de mendição de fundos. Mas a aplicação dos vultosos montantes recebidos e a receber até 1999, não subordinada a um plano de desenvolvimento de elaboração participada e de finalidades assumidas pela comunidade nacional, não tem impedido o agravamento da crise económica do País», conclui, para sublinhar:

«As eleições para o Parlamento Europeu constituem uma nova

oportunidade para que os portugueses rejeitem as actuais orientações nacional e comunitária, exigindo uma nova política que dê satisfação aos interesses nacionais e solucione os graves problemas com que os portugueses e o País se confrontam».

### Situação na Comunidade

«As orientações e directivas da CE têm uma enorme quota-parte de responsabilidade na criação dos problemas que afectam a vida dos portugueses. O Tratado de Maastricht, designada-

cia de condições para a importação abusiva de produtos extra-comunitários, desrespeitando o princípio da "preferência comunitária" e lesando os interesses dos produtores da CE».

Para esta associação «a importância política das eleições para o Parlamento Europeu resulta também da necessidade de se rejeitar esta lógica dominante na CE e de se contribuir simultaneamente para a inverter, de modo a construir-se uma Europa que, através da cooperação económica, tecnológica, social, cultural e política entre os seus Estados membros e os seus povos, promova o desen-

volvimento, o progresso social e o emprego em todo o seu espaço, anulando progressivamente os desequilíbrios entre si».

«Acrece ainda o facto de se pretender institucionalizar uma federação de Estados membros, dotada de Constituição e de governo europeu supranacional. Uma orientação deste tipo distanciaria ainda mais os cidadãos dos centros de decisão europeus, comprometendo a independência e a soberania nacionais. Eis mais um motivo de peso para que se destaque a importância das eleições de 12 de Junho para nos opormos à tentativa de se formar uma Europa federal», conclui.

### O voto na CDU

«O PS, assim como o PSD, apenas para efeitos eleitoralis-

tas, procura hoje distanciar-se do Tratado de Maastricht e do seu pendor federalista e neoliberal, em face do repúdio popular resultante dos seus efeitos na crise europeia e da próxima realização de eleições. No entanto, ambos os partidos o defenderam, apoiaram e impediram a sua discussão interna».

«O CDS, nas suas recentes, enganosas e perigosas vestes nacional-populistas, aparenta oposição ao federalismo, mas é, por opção, favorável a um maior agravamento da ofensiva do grande capital contra as conquistas sociais dos trabalhadores e dos povos».

Assim:

«Votar na CDU é garantir no PE a voz, a acção e o empenhamento na defesa e no desenvolvimento do País, na melhoria das condições de trabalho e de vida dos portugueses de todas as camadas sociais, na salvaguarda da identidade e da soberania nacionais e na construção de uma Europa de cooperação entre os Estados e os povos e de progresso social. Pelas responsabilidades que o Governo/PSD tem na definição das políticas comunitárias, votar na CDU é simultaneamente a forma mais certa e útil de exprimir o desgosto e a oposição à política governamental abrindo caminho, no plano nacional, para uma nova política e para uma alternativa democrática».

«A Associação Intervenção Democrática — ID, reconhecendo-se nestes objectivos, considera indispensável uma ampla participação neste acto eleitoral de grande importância para o futuro do País e dos portugueses. Consciente dos perigos de forte abstenção que resulta da natureza própria destas eleições, em especial na região de Lisboa devido ao feriado municipal, a ID apela insistentemente ao combate à abstenção e ao voto na CDU», apela-se no texto assinado pelo Conselho Geral da ID.



## A CDU na baixa lisboeta

Foi na segunda-feira que se concretizou um contacto dos candidatos e apolantes da CDU com a população na capital. Esclarecimentos sobre as propostas da CDU para o Parlamento Europeu e a importância das próximas eleições para a vida portuguesa foram o mote das conversas que se proporcionaram entre os elementos da Coligação Democrática Unitária e os lisboetas que participaram neste acto de campanha eleitoral.

## CAMPANHA EM TODO O PAÍS

## PORTO

## Proteger a produção nacional

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, lançou, sábado em Matosinhos "um desafio" aos candidatos de todos os partidos ao Parlamento Europeu tendo em vista a protecção "da produção nacional".

"Desafio os candidatos a defenderem, no Parlamento Europeu, cláusulas de salva-

guarda da nossa produção agrícola", afirmou Carvalhas depois de uma visita ao Mercado de Matosinhos.

O líder comunista realçou que "a política económica e social de Portugal é indissociável da política europeia".

"É preciso dizer às pessoas que a política que se faz hoje na Europa tem influência na

sua vida de todos os dias", afirmou Carlos Carvalhas.

O secretário-geral do PCP mostrou-se "preocupado" com a possibilidade de ser elevada a abstenção nas eleições europeias e acusou o PSD de estar a "tentar desvalorizá-las".

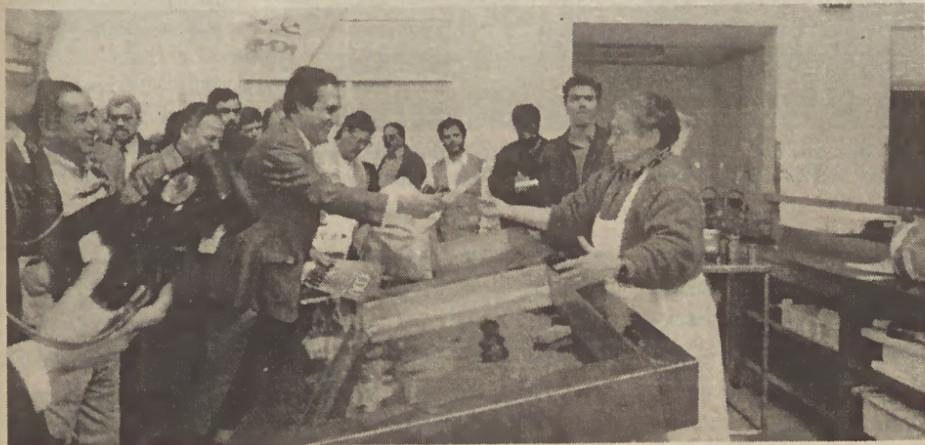
"O PSD sabe que vai baixar em termos absolutos pelo que só lhe interessam as percenta-

gens", afirmou Carvalhas.

Neste contexto, acrescentou que "o PSD prefere que os seus eleitores se abstenham do que, por descontentamento, votem noutro partido".

Carlos Carvalhas visitou no fim-de-semana os mercados da Afurada, em Gaia, e de Matosinhos, acompanhado por alguns candidatos da CDU ao Parlamento Europeu e por dirigentes locais do PCP.

Em Matosinhos, Carvalhas almoçou com cerca de 200 dirigentes sindicais, após o que teve um encontro com cerca de 100 intelectuais na Cooperativa Árvore, no Porto, onde se proporcionou um debate moderado pelo professor Daniel Espaim. Depois foi um jantar com apoiantes na Póvoa de Varzim onde estiveram cerca de centena e meia de pessoas. Aí entrevistaram Honório Novo e o próprio Carlos Carvalhas, numa sessão presidida por Custódio Sá. (Ver reportagem nas páginas centrais sobre estada, no Grande Porto, de Carlos Carvalhas e Luís Sá.)



Matosinhos



Felgueiras



Póvoa do Varzim



Cooperativa Árvore

## AÇORES

## Não a regiões ultraperiféricas

O cabeça-de-lista da CDU às próximas eleições europeias, Luís Sá, anunciou sexta-feira, em Ponta Delgada, a intenção de propor alterações de tratamento das regiões autónomas na União Europeia. Falando em conferência de imprensa durante uma visita aos Açores, Sá frisou que a proposta vai no sentido das regiões autónomas virem a ser tratadas como "arquipélagos atlânticos europeus", em vez de serem classificadas "regiões ultraperiféricas", com um estatuto semelhante ao dos domínios ultramarinos franceses. Esta proposta de Luís Sá surgiu a propósito dos programas de apoio comunitários às regiões insulares portuguesas. No caso concreto dos Açores, o cabeça-de-lista da CDU defendeu a manutenção do "POSEIMA", dada a necessidade de permanência de medidas destinadas a compensar as ilhas dos custos acrescidos dos transportes.

Luís Sá manifestou-se preocupado com a intenção de "desagregar" o "POSEIMA", incluindo as suas medidas em outros instrumentos comunitários, considerando que essa opção poderá significar um "primeiro passo" no abandono das soluções de excepção que contempla.

O cabeça-de-lista da CDU às próximas eleições europeias acusou os dois maiores partidos portugueses - PS e PSD - de apoiarem a adopção no quadro europeu de tratamentos iguais para situações diferentes.

Luís Sá sustentou a ideia de que, apesar da integração europeia, "as regiões de Portugal não podem ser uniformizadas, tal como os países".

## Qual o nosso futuro?

"Há muita coisa que tem vindo a ser uniformizada", salientou, para denunciar o facto dessa orientação ter conduzido a uma política de "brutal corte das despesas públicas" em Portugal, com graves prejuízos na economia e nos apoios sociais.

Luís Sá denunciou o mau desempenho da economia nacional, quando confrontada com o nível médio dos países europeus, alegando que o fosso existente entre Portugal e a Europa justifica a continuação das transferências de verbas para o país depois de 1999.

O candidato da CDU referiu-se, em particular, às conse-

quências da política governamental no aumento do desemprego, considerando que o índice nacional beneficia com o fenómeno emigratório.

No mesmo encontro com os jornalistas, José Decq Mota, líder regional da CDU, denunciou o estado de "estagnação" da economia açoriana, comentando: "Ninguém sabe qual é o nosso futuro."

O líder comunista acoriano insistiu no "direito inalienável que o arquipélago tem de produzir de acordo com as suas aptidões" e advertiu para o facto de que, sem o reconhecimento das limitações específicas das ilhas, os efeitos das transferências de fundos estruturais serão "conjunturais".



Afurada

## BRAGA

## Leite de dez mil vacas entra todos os dias em Portugal e põe em causa produção nacional

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, manifestou-se, quinta-feira à noite, contra a entrada de "um comboio de leite estrangeiro por semana" no país, que corresponde - sustentou - "à produção de 10 mil vacas".

Carlos Carvalhas falava, em Braga, aos jornalistas, no final de uma jornada de pré-campanha eleitoral da CDU para o Parlamento Europeu na região minhota, dedicada a contactos com agricultores e com populações, que incluiu uma visita à feira semanal de Barcelos.

Na ocasião, o líder comunista referiu que são "necessárias medidas de salvaguarda para a agricultura portuguesa que evitem a sua liquidação".

Referindo-se à polémica em torno da penetração no mercado português da multinacional italiana Parmalat, Carvalhas frisou que se trata de uma empresa que "paga preços altos aos produtores de leite para arruinar as cooperativas nacionais".

"Quando isto acontecer, quando não tiverem concorrência, voltam a descer o preço para desespero dos agricultores", comentou.

Sobre a proposta de directiva que realiza a Organização Comunitária do Mercado do Vinho, que preconiza nomeadamente reduções da produções vinícola na Europa, Carvalhas acusou o governo português de permitir "a importação de vinho espanhol e deixa que entrem no país vinhos com seis ou sete graus, mas exige que o vinho verde tenha um mínimo de nove graus".

"Está em causa a liquidação da agricultura nacional", argumentou, considerando que está "bem patente na taxa de importações de produtos alimentares que é hoje de 75 por cento do que comemos e era de 50 por cento quando Portugal aderiu a Comunidade Europeia".

# 6ª Assembleia debate o reforço do Partido no Seixal

Face à destruição do aparelho produtivo e ao crescimento do sector terciário no concelho, os comunistas do Seixal caminham para formas mais inovadoras e flexíveis no plano organizativo

A 6ª Assembleia Concelhia do Seixal do PCP reuniu no passado domingo para debater o estado actual da organização e as perspectivas de trabalho futuro e eleger o novo organismo de direcção.

Os trabalhos decorreram nas instalações do Clube Recreativo da Cruz de Pau e contaram com a participação de **Jerónimo de Sousa**, membro da Comissão Política do PCP, que interveio no encerramento da sessão.

Durante a manhã, em sucessivas intervenções dos delegados, que enchiam completamente a sala, foram debatidas as dificuldades da organização e a necessidade de dinamizar as estruturas de base.

Como salientou um delegado a propósito dos fundos do Partido, a par da «boa receptividade das campanhas verifica-se que as receitas regulares não estão a ser cumpridas devido a dificuldades de cobrança». Este camarada chamou ainda a atenção para a quebra das vendas do «Avante!» e para a necessidade de alterar esta tendência.

Por outro lado, foi realçada a importância e o significado dos recentes investimentos no patri-

mónio do Partido, como foi o caso da recente aquisição do Centro de Trabalho do Seixal.

## Perspectivas do concelho

O balanço do trabalho autárquico no concelho seria apresentado por Eufrazio Filipe, membro do Comité Central e presidente da Câmara do Seixal. Na sua intervenção, o autarca passou em revista os principais aspectos da actividade da autarquia, qualificando a aprovação do Plano Director Municipal como «um novo e importante instrumento de planeamento e gestão para o município».

No âmbito daquele Plano, Eufrazio Filipe anunciou que a câmara está a concluir o plano de circulação viária do concelho e o plano para a valorização das potencialidades em todas as vertentes da baía do Seixal e zonas ribeirinhas.

«Têm sido adquiridos terrenos para novas zonas verdes e equipamentos públicos», referiu o edil, acrescentando que «com o plano director municipal os planos de pormenor, as

zonas habitacionais em reconversão continuarão a ser qualificadas com o contributo decisivo das associações de moradores e gabinetes técnicos de acompanhamento, respeitando a câmara os compromissos já assumidos. Continuaremos a participar nos estudos já iniciados para a concretização de infra-estruturas estratégicas para o desenvolvimento regional, como por exemplo, a futura via férrea que atravessará o concelho, no melhoramento das estradas nacionais, na recuperação de espaços vitais propriedade do ministério da defesa.

Apesar do excelente trabalho realizado pela autarquia, Eufrazio Filipe não escondeu que «o Poder Local enfrenta cada vez mais contrariedades para gerir os interesses da população. Na verdade, a hipocrisia e a chantagem política do Governo manipulando a opinião pública - o incumprimento das suas próprias leis - a expropriação permanente dos meios financeiros - a utilização ilegítima e prepotente do novo Quadro Comunitários de Apoio que praticamente marginaliza as autarquias locais - o quadro jurídico e os procedimentos administrativos que cada vez



Os comunistas analisaram a sua acção no Seixal, um concelho que registou a mais elevada taxa de crescimento demográfico da Área Metropolitana de Lisboa - 31 por cento

mais sufocam a gestão municipal estão progressivamente a empurrar o Poder Local Nacional para a insolvência e a coisificação».

«No concelho do Seixal, ao contrário de muitas dezenas de câmaras municipais, temos crédito mas é bom que se saiba que apesar da necessária contenção para novos investimentos, apesar do crescimento zero, isto é só para o Seixal menos 350 mil contos; apesar de nos serem impostos o pagamento de 30 por cento para a construção de novas escolas preparatórias e secundárias; apesar de nos serem impostas responsabilidades financeiras

na área da saúde e das estradas nacionais, apesar das isenções e diminuição das receitas municipais cobradas pelo próprio governo; apesar das participações impostas para programas de habitação social, apesar de todas estas maldades a Câmara Municipal do Seixal continua a ter no terreno muitas obras de vulto em construção».

## Reforçar o Partido

A encerrar os trabalhos da assembleia, interveio Jerónimo de Sousa que afirmou que a «necessidade de reforçar o Partido no concelho é uma tarefa que não pode ser delegada. O seu trabalho de direcção política não é substituível por qualquer estrutura unitária popular ou autárquica ainda que nestas predominem ou determinem camaradas do Partido».

Referindo que o Partido começa nos locais de trabalho, Jerónimo de Sousa analisou as mutações e transformações em curso no concelho:

«A destruição do aparelho produtivo particularmente de grandes unidades, o dado objectivo de 81 por cento das empresas terem menos de 10 trabalhadores e só 1,1 por cento terem mais de 100, o crescimento do sector terciário implicam formas mais inovadoras e flexíveis no plano organizativo já que a célula no sentido clássico pode não corresponder à solução mais ajustada à realidade.

«Mas tal flexibilidade e inovação» - lembrou aquele dirigente comunista - «não pode levar à abdicação de nos organizarmos a partir dos locais de trabalho. Mantendo as células onde temos forte influência, criando organismos do Partido nas empresas, possibilitando a que um camarada isolado num pequena empresa, os dois ou três doutra possam encontrar espaço de reunião, discussão e

orientação do Partido. É uma tarefa que não sendo fácil é indispensável na vida e na acção das comissões de freguesia e concelhia».

Jerónimo de Sousa falou ainda da actual situação política nacional, detendo-se em especial nas eleições para o Parlamento Europeu: «são eleições muito específicas na medida em que, ao contrário de outras, existe um círculo eleitoral único, ou seja, tanto conta o voto do Seixal como o voto de Ponta Delgada ou de Bragança».

«E a nossa primeira batalha é a luta contra a abstenção do eleitorado da CDU» - disse lembrando que na segunda-feira a seguir ao dia das eleições é feriado em Lisboa, o que explicou «pode levar a que as pessoas saiam para outras terras aproveitando a ponte. Se pensarmos que na área metropolitana de Lisboa a CDU tem mais de 50 por cento do seu eleitorado é real o perigo de abstenção. Eis uma tarefa que cada militante tem a partir de hoje: ganhar camaradas e amigos para votarem no dia 12 elegendo deputados do PCP e da CDU».

Sobre a importância política destas eleições, Jerónimo de Sousa disse que constituem «uma excelente oportunidade para penalizar a política anti-social do Governo do PSD, mas também para responsabilizar todas as forças que assinaram de cruz o Tratado de Maastricht, as suas orientações anti-sociais, as suas tendências federalistas, que defendem a Europa das multinacionais mesmo que depois venham afirmar a defesa da Europa dos cidadãos».

A finalizar, realçou o trabalho do PCP e da CDU e as propostas que os seus deputados apresentaram no Parlamento Europeu e na Assembleia da República, recordando que os comunistas e aliados na CDU «vão para estes cargos para servir o povo português e não para se servirem a si próprios».

## Resíduos Tóxicos

Em comunicado do Secretariado do Organismo Intermédio dos Concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago e Sines do PCP, os comunistas manifestam-se contrários à instalação do sistema de tratamento de resíduos tóxicos e perigosos naquela região.

A nota divulgada à imprensa sublinha que o «Governo PSD/Cavaco Silva, após dois anos de silêncio a que foi forçado pela luta das populações dos concelhos do Litoral alentejano», retomou o processo anunciando agora como hipóteses de instalação das referidas unidades «mais dez concelhos além de Sines e Grândola».

Os comunistas consideram que «sendo certo que é necessário encontrar as melhores soluções técnicas que permitam urgentemente tratar de forma eficaz os resíduos industriais que o País produz, o Governo não pode impor a sua localização numa região cujo desenvolvimento passa essencialmente pela actividade turística, que é como é sabido é incompatível com este tipo de instalações».

## Ambiente mal debatido em Alcobça

Numa nota da Concelhia de Alcobça, os comunistas justificam a sua recusa de participar no 1º Seminário do Ambiente da Região Oeste, promovido de 27 a 29 na Foz do Arelho, pelo facto desta iniciativa não prever a abordagem das «grandes questões de importância para o concelho». Nomeadamente, os organizadores do seminário ter-se-ão «esquecido» da bacia do Alcôa, cujo estado de poluição é considerado pelo PCP como «uma verdadeira bomba-relógio» que ameaça as águas subterrâneas captadas para a rede de abastecimento público. Também fora do debate ficou a poluição da baía de S. Martinho do Porto. Em contrapartida, o programa de intervenções previamente preparadas denotava a intenção de servir «objectivos propagandísticos do Governo e eleitorais do PSD», denunciavam os comunistas de Alcobça que não esquecem o voto contrário dos deputados-laranjas que chumbaram as propostas apresentadas pelo

grupo parlamentar o PCP na AR, no sentido de, através do PIDDAC, resolver quer os problemas da Bacia do Alcôa quer da baía de S. Martinho do Porto e do rio de Salir.

## Viana do Alentejo

Meia centena de delegados e convidados participaram nos trabalhos da 1ª Assembleia da Organização de Viana do Alentejo do PCP, que decorreram sábado passado no salão da Biblioteca Municipal.

Foi o culminar de um intenso trabalho que permitiu contactar todos os militantes no concelho e realizar reuniões nas freguesias.

A assembleia aprovou por unanimidade uma resolução política que define as tarefas do Partido e lançou como objectivo até final do ano recrutar de mais 10 novos militantes e aumentar a venda da imprensa do Partido.

Eleita por unanimidade, a nova Comissão Concelhia é composta por 17 camaradas, entre os quais se contam apenas duas mulheres o que foi apontado de imediato como uma deficiência deste colectivo.

Após a aprovação dos documentos, foi convidado a intervir na Assembleia o presidente da Câmara de Viana do Alentejo, Estevão Pereira, eleito como independente nas listas da CDU. O autarca apresentou um breve balanço do início do mandato, realçando a importante obra já realizada pelo actual executivo camarário.

No final da assembleia, interveio Raimundo Cabral, membro do Conselho Nacional do PCP e responsável pela DOREV, que sublinhou a necessidade de continuar o esforço para melhorar o trabalho de organização e intervenção do Partido no concelho.

Mais adiante, aquele dirigente comunista salientou a responsabilidade do PSD na situação gravíssima que se vive no Alentejo onde alastram problemas como o desemprego, a desertificação e a paralisação da agricultura. Raimundo Cabral referiu-se ainda à necessidade imperiosa de uma política democrática que sirva os interesses da região e da sua população apelando à intervenção empenhado dos comunistas nas acções de propaganda e esclarecimento na campanha eleitoral da CDU para o Parlamento Europeu.

# Professores da Grande Lisboa deram a vitória à lista A

Paulo Sucena reafirma importância da unidade e combatividade para afirmar a profissão docente

Embora ainda faltassem apurar as votações em sete mesas, no momento do fecho desta edição, os resultados das eleições da passada quinta-feira para os corpos gerentes do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa davam já uma clara vitória à lista A, que se apresentou aos docentes com a palavra de ordem «Na escola, com os professores, pelo ensino, um projecto renovado, um sindicato para todos».

Numa declaração à comunicação social, Paulo Sucena, reeleito presidente da direcção do SPGL, afirmou ser intenção da lista vencedora «retomar e prosseguir o caminho que há vinte anos o SPGL começou e que há onze anos, com a Fenprof, ajudámos a tornar mais largo, com mais e mais professores». «Para que não mais os professores portugueses deixassem de estar juntos» e «para fazermos a força de estarmos unidos» - sublinhou.

«Como professores, sabemos que tudo o que até hoje conse-

guimos como classe profissional passou pela intervenção dos professores e dos sindicatos» - recordou Paulo Sucena, manifestando-se confiante em que «com os professores, havemos de fazer um sindicato mais forte, um sindicato de todos os professores, soberano e solidário, e combativo».

«Acreditamos, com os professores, que saberemos trilhar os caminhos que não-de levar à afirmação da nossa profissão. E não tememos repetir a nossa disponibilidade de, com os restantes trabalhadores, agirmos e lutarmos por melhores condições de vida e por um Portugal melhor» - afirmou Paulo Sucena.

O novo presidente da mesa da assembleia geral do SPGL é António Borges Coelho. Óscar Soares foi eleito vice-presidente da direcção, enquanto Irene Veloso encabeça os nomes do conselho fiscal. Foram também eleitos os coordenadores e restantes membros das direcções



regionais de Lisboa, Setúbal, Santarém e Oeste.

António Teodoro (que admitiu renunciar ao cargo de secretário-geral da Fenprof, caso os resultados de 26 de Maio lhe fossem desfavoráveis) surge como o grande derrotado destas eleições, em que se recandidatou a presidente da mesa da assembleia geral do SPGL. A sua lista (B) apresentou Ana Benavente, como candidata a presidente da direcção, e Teodolinda Boucinha, a vice-presidente.

Os resultados eleitorais incompletos (ao fim da tarde de segunda-feira faltavam apurar sete mesas) indicavam que a lista A conseguira 5332 votos (51,1 por cento) para a direcção do sindicato, enquanto a lista B se ficava pelos 4570 (43,8 por cento), registando-se 431 votos brancos e 96 nulos. Dos 19871 eleitores inscritos, votaram 10429 (52,5 por cento). A lista C, que se candidatou apenas ao conselho fiscal, obteve 821 votos.

## Desertificação e desemprego em foco no 2.º Congresso da US de Castelo Branco

O distrito de Castelo Branco, onde há mais de oito mil desempregados registados, perdeu cerca de 19 mil habitantes na última década, disseram, sábado, à Agência Lusa fontes da União dos Sindicatos do distrito.

A desertificação e o desemprego na Beira Baixa são dois dos principais temas a debater no segundo congresso da União dos

Sindicatos do Distrito de Castelo Branco, que se realiza nos dias 17 e 18 de Junho, no Centro de Formação Profissional de Castelo Branco, disse o coordenador da União, Luís Garra.

A criação de uma Operação Integrada de Desenvolvimento vai ser defendida no encontro de sindicatos, organizado sob o lema «Desenvolver o distrito,

viver com dignidade» e que será encerrado pelo coordenador nacional da CGTP, Carvalho da Silva.

Luís Garra considerou urgente a criação de uma OID ou de outro instrumento semelhante para travar o envelhecimento da população e a continuada desertificação do distrito e para revitalizar a indústria têxtil, de lani-

fícios e vestuário, pilares económicos fundamentais na região.

O dirigente da USCB criticou também os deputados eleitos pelo distrito (do PSD e do PS) por não fazerem acelerar, junto da Comissão de Petições da Assembleia da República, o processo de pedido de criação de uma OID para a Beira Baixa.



Os trabalhadores dos Seguros têm mostrado que não aceitam a retirada de direitos e a redução dos salários (foto da concentração em Lisboa, frente à APS, no dia 24 de Março)

## Elevada adesão à greve dos Seguros

Os trabalhadores dos seguros estiveram segunda-feira em greve como protesto contra o impasse nas negociações da tabela salarial para 1994 e a tentativa de redução de complementos de reformas e de subsídios de doença.

Segundo declarou à agência Lusa, ao fim da manhã de anteontem, Carlos Marques, do Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul e Regiões Autónomas, a adesão à greve foi elevada e superior aos 80 por cento registados durante a semana de greves parciais, no início do mês.

Numa primeira apreciação (o apuramento rigoroso dos dados só seria possível à tarde), a mesma fonte disse que a adesão variou entre os 98 por cento na companhia «O Trabalho» e os 35 a 40 por cento na «Império».

Os dados apurados apontavam para a greve total na «Mútua dos Pescadores» e na «Companhia Portuguesa de Resseguros», e adesões de 85 por cento na «Metrópole», 70 por cento na «Aliança Seguradora», 60 por cento na «Sociedade Portuguesa de Seguros» e 55 por cento em «A Social». Faltavam ainda elementos, designadamente sobre a «Fidelidade» e a «Mundial Confiança».

## Sindicatos lançam alerta sobre situação social no Alentejo

O secretariado inter-regional da CGTP reúne hoje para debater a realização de uma iniciativa em torno dos problemas do desemprego e do desenvolvimento económico e social

O movimento sindical unitário de há muito tem chamado a atenção para a grave situação económica e social da região, apontando as causas e as consequências da elevada taxa de desemprego, da desertificação e do envelhecimento da população, de destruição e paralisação do tecido económico, em particular na agricultura - recordou a União dos Sindicatos do Distrito de Évora na semana passada, em conferência de imprensa onde deu a conhecer a convocação para hoje do secretariado inter-regional (que integra ainda as estruturas distritais de Beja e Portalegre). A USDE imputa as principais responsabilidades à política prosseguida pelos sucessivos governos do PSD.

### Mais de 43 mil desempregados

No primeiro trimestre deste ano, o número de desempregados no Alentejo ultrapassou os 43 mil, cerca de 20 por cento da população activa. Neste número, os sindicatos incluem os 41927 inscritos nos centros de emprego (dos quais apenas 14320 recebiam subsídio de desemprego) e 1496 desempregados que, por estarem ocupados em programas de formação, não são incluídos nas estatísticas oficiais.

Esta situação varia conforme os concelhos. Nas áreas abrangidas pelos centros de emprego de Moura, Ourique, Alcácer do Sal, Ponte de Sôr e Estremoz, a taxa de desemprego varia entre 20 e 28 por cento.

Em 1993, o Governo lançou um programa de emergência no Alentejo, justificado pelo longo período de seca que assolou a região. Mas escamoteou a característica estrutural que o desemprego ali assume. Ao minimizar os problemas, sobressaiu como objectivo do Governo, em ano de eleições, diminuir as estatísticas do desemprego.

Este ano, os sindicatos constatarem que o objectivo do Governo é apenas ocupar os desempregados que recebem subsídio, deixando de fora os restantes quase 28 mil. A gravidade do problema do desemprego não se mostra suficiente para o executivo laranja se preocupar com os desempregados que não gozam de qualquer protecção social.

No Alentejo todas as medidas preconizadas pelo Governo têm sido no sentido de expulsar as populações das zonas rurais para os centros urbanos e do interior para o litoral ou para o estrangeiro - acusou a USDE na conferência de imprensa de sexta-feira. E recorda algumas dessas medidas:

- o fecho de estações da CP e ramais ferroviários,
- o encerramento de estações da ex-RN (casos do Redondo e Mora) e a eliminação de carreiras, deixando populações isoladas,
- o encerramento de centros de saúde e a manutenção de muitas aldeias sem um médico,
- o encerramento de 86 escolas primárias nos últimos anos, prevendo-se a breve prazo o fecho de mais 50.

Para os sindicatos, isto mostra que o Governo defende a política dos raios técnicos e económicos, e não uma política para os cidadãos. Ou seja, o Governo, com a sua política, tem levado à destuição do aparelho produtivo, o que gera desemprego e desertificação; depois, dizendo que não há população, encerra serviços de saúde, escolas, estações de camionagem e ferroviárias.

Quando há mais de 20 mil famílias com, pelo menos, um dos seus membros desempregado, as mulheres defrontam-se com agravadas dificuldades. A taxa de actividade da população feminina (29,6 por cento) é muito menor que a dos homens (53 por cento). Sendo mulheres 51 por cento da população do Alentejo, entre os desempregados as mulheres representam 67 por cento (28 mil), das quais só 26 por cento recebem subsídio de desemprego (a taxa média é de 36 por cento). A inexistência de serviços de apoio à mulher e à família leva ao agravamento das condições de vida, preparando-se muitos agregados familiares com carências e problemas de alimentação, ao mesmo tempo que surgem focos de marginalidade.

## Delegados sindicais da Função Pública exigem amplo debate

# Qualidade não se obtém com desmantelamento e privatização de serviços

Veio a lume o relatório de uma comissão criada pelo Governo para fazer um «Estudo da Qualidade e Racionalização». Além dos trabalhadores, as ideias do Governo e da comissão implicam também com os cidadãos em geral.

Quando reuniu para aprovar a participação no dia nacional de luta, a assembleia de delegados sindicais da Função Pública do Sul e Açores analisou o relatório

pela realização pessoal de todos os participantes». Aos delegados sindicais do STFPSA, posições de princípio como esta permitiriam inferir que as soluções

«Só que, no final da leitura do relatório, tal expectativa sai completamente frustrada, nas medidas preconizadas e nas omitidas», afirma-se na moção.

gradual e subtil, não vão as pessoas aperceber-se do que está a acontecer» - alerta-se na moção, depois de denunciar que «numa postura pragmática e gradualista», a comissão advoga a «desintervenção do Estado», o que passa por: «vender património»; «oferecer aos trabalhadores» serviços que dêem «elevados prejuízos» e que, por isso, sejam «desinteressantes» para o capital privado; «contratar serviços privados»; «cobrar o serviço» prestado; «transferir a regulação para associações privadas»; «encorajar instituições alternativas»; «fomentar alternativas privadas aos fornecimentos pelo Estado»; etc., etc.

Entretanto, «dos problemas concretos dos recursos humanos da Administração, os tais que fazem perder «o gosto pelo trabalho bem feito» e que inibem a «realização pessoal», a comissão nada disse», o que, para os delegados sindicais do STFPSA, «é motivo acrescido de preocupação pelo que este relatório poderá significar de fundamentação e preparação para uma política ainda mais gravosa».

Na moção, repudia-se «o pressuposto privatístico com que o Governo nomeou tal comissão, dadas as ameaças gravosas, quer para os trabalhadores da Função Pública, quer para os cidadãos em geral, que estão subjacentes a tal ideia». A assembleia de delegados sindicais exige que sejam feitos «estudos oficiais sérios e isentos de soluções preconcebidas», feitos com transparência e a participação dos representantes dos trabalhadores. Tais estudos devem ter «apenas por vectores de orientação o interesse público e o progresso socioeconómico do País». Deverão ainda «levar em linha de conta a realidade laboral do sector, designadamente o nível salarial, a qualidade e estabilidade do emprego, o nível das prestações no âmbito dos direitos sociais e, em especial, as perspectivas de futuro» nas carreiras.

Os delegados sindicais do Sul e Açores propõem «um amplo debate sindical e público sobre a questão da renovação da administração pública, designadamente do relatório da comissão criada pelo Governo sob o pretexto do «Estudo da Qualidade e Racionalização», e reclamam do executivo a abertura imediata de uma «linha de diálogo» sobre esta matéria.



Os sindicatos e os trabalhadores da administração pública têm-se batido contra uma política que piora as condições de trabalho, reduz os salários, degrada a qualidade dos serviços e prejudica os cidadãos em geral

e aprovou uma moção em que exige um amplo debate sobre a questão da renovação da administração pública.

Na apresentação do relatório, recentemente levado a Conselho de Ministros, a comissão governamental afirma que *qualidade* nas prestações que o Estado proporciona à sociedade significa «ir ao encontro das necessidades dos utentes e promover, no interior da organização, um gosto pelo trabalho bem feito e

preconizadas pela comissão «iriam no sentido de melhorar os serviços públicos a partir de medidas de estimulação dos recursos humanos, de formação profissional em exercício, de promoção do aperfeiçoamento e reciclagem profissionais, de atractividade nas carreiras profissionais, de estabilidade socio-emotiva, de concertação e diálogo laborais, de melhoria do estatuto remuneratório, profissional e social dos funcionários».

### Dar, vender, extinguir...

O aproveitamento efectivo dos recursos humanos e a melhoria da sua preparação são coisas que ficaram de fora do horizonte das preocupações da comissão, «pois o mandato que recebeu gira à volta do objectivo de «identificar actividades susceptíveis de privatização».

Os sindicalistas esclarecem: «O poder sabe que só com a participação empenhada dos trabalhadores podem ser melhoradas as prestações do Estado ao cidadão e à sociedade, mas não é esse o seu objectivo. O que lhe interessa é, apenas e só, reduzir custos de estrutura, dê por onde der.

«É assim que, sob a bandeira da qualidade e da racionalização, se ignoram completamente os problemas directos e reflexos da estagnação de carreiras, se escamoteiam as responsabilidades do Estado na formação dos seus próprios trabalhadores, se branqueiam as graves consequências sociais e económicas de ser o próprio Estado a proceder à exclusão social dos seus dependentes directos e, em geral, a tornar desonroso ou mesmo vergonhoso o estatuto social do funcionário público.»

«Dar, vender, extinguir e criar concorrência são as diferentes formas de conjugar o verbo privatizar que a comissão descobriu. Mas tudo de uma forma

## Regiões da Europa defendem serviços públicos

Os sindicatos da administração pública dos Açores, Madeira, Canárias e Córsega entendem que a privatização e o encerramento dos serviços públicos «contribuem para a desertificação» das regiões insulares europeias. Reunidos em Ponta Delgada nos dias 27 e 28 de Maio, os sindicatos consideraram que a administração pública é fundamental para o desenvolvimento das regiões.

Os sindicalistas destes arquipélagos europeus defenderam - refere a agência Lusa - a necessidade de aperfeiçoar os estatutos das ilhas «através da participação das populações e dos trabalhadores nas decisões, reforçando a solidariedade do continente com as regiões».

Os fundos estruturais «até agora não corrigiram as desigualdades e devem ser aplicados para a correcção das assimetrias regionais, com programas de desenvolvimento e no rigoroso respeito pelos trabalhadores». Outra das conclusões foi a de que «após a tratado da União Europeia» se constata «a existência de um conjunto de políticas que influenciam negativamente a situação económica, social e cultural» das regiões.

No encerramento da reunião, o coordenador da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública reclamou uma política que «tenha em conta a necessidade de responder aos problemas sociais da Europa». As políticas praticadas na Comunidade são «coincidentes no agravamento» dos problemas sociais e o desenvolvimento europeu «não pode ser feito contra o factor humano», considerou Carlos Mamede.

## Votar a 12 de Junho pelos interesses do País e dos trabalhadores

A CT da Petrogal defende que as eleições para o Parlamento Europeu «devem procurar garantias de defesa da economia nacional no País e no PE, e punir quem sobrepõe os interesses do capital privado aos direitos dos trabalhadores e aos interesses do País».

Num comunicado que divulgou na semana passada, a comissão de trabalhadores recorda que «nunca, na Petrogal, a instabilidade e a desmotivação se instalaram como desde que foi procurado avançar para a sua privatização. Desde então, com as portas da economia escancaradas pela política governamental, os interesses do grande capital e os interesses de grupo que dentro dele se movem tudo fazem para satisfazer as suas ambições desmedidas».

Nesta luta de interesses, «os jogos de pressão e chantagem recrudescem nos momentos eleitorais», mas «sempre com o devido cuidado, para que os defensores das privatizações mantenham as cadeiras do poder em Lisboa e em Bruxelas». A CT alerta para o aumento da instabilidade e exige que seja posto cobro «à bagunça da privatização e à regressão social que ela tem gerado».

### Évora

A União dos Sindicatos de Évora tomou posição, através da sua comissão executiva, sobre o acto eleitoral de 12 de Junho, exortando os trabalhadores do distrito «a contribuírem com o seu voto para eleger os candidatos que defendam intransigentemente os interesses específicos de Portugal e da região, no plano político, económico, social e cultural, e na afirmação da soberania nacional no quadro da integração de Portugal na CE e que defendam empenhadamente uma Europa social».

Depois de condenar o «monetarismo de vistas curtas que provoca a recessão actual e que está a impedir a tomada das medidas necessárias para a retoma económica e para responder à grave crise social e de desemprego em que a Europa está mergulhada», a União dos Sindicatos do Distrito de Évora lembra que o A lentejo «recebeu nos últimos cinco anos 203 milhões de contos de fundos comunitários, tem a mais elevada taxa de desemprego do País, com cerca de 20 por cento da população activa, viu perder nos últimos dez anos 40 mil habitantes e viu reduzir o rendimento per capita, que em 1986 era de 49 por cento da média comunitária, sendo hoje de 36 por cento, foi vítima da política de marginalização e de clientelas encetada pelo Governo do PSD». E pergunta: «Onde se encontra os 32,6 milhões de contos que foram entregues aos grandes proprietários de terra do distrito de Évora, quando mais de 35 por cento dos desempregados são do sector agrícola».

CARLOS BRITO

ANOTAÇÃO DOS DIAS  
POEMAS DA PRISÃO

edições  
Avante!

Esta *Anotação dos Dias* foi feita na Cadeia do Forte de Peniche, entre Fevereiro de 1960 e Agosto de 1966 — um período de severo agravamento das condições prisionais.

Ao publicar, vinte anos passados sobre o 25 de Abril, a *Anotação dos Dias* de um preso político nas cadeias do fascismo, espero contribuir com esta pequena acha, que se junta naturalmente a muitas outras, para que nas comemorações do vigésimo aniversário da Revolução se mantenha viva a memória da ditadura derrubada e dos seus crimes (que persistentes campanhas pretendem fazer esquecer) e dias tais não tornem ao nosso país.

## PRIVATIZAÇÕES COM CONSENSO

«Há coisas que não vão bem» no processo de privatizações foi uma ideia consensual que uma delegação de representantes de trabalhadores do sector empresarial do Estado retirou das posições expressas numa reunião que teve na semana passada com a comissão parlamentar de Economia, Finanças e Plano. Dirigentes da CGTP-IN, da coordenadora das comissões de trabalhadores da Banca e da coordenadora das CTs da cintura industrial de Lisboa deslocaram-se dia 25 à Assembleia da República para entregar as conclusões da reunião plenária do SEE realizada a 12 de Maio em Lisboa.

«Na sequência da exposição sobre as conclusões e, em particular, sobre as privatizações, a delegação registou o acolhimento dessas preocupações, ouviu posições diferentes dos representantes dos vários partidos (PS, PCP e PSD) quanto ao entendimento das privatizações, registando-se um ponto de consenso: há coisas que não vão bem» - relata um comunicado do departamento de informação da CGTP. «Assim sendo, as organizações presentes entendem que ganha maior oportunidade a reclamação dos trabalhadores da necessidade de parar e reflectir», conclui o comunicado.

## IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA

Um plenário de trabalhadores da Imprensa Nacional-Casa da Moeda exigiu que o Governo e a administração desbloqueassem a negociação do acordo de empresa para 1994, aceitassem uma actualização salarial «que permita compensar a brutal redução do poder de compra» e abandonar as tentativas de privatização da IN-CM. Caso as reivindicações não fossem satisfeitas, a moção aprovada no plenário apontava para a marcação de um dia de greve na próxima sexta-feira, 3 de Junho.

## ÉPOCA ALTA COMEÇA COM SALÁRIOS POR PAGAR

Na hotelaria e turismo mantém-se uma preocupante situação de dívidas e atrasos no pagamento de salários - alerta a federação sindical do sector, numa nota recente em que destaca, pela gravidade de que se revestem, as situações vividas no Algarve e em Setúbal. A Feshot refere casos como a Torralta (Tróia, Lagos e Alvor), a SAAL, o hotel Excelsior e a Clínica Amoreiras (Lisboa), os hotéis Neptuno, Vasco da Gama e Alcazar (Monte Gordo), os apartamentos turísticos Borda d'Água e a Natursol (Albufeira), o hotel Espadarte (Sesimbra), o hotel Esperança e o refeitório da Movauto (Setúbal), os hotéis Quarteirasol e Beira-Mar (Quarteira), o hotel Globo (Portimão).

## PROFESSORES CONTRA PROVA DO 8º ESCALÃO

Mais de 20 mil assinaturas foram já recolhidas pelo Sindicato dos Professores do Norte, que lançou um abaixo-assinado para exigir a abolição da prova de candidatura ao 8º escalão da carreira docente. Uma nota do SPN recorda que a carreira é constituída por 10 escalões; professores e educadores habilitados com bacharelato fazem o percurso do 1º ao 9º escalão, enquanto os licenciados podem ir do 3º ao 10º. Entretanto, o DL 409/89 determina que a progressão na carreira é feita por decurso de tempo de serviço efectivamente prestado em funções docentes, por avaliação de desempenho e pela frequência com aproveitamento de módulos de formação. «Não faz sentido que assim seja para todos os escalões menos para a passagem do 7º ao 8º escalão, onde o Governo pretende que se realize também uma prova de candidatura, com a entrega e defesa perante um júri do currículo e de um trabalho de natureza pedagógica» - protesta o SPN.

## CGTP NO BRASIL E EM MOÇAMBIQUE

Delegações da CGTP-IN representaram a confederação nos recentes congressos da CUT brasileira e da Organização dos Trabalhadores Moçambicanos. No 3º Congresso da OTM a Inter esteve representada por Carlos Carvalho, do Conselho Nacional. No 5º Congresso da CUT participou Florival Lança, da Comissão Executiva e responsável pela área internacional.

## E AS BOLSAS DOS FORMANDOS?

A Interjovem protestou formalmente contra o facto de o ministro do Emprego não ter ainda actualizado o montante das bolsas destinadas aos cerca de 15 mil jovens que frequentam o Programa Aprendizagem (e que já não foram actualizadas em 1993). O valor base da bolsa, se a actualização tivesse sido feita, passaria para 45 mil escudos, em vez dos actuais 40 mil.

A organização de juventude da CGTP afirmava, numa nota recente, ter conhecimento através do presidente da Comissão Nacional de Aprendizagem, de que o Governo não tenciona actualizar este ano as bolsas, o que a Interjovem considera que seria «uma clara injustiça para com os jovens dos programas Aprendizagem».

# Greve a 95 por cento contra a política da DGV

Os trabalhadores contestam o desmantelamento e privatização de serviços como os exames de condução e as inspeções periódicas de veículos

No dia 25 de Maio, os trabalhadores da Direcção-Geral de Viação estiveram em greve, com uma adesão que, segundo a federação sindical da Função Pública, ultrapassou os 95 por cento. A paralisação foi decidida num plenário nacional realizado em Coimbra no dia 14, depois de idêntica reunião, em Abril, ter alertado para o «escândalo nacional» que representavam as privatizações dos exames de condução e das inspeções a veículos. Para os sindicatos estão também em causa a estabilidade de emprego e a dignificação profissional.

## Portas abertas ao negócio

Em nome da prevenção rodoviária e cumprindo disposições comunitárias, o Governo permitiu, em Maio de 1991, a realização de exames de condução por entidades privadas. Em Novembro de 1992, foram abertas as portas para o negócio privado se alargar às inspeções periódicas obrigatórias, que foram generalizadas aos veículos ligeiros de passageiros. Na legislação (decretos-leis 175/91 e 254/92) exige-se que estas actividades só possam ser exercidas por entidades que não prossigam fins lucrativos. Mas, pelos vistos, isso será mera formalidade.

O centro privado de exames de condução que funciona em Sobral de Monte Agraço é explorado pela ANIECA, associação patronal que representa as escolas de condução e que, pela sua própria natureza, está interessada em rentabilizar o negócio das cartas de condução.

O centro de inspeções periódicas «ZUIR» (Porto) pertence ao grupo Salvador Caetano, com fortes interesses no ramo automóvel (e, segundo a federação da Função Pública, começou mesmo a funcionar antes da sua legalização ser publicada no «Diário da República»).

A Toitortes, representante nacional da Toyota, explora um centro de inspeções em Torres Vedras. Diversas empresas do sector de transportes também abriram centros de inspeções periódicas (nomeadamente Barraqueiro, Cabanelas e empresas resultantes da privatização da RN).

Entidades deste tipo têm, ou não, um claro fim lucrativo? A interrogação é pertinente.

Por outro lado, denunciam os representantes dos trabalhadores, é a Direcção-Geral de Viação (isto é, o Orçamento do Estado) que está a fazer e a pagar a campanha de publicidade dos centros de inspeções privados, com recurso aos funcionários públicos.

São também criticadas as condições em que os carros são inspeccionados. Citando os casos de um centro de Braga, que já teve dias em que inspeccionou 280 veículos, e do centro Cabanelas, a federação da Função Pública afirma que há centros onde uma ins-

pecção é feita em 5 ou 6 minutos, quando se admite, para uma correcta inspecção, uma duração média de 20 minutos.

Como são abertos centros de inspecção de veículos que não possuem técnicos credenciados, são os técnicos da DGV obrigados a legalizar pseudo-inspeções: «Os técnicos da DGV são deslocados para os centros privados de inspecção, a fim de rubricarem os impressos de inspeções feitas sem qualquer rigor técnico. O que é preciso é inspeccionar rápido e formalmente, a troco do respectivo pagamento» - acusava-se numa nota recente da federação, em que se afirmava mesmo que a facilitação nas inspeções não permite verificar a autenticidade dos números de chassis e motores, o que possibilita a circulação de viaturas viciadas ou roubadas.

Por todas estas razões, a FNSFP afirmava que «o Estado, ou seja, os contribuintes através dos impostos, financiam, propagandeam e são obrigados a legalizar negócios obscuros em nome de uma pseudo-segurança rodoviária».

São também técnicos da DGV obrigados a dar cobertura a «este tipo de negociações» no que se refere a exames de condução nos centros privados, onde antigos instrutores são hoje examinadores. A federação denunciou também a «situação anómala» de existência

de ligações familiares entre examinadores destes centros, instrutores e proprietários de escolas de condução.

Para a federação da Função Pública, «é lícito concluir que, pagando à privada, existem sérias probabilidades de não haver reprovação», o que cria uma situação em que quem tem que fazer exame de condução prefere o centro privado, apesar de isso lhe poder custar, com todas as despesas, dez vezes mais que no serviço público. Assim, os privados podem pagar ordenados que triplicam o salário de um inspector da DGV.

«Diversas escolas de condução» são acusadas pela Federação Nacional de Sindicatos da Função Pública de reterem licenças de aprendizagem dos intruendos, vedando-lhes a possibilidade de optarem pelo local de prestação de provas.

## Excessos...

Os centros privados de exame foram abertos em nome da indiscutível incapacidade de resposta da Direcção-Geral de Viação. Só que, recorda a federação, paralelamente foram despedidos técnicos da DGV que estavam contratados a termo, havendo cerca de 30 vagas no seu quadro para esta categoria profissional.

Agora, veio o Governo falar na existência de funcionários na DGV que é necessário disponibilizar, admitindo que passem para os quadros do pessoal civil da PSP e para os governos civis. Muitos desses «excedentários» foram obrigados a distribuir em portagens propaganda dos centros privados de inspecção.

As listas de trabalhadores da DGV a destacar para a PSP, para a federação da Função Pública, «mais não é que a criação de disponíveis de forma encapotada». A negociação dos quadros de pessoal, que devem contemplar todos os trabalhadores da DGV, e a transição apenas para quadros (da PSP ou governos civis) onde haja vagas por preencher surgiram com força entre as reivindicações que estiveram na base da greve da semana passada.

A elevada adesão à greve mostra que «os trabalhadores não estão dispostos a aceitar a política seguida na DGV, que põe em causa a sua estabilidade de emprego e a sua dignificação profissional, nomeadamente a intenção de desmantelar e privatizar serviços, que põe em causa os interesses dos utentes dos serviços públicos», afirmava uma nota de imprensa da FNSFP, emitida no dia 25 e na qual se considerava que esta foi, na DGV, «a maior greve de sempre».

## CGTP propõe «reflexão séria» sobre criança e família

O Dia Internacional da Criança «vai, uma vez mais, ser comemorado no nosso país sem que estejam lançadas as bases de uma efectiva política de família e sem que exista um programa eficaz de apoio à criança», afirma o departamento de informação da CGTP-IN num comunicado de imprensa em que assinala o 1 de Junho propondo que este dia, no Ano Internacional da Família, «seja aproveitado para iniciar uma reflexão séria sobre as condições da criança e da família e a satisfação de algumas reivindicações urgentes».

O Governo, acusa a central, «em vez de tomar as medidas concretas que a situação exige, prefere refugiar-se em discursos altisonantes, eivados de afirmações hipócritas ou demagógicas». Assim, enquanto no preâmbulo da portaria de actualização do abono de família o executivo laranja diz que considera prioritário dispensar protecção especial à infância e juventude, anuncia no mesmo diploma um aumento do abono de família em apenas 120 escudos mensais (2,6 por cento) e para vigorar, não a partir do início do ano, mas só depois de 1 de Junho. «É um escândalo! O aumento dessa protecção social em todo o ano de 1994 dará para comprar 6 litros de leite» - protesta a CGTP.

Mas «pior sorte tiveram os subsídios de aleitação, de nascimento, de casamento e o subsídio para crianças e jovens deficientes, cujo aumento foi zero», acrescenta o comunicado, lembrando que «a par disso, o Governo tem vindo a privatizar a rede de creches, entregando-as a instituições que praticam preços inoportunos para a maioria das famílias portuguesas». «Não será seguramente com medidas como estas que se promove o aumento da natalidade» e «muito poucos serão os casais que poderão pagar o equivalente a um salário mínimo, ou até mais, por mês para terem uma criança numa creche» - comenta a central.

Para a Inter, «a obsessão de tudo privatizar e de submeter a dimensão social à lógica do lucro nem sequer poupa a educação pré-escolar, malgrado ela ser quase unanimemente considerada um factor fundamental para o desenvolvimento da criança, logo, um dos mais proveitosos investimentos que a sociedade pode fazer», tanto mais que «a rede pública de jardins de infância apenas serve 24 por cento das crianças dos 3 aos 6 anos de idade».

Defendendo que «uma família estável é factor determinante para que a criança tenha um crescimento harmonioso e saudável» e que «não será com a continuação da actual política que essa estabilidade se garante», a CGTP avança algumas reclamações urgentes, encaradas como primeiro passo para alterar radicalmente o actual quadro:

- as prestações familiares devem ser imediatamente aumentadas, com retroactividade a 1 de Janeiro,

- deve ser implementada uma rede pública de creches e estabelecimentos de educação pré-escolar, com carácter geral e gratuito, e devem também ser preenchidas as vagas de médicos e técnicos nos centros de saúde,

- deve ser decretado um aumento intercalar mínimo de 5 mil escudos no salário mínimo nacional

- e deve ser garantido um rendimento mínimo para as famílias.

«Portugal e as famílias portuguesas não precisam de mais promessas e de discursos carregados de hipocrisia. Precisam, isso sim, de uma nova política que promova o crescimento e o desenvolvimento económico e social, crie emprego e assegure uma maior justiça social», conclui o comunicado.

# Homenagem a Maria Lamas

A memória de Maria Lamas, grande escritora, destacada activista da causa da emancipação feminina e militante do PCP, foi homenageada no domingo, dia 29 de Maio, em Torres Novas, sua terra natal.

Promovida pelo Movimento Democrático de Mulheres (MDM), com a colaboração da Câmara Municipal de Torres Novas, a homenagem nacional, que contou com ampla, empenhada e comovida participação, compreendeu um desfile, o descerramento de um monumento, um almoço de convívio e uma sessão cultural.

Para o acto, reuniram-se em Torres Novas delegações de mulheres e homens (as primeiras em franca maioria), mobilizadas em grande parte pelo MDM. Presentes, entre outras, delegações de Lisboa, Porto, Setúbal, Algarve, Marinha Grande, Vila Franca de Xira, Montemor-o-Novo e diferentes outros pontos do Alentejo, além de grande participação da gente torrejana.

Um colorido desfile de 2500 pessoas percorreu algumas ruas de Torres Novas até à praça que tem o nome da grande escritora de "A Mulher no Mundo" e "As Mulheres do Meu País", onde foi inaugurado o monumento em sua homenagem. O desfile, encabeçado pela Banda Operária Torrejana, integrava na primeira fila uma delegação da direcção do MDM, com Fernanda Tavares, Odete Braz, Leonor Agulhas, Helena Bastos, Maria José Ribeiro, Luísa Vitorino, Stela Oliveira, Júlia Amorim, Conceição Morais, Fernanda Mateus, Paula Coelho e Teresa Redol. Também se incorporou no desfile uma delegação do PCP composta por Carlos Brito, Luísa Araújo e António José

Orcinha. Entre as diversas individualidades, de assinalar a presença do general Vasco Gonçalves, Cesina Bermudes, Emídio Martins (da Comissão Executiva da CGTP), os deputados Sérgio Ribeiro e Luís Peixoto, e o vereador da Cultura da Câmara Municipal de Torres Novas,



Aspecto do desfile, em Torres Novas

O monumento, uma bela figura de mulher, da autoria do escultor Armando Ferreira, foi descerrado por Maria Cândida Caeiro, filha de Maria Lamas,

estando também presentes netos e bisnetos da escritora.

A primeira intervenção esteve a cargo de Odete Braz, que aprofundou as razões da homenagem e o papel de Maria Lamas na luta das mulheres portuguesas, invocando a sua afirmação de que "a liberdade da mulher só é possível com a libertação do homem". Seguiu-se o Presidente da Câmara de Torres Novas, que prestou homenagem à escritora torrejana, afirmando que ela "não é só um valor de Torres Novas, mas de todo o país", e saudou a luta das mulheres e do MDM. Finalmente, Fernanda Mateus traçou um quadro da actividade do MDM, sublinhando que "a luta pelos direitos das mulheres é uma luta actual" e "não é uma luta redutora".

O almoço, com 500 participantes, foi presidido por Manuela Cunha, dirigente do MDM no distrito de Santarém, e a única intervenção esteve a cargo de Maria Cândida Caeiro, filha da homenageada.

A sessão cultural, que encerrou a iniciativa, foi apresentada por Fernanda Lapa e contou com a participação do Grupo de Bailado Dança Trupe, Grupo de Danças Populares da Escola Secundária Maria Lamas, Coro do Jardim-Escola João de Deus e do Choral Fidelios, todos de Torres Novas. Na ocasião, foram ainda transmitidas as saudações da UMAR, da Organização das Mulheres Comunistas e do Secretariado do Comité Central do PCP.

Monumento de homenagem a Maria Lamas



Ano 1934 N.º 239  
Carteira de Identidade  
de Profissional da Imprensa



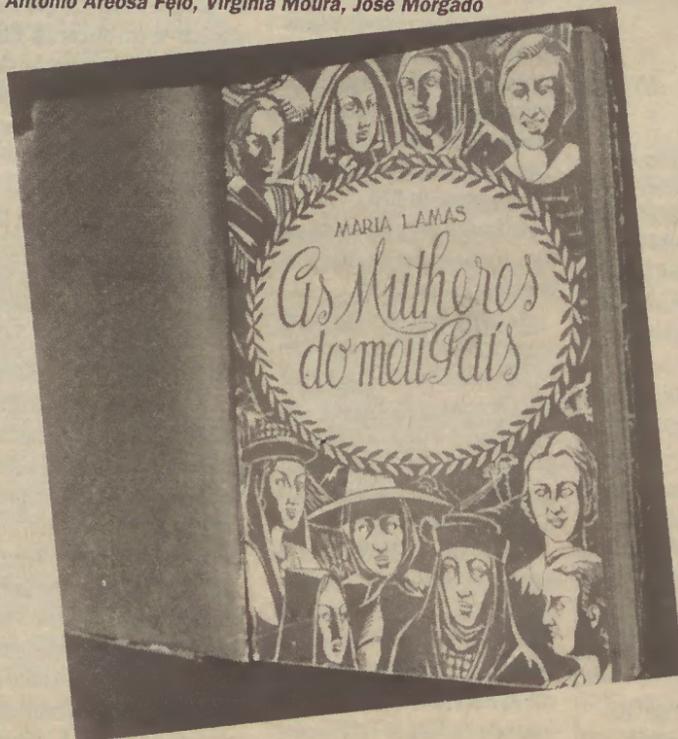
do Ex.º Sr.ª D. Maria  
da Cunha Lamas  
Assinatura do portador:

Século do Sindicato N.º 198

Carteira de Identidade  
de Profissional da Imprensa



Maria Lamas num grupo de ex-presos políticos: Pinto Rodrigues, Albertino de Macedo, Maria Lamas, Pinto Gonçalves, Rui Luís Gomes, António Areosa Feijó, Virgínia Moura, José Morgado



Cartões do PCP (o 1º e o último)

## Saudações

No dia em que se inaugura o monumento que em Torres Novas se erigiu a Maria Lamas, insigne portuguesa que dedicou toda a sua vida à luta pela causa da democracia e dos direitos das mulheres, não pode a Organização das Mulheres Comunistas deixar de saudar o Movimento Democrático de Mulheres, de que Maria Lamas foi Presidente honorária e desde a primeira hora aderente, pela louvável iniciativa que tomou e de que Maria Lamas é tão justamente merecedora.

Lisboa, 29 de Maio de 1994

### A Organização das Mulheres Comunistas

O Secretariado do Comité Central agradece o convite dirigido ao Partido Comunista Português para participar na inauguração do Monumento Homenagem a Maria Lamas e saúda o Movimento Democrático de Mulheres pelo significado desta iniciativa na valorização da luta das mulheres por uma vida melhor.

Maria Lamas destacou-se no estudo e denúncia da situação das mulheres portuguesas, na luta pela libertação da mulher, integrada na acção antifascista, pela democracia e pela paz.

Honramo-nos de ter contado com Maria Lamas entre os militantes do PCP, homens e mulheres que abraçaram o ideal do socialismo e do comunismo, com a convicção de que só numa sociedade sem a exploração do homem pelo homem é possível a mulher ter as condições para a sua plena emancipação.

Desejamos os melhores êxitos à intervenção do MDM na defesa e na aplicação dos direitos da mulher.

Lisboa, 29 de Maio de 1994

O Secretariado do Comité Central  
do Partido Comunista Português

# Interpelação do PCP sobre política educativa

## Governo chumba na avaliação global

Problema nacional da maior relevância, com implicações no presente e no futuro, a política educativa esteve no centro dos trabalhos parlamentares, faz hoje oito dias, por iniciativa da formação comunista. Foi uma iniciativa da grande alcance e oportunidade que permitiu comprovar a falência das orientações que têm pautado nos últimos 15 anos a acção do Governo para o sector, pondo a nu, designadamente, as suas responsabilidades pela actual situação, caracterizada pela crise, pela desconfiança e pela instabilidade.

Provado ficou, nomeadamente, como salientou, na sua intervenção final Octávio Teixeira, "o estado caótico em que se encontra o sistema educativo", não sendo um mérito menor da interpelação o ter permitido apurar, simultaneamente, as causas da situação, sem deixar de apontar responsabilidades e apresentar soluções e políticas alternativas.

Nesse sentido e com essa preocupação foram encaminhadas todas as intervenções produzidas pelos deputados comunistas ao longo do debate (Octávio Teixeira,

António Filipe e Paulo Rodrigues), a partir das quais foi possível concluir, sem margem para dúvidas, que a educação em Portugal está em crise, no que é um reflexo da crise mais geral que afecta a sociedade portuguesa.

A incapacidade do Governo para enfrentar os problemas de fundo, a sua desorientação, bem como o seu crescente autismo e recurso ao autoritarismo - evidenciados no próprio debate pela reacção quer do Governo quer dos deputados da maioria - constitui outro aspecto marcante

da acção governativa que os deputados comunistas trouxeram para primeiro plano.

Como a lume veio o facto de a política educativa exemplificar abundantemente - e esta constitui uma terceira questão central para a qual Octávio Teixeira chamou a atenção - o sentido geral das orientações que presidem às políticas do Governo, marcadas pelo economicismo, pelo negociismo e por um individualismo desenfreado, pelo acentuar crescente das desigualdades, pelas injustiças e marginalizações sociais, bem como pela sua desresponsabilização das incumbências sociais que lhe estão cometidas.

Daí que, no fecho do debate, em jeito de balanço, o líder da bancada comunista não tenha hesitado em concluir que se "na avaliação contínua a que a política educativa tem estado sujeita o Governo vem somando negativas", na avaliação global a que foi submetido no debate o resul-

tado tenha sido um inequívoco e irremediável chumbo.

Razões não faltam, e aí estão, para o testemunhar, como foi lembrado, a deficiente quantidade e qualidade dos edifícios, dos equipamentos, das aprendizagens e formações, da escolarização e da organização, a insuficiência de recursos financeiros destinados à educação, a crise de valores e de confiança, "com a quebra de prestígio da escola, a erosão das expectativas e a falta de confiança com que hoje se confrontam os profissionais, as famílias e os jovens estudantes".

Uma atenção particular dos deputados comunistas mereceu igualmente o sistema de avaliação, o qual tem gerado, sobretudo no ensino secundário - como mostra a recente regulamentação das provas globais -, um fortíssimo movimento de contestação de todos os agentes envolvidos.

Pronunciando-se a este respeito, antes de expressar a soli-

dariedade do PCP a alunos, pais e professores, Octávio Teixeira considerou que a avaliação tem subjacente não a qualidade do ensino e da formação dos estudantes, mas sim a "de impor uma acrescida selectividade para tentar resolver, também aqui artificialmente, o problema da insuficiência de vagas no ensino superior público".

"Os jovens tiveram razão quando combateram e se manifestaram contra a PGA. Os jovens têm razão quando reivindicam e se manifestam por mais e melhor acção social escolar. Os jovens têm razão quando se manifestam e recusam a realização destas provas globais", observou Octávio Teixeira, antes de deixar um conselho à ministra: "Não trilhe os caminhos do monólogo, da prepotência e do autismo que seguiram os seus antecessores. Em vez do uso do bastão, responda com inteligência ao descontentamento geral."

## 12 acusações

No centro da interpelação, convenientemente fundamentadas, estiveram as acusações lançadas pelo Grupo Parlamentar do PCP ao Governo. Sistematizadas em doze pontos, pelo deputado António Filipe, deram o mote ao debate e constituíram-se num testemunho revelador da extensão do estado caótico a que chegou o sistema educativo.

Num pano de fundo marcado pela desconfiança e pelo clima de instabilidade, eis, pois, sumariamente, as acusações formuladas da tribuna pelo parlamentar comunista:

**Primeira:** acusamos o Governo de negar às crianças portuguesas o acesso à Educação Pré-Escolar.

**Segunda:** acusamos o Governo de impor uma generalização da reforma curricular, marcada pela incoerência e pela descoordenação, sem a adopção das medidas estruturais indispensáveis para suportar uma reforma real.

**Terceira:** acusamos o Governo de pretender transformar os sistemas de avaliação dos alunos dos ensinos básico e secundário em instrumentos da sua política neoliberal.

**Quarta:** acusamos o Governo de alienar as suas responsabilidades na acção social escolar ao nível do ensino básico, inviabilizando em muitos casos o cumprimento da escolaridade obrigatória.

**Quinta:** acusamos o Governo de revelar uma total indiferença perante as crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

**Sexta:** acusamos o Governo de faltar a todas as suas promessas quanto ao aumento do número de vagas no ensino superior.

**Sétima:** acusamos o Governo de ter faltado escandalosamente às suas promessas de melhoramento do sistema de acção social escolar para o ensino superior.

**Oitava:** acusamos o Governo de negar ao ensino superior os meios de financiamento indispensáveis ao seu funcionamento normal.

**Nona:** acusamos o Governo de, através da imposição do aumento das propinas, pretender implementar por fases, o objectivo de fazer os estudantes passar a suportar os custos reais do ensino público.

**Décima:** acusamos o Governo de ser responsável por uma progressiva desvalorização da função docente.

**Décima primeira:** acusamos o Governo de procurar impor um modelo autoritário, inadequado e governamentalizador da direcção, administração e gestão das escolas, através da desvalorização dos órgãos de gestão eleitos e da concentração de poderes nos directores executivos, desprezando a rica experiência que constitui a gestão democrática.

**Décima segunda:** acusamos o Governo de responder com a violência policial aos justos protestos e manifestações dos estudantes.

## João Amaral acusa Governo aposta na policialização

Os ataques às liberdades continuam a ser um traço marcante na acção política do Governo, particularmente visível no Ministério tutelado por Dias Loureiro onde tal acção afronta as regras e princípios democráticos constitucionalmente consagrados, atingindo simultaneamente direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Para a gravidade da situação, com insistência, de há muito, vem chamando a atenção o Grupo Parlamentar do PCP. Os factos, entretanto ocorridos, vieram dar-lhe inteira razão. Depois do escândalo relacionado com a actuação do SIS, o caso mais recente dá pelo nome de Regulamentos Policiais. Em fase de elaboração pelos Governos Cívicos, estes regulamentos exemplificam, para utilizarmos a expressão de João Amaral, de "uma forma indesmentível, as características antidemocráticas que perpassam nos diferentes capítulos da política de segurança".

Para o parlamentar comunista, que levou o caso a plenário numa declaração política proferida na passada semana, estes ataques à democracia e às liberdades configuram mesmo no caso dos referidos regulamentos, como é o do Distrito de Lisboa, "um mar de ilegalidades e inconstitucionalidades verdadeiramente aberrantes".

"Todo ele está construído na óptica de que «o cidadão merece antes de tudo desconfiança», particularmente quando exerce direitos como o de reunião ou de associação", observou a propósito João Amaral, alertando simultaneamente para o facto de que, tal como antes do 25 de Abril, "lá está a proibição de ajuntamentos e os concomitantes poderes à polícia para o famigerado «circu-

lem» e as habituais ameaças de recurso à força".

Depois de pôr em relevo a natureza claramente inconstitucional desta norma, "que viola a reserva de competência da Assembleia, e, mais do que isso restringe as liberdades para além do que a Constituição permite", João Amaral interrogou-se sobre o que é que o Governo Civil quer controlar na vida privada dos cidadãos: "As festas de casamento? As festas de anos? Os amigos que se juntam a ver futebol? Ou os que se reúnem a discutir ideias?"

O que está em causa, do ponto de vista do deputado do PCP, com este regulamento policial, é o próprio direito de associação, se atendermos às imposições que dificultam a vida das associações em todos os planos, o que o levou a concluir que, tal como antes do 25 de Abril, o "Regulamento desconfia das associações e visa o seu controlo".

### Prática usual?

Entretanto, numa abordagem à questão levantada pelo actual sistema de fiscalização dos serviços de informações, o ministro da Administração Interna afirmou no Parlamento que este "é bom" e que o Governo "está atentíssimo ao cumprimento da lei".

As explicações, como era de esperar, não satisfizeram a oposição, levando-a a interpelar o ministro com variadíssimas perguntas e a considerar, como fez Jorge Lação (PS), que a intervenção do titular da pasta da Administração Interna fora "um desapontamento total", "sem razão e com falta de razões".

Depois do anúncio de que os Serviços de Informações e

Segurança (SIS) na Madeira actuaram à margem da lei - que originou a substituição dos directores do SIS -, Octávio Teixeira, líder parlamentar comunista, questionou as garantias que o Governo pode dar para que "essas situações não voltem a acontecer". O facto de terem sido detectadas irregularidades na actuação do SIS-Madeira pode levar à conclusão que "essa é uma prática usual", concluiu Octávio Teixeira.

### PSD rejeita inquérito

Nota de realce, ainda sobre esta matéria, merece a posição do Grupo Parlamentar do PCP ao admitir ceder assinaturas para tornar obrigatório o pedido de inquérito alargado do PS aos Serviços de Informações, incluindo as polícias.

Este pedido de inquérito esteve em debate na última Conferência de Líderes, mas o PSD rejeitou o seu agendamento para breve. Além deste inquérito, o PCP queria, mas foi inviabilizado, que fossem agendadas, com urgência, as suas duas iniciativas legislativas pendentes relativas aos Serviços de Informações. Neste caso, recorde-se, estão um projecto de lei que alarga poderes e competências do Conselho de Fiscalização e outro sobre a atribuição de poderes especiais à Procuradoria Geral da República (PGR) para fazer um inquérito extraordinário ao SIS.

Quanto a este último, o Grupo Parlamentar do PCP admite usar o direito de agendamento próprio para obrigar a sua colocação em agenda e debate, mas a decisão não está ainda tomada.

## Ilegalidades do SIS Tudo praticamente em aberto...

As demissões e exonerações operadas na passada semana ao nível das mais altas esferas do SIS, na sequência das actuações ilegais que envolveram estes serviços, está longe de poder ser considerado um assunto encerrado, como previmos, nestas páginas, na última edição do "Avante!". Essa é, pelo menos, também, a opinião de João Amaral, que, na sua intervenção, considerou estar tudo em aberto pelo menos enquanto não forem resolvidas cinco questões que reputou de centrais. A primeira, disse, tem a ver com o termo da "instrumentalização do SIS pelo Governo, como arma de prossecução das suas opções político partidárias e de combate às forças políticas e sociais que criticam e se opõem a essas opções".

A "recondução do SIS às suas finalidades legais ao combate à alta criminalidade, sabotagem, espionagem e terrorismo", constituiu um segundo aspecto central, no entender do parla-

mentar comunista, que coloca como terceira questão a "efectiva fiscalização do SIS, através do reforço dos poderes e melhoria da composição do Conselho de Fiscalização".

Para João Amaral, importa ainda que se proceda à "detecção integral das ilegalidades cometidas nestes anos pelo SIS nos diferentes escalões e áreas de actividade", devendo, por último, ser desencadeada uma "acção disciplinar e criminal contra os responsáveis".

Veremos se tais objectivos serão concretizados ou se, pelo contrário, não haverá motivos para novas inquietações - o alerta foi deixado por João Amaral -, a avaliar por sinais recentes, como o da nomeação do ex-director do Serviço de Informações de Estrangeiros e Fronteiras, Daniel Sanches, que se distinguiu pelos comportamentos xenófobos e racistas assumidos pela entidade a que presidiu.

**Cimeira**

Os chefes de Estado de Angola e Moçambique vão estar presentes numa cimeira sobre a África Austral a realizar de 9 a 10 de Junho próximo na Cidade do Cabo.

A cimeira, de dois dias, subordinada ao tema "No limiar de uma nova era", é organizada pelo Fórum Económico Mundial (WEF), com sede em Genebra, e tem por objectivo criar uma agenda para a cooperação económica e integração da região austral de África.

O presidente da África do Sul, Nelson Mandela, fará o discurso de abertura no dia 9. A delegação do novo governo sul-africano é composta pelos dois vice-presidentes, Frederik de Klerk e Thabo Mbeki, e por onze ministros, entre eles Mangosuthu Buthelezi (Interior), Joe Modise (Defesa), e Roelof Pik Botha (Energia e Minas). O presidente da Assembleia Constituinte sul-africana e secretário-geral do Congresso Nacional Africano (ANC), Cyril Ramaphosa, irá estar presente, assim como Zach de Beer, membro do Partido Democrático (DP), e representantes do Partido Nacional (NP) e do Inkatha.

A cimeira do Cidade do Cabo será dividida em dois painéis de discussão.

No primeiro, intitulado "Estruturas económicas e políticas", participam os presidentes de Angola, José Eduardo dos Santos, de Moçambique, Joaquim Chissano, da Zâmbia, Frederick Chiluba, do Zimbabué, Robert Mugabe, e da Tanzânia, Ali Hassan Mwinyi. O segundo painel, sobre "O mercado comum para a África Austral", terá a participação do ministro das Finanças de Moçambique, Eneas Comiche, do seu homólogo da Zâmbia, Ronald Penza, do ministro do Comércio e Indústria sul-africano, Trevor Manuel, do seu homólogo do Botswana, Ponatshego Kedikillwe, do secretário-geral da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), Kaire Mbuende, e do ministro do Ambiente e Turismo sul-africano, Dawie de Villiers.

A agenda da cimeira inclui ainda a apresentação de outros tópicos específicos, tais como "As exigências sociais na África do Sul de hoje e amanhã", "Novas políticas fiscais e monetárias" e o "Impacto da acção afirmativa nas estruturas administrativas e suas implicações para os investidores estrangeiros". A cimeira sobre a África Austral é o segundo encontro que o Fórum Económico Mundial realiza na Cidade do Cabo, depois de um processo que teve início em 1990, quando membros da fundação se reuniram em Genebra com líderes mundiais e da oposição sul-africana. O Fórum Económico Mundial, fundado em Genebra em 1971, realizou o seu primeiro encontro na Cidade do Cabo em 1993.

**Ruanda**

O secretário-geral da ONU, Butros-Ghali, defendeu a necessidade

## Contra o bloqueio Solidariedade com o povo de Cuba

Uma delegação da Comissão Nacional "Contra o bloqueio e de solidariedade com o povo de Cuba", entregou na passada terça-feira, na Embaixada norte-americana em Lisboa, uma cópia da declaração em que se anunciam os seus objectivos, juntamente com uma carta dirigida ao Presidente do Congresso dos EUA.

A delegação era composta por Manuel Sá Marques, Director da Associação dos Diabéticos, Engenheiro Cunha Serra, dirigente do Conselho Português para a Paz e Cooperação, Armanda Fonseca, advogada e Presi-

dente da Associação de Amizade Portugal-Cuba, e pelos deputados Miguel Urbano Rodrigues e Corregedor da Fonseca.

Uma cópia da Declaração deve ser igualmente entregue ao ministro dos Negócios Estran-

geiros do Governo de Portugal, tendo sido já pedida audiência para troca de impressões sobre a posição política portuguesa em relação ao bloqueio a Cuba.

A Comissão Nacional "Contra o bloqueio e de solidariedade com o povo de Cuba", criada em

Abril, é integrada por destacadas personalidades de diferentes sectores da vida portuguesa e de

todo o país, e propõe-se contribuir para o fim do bloqueio a Cuba.



### Declaração

O bloqueio norte-americano contra Cuba começou há 34 anos.

Cuba, que, devido em grande medida a esse bloqueio, realizava 85% do seu comércio externo com os países do antigo bloco socialista, viu, após a desagregação da URSS, a sua capacidade de importação reduzida para um quinto da anterior. O governo norte-americano aproveitou a oportunidade para endurecer o bloqueio. A Assembleia Geral das Nações Unidas, considerando a ilegalidade da situação criada, aprovou a Resolução 47/19, através da qual recomendou aos EUA que pusessem fim ao bloqueio.

O Congresso norte-americano respondeu com a Lei Torricelli, promulgada a 23-10-92, que agravou ainda mais as condições do bloqueio. Os seus efeitos afectam a soberania e os interesses de outros Estados, violam o Acordo do GATT e os art.º 1, 2, 3 e 41 da Carta das Nações Unidas.

Em 3 de Novembro de 1993, A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma nova Resolução, 48/19, na qual se afirma «decidida a promover o estrito respeito pelos propósitos e princípios consagrados na Carta» e lamenta as medidas ilegítimas que

vieram reforçar e ampliar «o bloqueio económico, comercial e financeiro contra Cuba». Apenas três países — Albânia, Israel e Paraguai — acompanharam os EUA no voto contra a Resolução.

Os prejuízos causados a Cuba são calculados em mais de 45 000 milhões de dólares. É o mais prolongado bloqueio que a História regista. O Parlamento Europeu e parlamentos de dezenas de países já se pronunciaram contra ele por o considerarem incompatível com princípios e valores do direito internacional universalmente aceites.

Protestar contra o bloqueio a Cuba e expressar solidariedade ao povo que dele é vítima tornou-se para milhões de homens — independentemente do seu posicionamento perante a Revolução Cubana — imperativo ético. É o que fazemos em Portugal

ao constituirmos esta Comissão Nacional. Os signatários, homens e mulheres com formações e mundivências diferenciadas, propõem-se contribuir para que o povo de Cuba possa ter acesso normal a bens essenciais à vida, incluindo alimentação, medicamentos e combustíveis.

O Bloqueio a Cuba atinge e fere toda a humanidade. Por isso, exigimos o seu levantamento.



### Carta ao Presidente do Congresso dos EUA

Exmo. Senhor Presidente,

Em Abril, p.p. foi criada em Portugal uma Comissão Nacional — integrada por destacadas personalidades de diferentes sectores da vida portuguesa e de todo o País — que se propõe contribuir para o fim do bloqueio a Cuba.

Os objectivos da referida Comissão estão expostos no documento cuja cópia junto enviamos a V. Exa.

Identificados com o conteúdo e o espírito da Resolução 48/19, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 3 de Novembro de 1993, esperamos e desejamos que sejam criadas as condições regimentais para que o Congresso dos EUA revogue o *Cuban Democracy Act*, conhecido por Lei Torricelli que institucionalizou o bloqueio a Cuba.

Apresentamos a V. Exa. os nossos cumprimentos.

A Comissão Nacional

Associação de Amizade Portugal - Cuba

20 Anos a Viajar  
para Cuba

Venha conhecer a  
Revolução Cubana

Os melhores programas  
Culturais e Turísticos

*Voos em Agosto e Dezembro*  
Havana-Holguín-Santiago



informações e marcações  
pelo tel.: 65 73 05 ou na sede  
R. Rodrigo da Fonseca, 107 r/c esc

### Palestina

## Adoptado o programa para período de transição

O futuro governo palestino começou a tomar forma na madrugada de 27, em Tunes, numa sessão de trabalho presidida por Yasser Arafat. A Autoridade Nacional Palestiniana adoptou o seu programa político para o período transitório de autonomia em Gaza e Jericó.

O programa reafirma a posição palestina acerca de Jerusalém, "parte integrante dos territórios palestinos ocupados desde 1967".

O porta-voz da OLP, Yasser Abed Rabbo, precisou que a libertação do conjunto dos territórios ocupados é um dos objectivos inscritos no programa.

O documento define ainda "as prerrogativas do poder transitório em Gaza e Jericó até à eleição do Conselho de Autonomia".

Hanane Achraoui, ex-porta-voz da equipa dos negociadores palestinos em Washington, presente nas reuniões de Tunes, não fará parte do futuro executivo palestino, tendo optado por se consagrar à "defesa dos direitos dos cidadãos palestinos".

Ao mesmo tempo que decorriam as reuniões de Tunes, as autoridades militares israeliats revogaram o estado de sítio, que impedia a entrada em Israel aos palestinos da região autónoma de Gaza. Esta medida afectava cerca de 20 000 operários, empresários e centenas de universitários que estudam na Cisjordânia.

Pela primeira vez, desde o início da autonomia, os polícias palestinos foram os responsáveis pela fiscalização dos operários antes destes chegarem aos postos de controlo militar na fronteira com Israel.

# Desemprego

## Sindicalistas defendem trabalho para todos

O desemprego é hoje reconhecido por todos como grave e prioritário problema social. Bem diversas são entretanto as formas como é encarado e as vias propostas para a sua superação enquanto elemento de crise socioeconómica. Em vésperas de assumir a presidência do Conselho de Ministros da União Europeia (UE), a Alemanha afirma como uma das suas prioridades a montagem de um sistema centralizado de controlo da aplicação do plano europeu para "a confiança e o emprego", com a hipótese de adopção de sanções contra os Estados membros que não cumprirem as medidas de flexibilização do mercado de trabalho nele previstas. Medidas claramente lesivas dos interesses e direitos adquiridos dos trabalhadores. Outra - bem diversa - é a forma como os trabalhadores e as suas organizações sindicais estão a abordar o mesmo problema, e que nomeadamente tem sido objecto de alguns encontros internacionais.

Em Fevereiro deste ano, em Montreuil, na França, decorreu um colóquio internacional que reuniu investigadores e sindicalistas de França, Argélia, Alemanha, Bélgica, Brasil, China, Espanha, Grã-Bretanha, Índia, Casaquistão, Líbano, Madagáscar, Marrocos, México, Polónia, Portugal, República Checa, Rússia, Senegal e Estados Unidos.

Neste colóquio internacional foi sublinhado à partida que as perspectivas - em relação ao desemprego - são bem pouco favoráveis, na medida que as causas se mantêm, produzindo naturalmente os mesmos efeitos - tipo de crescimento da produ-

ção, tendente a eliminar o trabalho vivo, preferência do capital pela forma monetária, retracção de novas saídas, maior concorrência entre os capitais.

Acresce estar-se a viver uma fase de turbulência, de partilha pelo grande capital das diferentes zonas de dominação e articulação dos três grandes pólos de desenvolvimento imperialista - Japão, Alemanha/Europa, EUA.

Estas recomposições do poder económico - como aliás do político - são por natureza conflituais: as zonas de influência são sempre zonas a conquistar ou a preservar. As longas negociações do Urugua-



Manifestação em Paris contra o desemprego

Round (Gatt) testemunham da natureza das contradições que agitam as grandes nações. Nestas batalhas internacionais, o capital precisa dispor de importantes meios financeiros para proceder a mudanças, e incorporar no aparelho produtivo os meios tecnológicos que lhe permitam assegurar domínios ou fazer face à concorrência. A extorção do máximo de mais-valia torna-se pois particularmente premente (para o capital, claro), e passa por um enfraquecimento generalizado do nível de satisfação das necessi-

dades dos trabalhadores e das populações.

Neste quadro, o sentido do desemprego fica particularmente claro.

Para os trabalhadores, trata-se de alterar a própria natureza da noção de emprego.

Esta mudança - como foi defendido no colóquio de Montreuil - passa pelo reconhecimento do emprego como um direito universal à participação de todos na criação de riquezas comuns. Definição que não apenas esbarra com a oposição das forças dominantes, como também com a ideias, partilhada por muitos trabalhadores, de que o objectivo de emprego para todos é irrealista.

Outra perspectiva foi defendida em Montreuil, onde se afirmou haver "períodos em que os acontecimentos se aceleram, as evoluções estruturam transformações profundas, gerando interrogações múltiplas, e abrindo campo a debates e à procura de respostas alternativas fora dos caminhos já batidos".

Interligando a situação dos trabalhadores dos países do Norte e do Sul - defendeu-se em Montreuil um conjunto de medidas que permitam às populações do Sul corresponder às suas necessidades - a anulação da dívida, a criação de instrumentos financeiros adequados, a implementação de cooperações Sul-Sul e Norte-Sul, no sentido de um co-desenvolvimento.

Tais medidas permitiriam abrir caminhos de desenvolvimento aos países do Sul, e simultaneamente evitar a actual concorrência de facto com os trabalhadores dos países do Norte, hoje a braços com um problema-base - a relação entre o tipo de produção, ultra-intensificado, e o domínio da satisfação das necessidades, em que se registam situações muito diver-

sas. A extrema pobreza, a afectar um número crescente de pessoas. Condições de vida urbana muito duras em matéria de habitação, saúde. A recuperação dos problemas causados pelos modos de trabalho e transporte. O poder de compra, minado pelo peso crescente do fisco e do endividamento doméstico.

Neste quadro, os intervenientes no encontro de Montreuil defendem uma mudança da natureza do emprego, uma acção urgente por um outro tipo de crescimento, mais humano, mais solidário, mais altruísta.

O que implica, em particular, uma redução do tempo de trabalho, como parte da melhoria das condições de vida e de satisfação das necessidades sociais. E necessariamente põe em causa o imenso poder actual do capital internacional sobre as instituições e sobre a vida das pessoas.

No mesmo sentido vão algumas das preocupações e propostas debatidas, em Estugarda, Alemanha, num encontro de sindicalistas europeus que decorreu em Abril passado.

De entre as propostas apresentadas - com uma Declaração comum em defesa do pleno emprego e da segurança social - destaca-se a de um acordo, à escala da Europa, para a redução da jornada de trabalho sem redução de salários. Os sindicatos franceses defenderam ainda a necessidade de criação de postos de trabalho em sectores de actividade como ajuda à terceira idade, infância, meio ambiente.

No encontro de Estugarda, foram ainda propostos novos modelos de negociação colectiva, uma maior descentralização para abarcar o conjunto das mudanças e chegar também às pequenas empresas. Uma renovação do Estado social. Uma intervenção dos sindicatos no domínio da economia.

de uma intervenção "vigorosa" no Ruanda para pôr fim aos massacres e restabelecer a paz neste país africano devastado pela guerra. "Acredito firmemente que são necessárias acções mais vigorosas para fazer cessar os massacres e restabelecer da lei e da ordem" no Ruanda, salientou. O secretário-geral da ONU disse ainda que pretende reforçar a Missão de Assistência das Nações Unidas no Ruanda (MINUAR), mas lamentou as dificuldades sentidas em mobilizar países contribuidores.

### Crimeia

Os responsáveis da Crimeia mostraram vontade de regularizar o futuro desta península ucraniana de maioria russa através da via negocial e não pela confrontação. Também em Kiev, o responsável dos negociadores ucranianos se mostrou optimista. Enquanto os parlamentares da Crimeia estão a encarar a hipótese de suspenderem a nova constituição durante o período das negociações, os seus homólogos ucranianos aceitaram congelar a resolução que suspendia a referida constituição dando um prazo de 10 dias à Crimeia para a anular.

### Morreu Erich Honecker

Erich Honecker, antigo Chefe de Estado da RDA e Secretário-geral do PSUA, morreu no passado dia 29 de Maio, no Chile, país onde os comunistas e as forças democráticas chilenas o acolheram com a sua família, quando se tornou vítima de uma das mais desumanas e escandalosas perseguições políticas da história recente. Perseguições que ficaram célebres quando, em Julho de 1992, apesar de gravemente doente, se verificou a sua extradição pelo governo russo de Ieltsine para a Alemanha e o seu regresso às cadeias onde estivera preso durante 10 anos pelos nazis. O ilegal processo que lhe foi movido pelo Ministério Público de Berlim constituiu uma inequívoca manifestação de revanchismo anticomunista e uma tentativa de criminalização da RDA socialista, país soberano, internacionalmente reconhecido e respeitado, membro de pleno direito da ONU e da CSCE. A sua libertação em Janeiro de 1933 foi o resultado de um amplo movimento internacional de indignação e de solidariedade política e humanitária que teve também expressão no nosso país. Independentemente da justa crítica ao "modelo" de socialismo que levou à derrota, é de justiça neste momento assinalar a luta corajosa de Erich Honecker contra o fascismo hitleriano, os êxitos da RDA em importantes domínios e a sua activa solidariedade para com os povos em luta pela sua libertação.

### Europa

## 19 milhões de desempregados

Os números oficiais do desemprego referentes aos doze países membros da União Europeia, divulgados neste mês de Maio, indicam um aumento, dos 17,9 milhões de pessoas desempregadas em 1993 (média anual), para 19 milhões em 1994 (segundo os cálculos da Eurostat). Mais preocupante ainda, metade destes 19 milhões são desempregados de longa duração (mais de um ano) e 5 milhões têm menos de vinte cinco anos.

Os maiores aumentos de desemprego, em 1993, registaram-se nos Países Baixos (de 8,4% para 10,7%), em Espanha (de 21,2% para 22,9%) e em Portugal (de 4,9% para 6,1%).

Quando da abertura das fronteiras, em 1993, por força do tratado de Maastricht, afirmava-se que a realização do Mercado iria levar à criação de numerosos empregos. Os números confirmam entretanto o alerta dos sindicatos, que previam o sacrifício de mais postos de trabalho em nome da "racionalização".

As consequências do desemprego - em particular do de longa duração -, em termos sociais, são muito graves. Privados de um rendimento estável, 50 milhões de pessoas na Europa vivem já abaixo do nível de pobreza e há cinco milhões de sem-abrigo. Realidades que mutuamente interagem da forma mais negativa, pois como é sabido os pobres tendem a acumular os factores de exclusão, por falta de trabalho e de rendimento, mas também pela precariedade da habitação e da formação, o isolamento social, dificuldades no plano da saúde e a nível familiar.

De referir ainda que estes números não cobrem a realidade de facto. Muitas pessoas não figuram nas listas de desempregados, e sobrevivem com pequenos expedientes ou nos meandros da economia clandestina.

### Os números do desemprego nos 12 Estados da União Europeia

	Desempregados média /93 (em milhões)	Percentagem de desemprego nacional (Março 94)	Percentagem de desemprego menores de 25 anos (Março 94)
Conjunto da UE	17,90	10,9 %	20,7 %
Alemanha	2,3	6,2 %	5,4 %
França	3,3	11,2 %	23,7 %
Grã-Bretanha	2,9	10 %	15,4 %
Itália	4,8	11,3 %	31,7 %
Espanha	2,5	22,9 %	38,9 %
Bélgica	0,55	10 %	20,7 %
Dinamarca	0,34	10,5 %	11,3 %
Grécia	0,17		
Irlanda	0,29	18 %	27,5 %
Países Baixos	0,41	10,7 %	18,2 %
Portugal	0,34	3,2 %	11,8 %
Luxemburgo	0,03	3,2 %	7,2 %

Texto de  
Henrique Custódio  
Fotos de  
Jorge Caria

Luís Sá nos Distritos de Braga e Porto

# Uma campanha que presta contas

No passado fim-de-semana, *Luís Sá*, 1º candidato da CDU ao Parlamento Europeu, esteve nos Distritos de Braga e do Porto, no que foram os últimos dias desta pré-campanha. Assentando as linhas centrais do seu discurso no que chamou "uma campanha de prestação de contas", o cabeça de lista da CDU foi directo aos problemas que afligem o Norte e o País em geral, alertou que "a sede da Comunidade pode estar a 2000 km de distância mas entra-nos nos bolsos" e confrontou as outras candidaturas, nomeadamente as do PSD, PS e CDS, com as suas responsabilidades na crise que resultou das cedências aos poderosos da Comunidade.



Porto

A primeira paragem foi em Famalicão, na tarde de sábado, onde Luís Sá teve um encontro com a Imprensa regional. Aí assinalou a grande ofensiva contra os trabalhadores que está a ser preparada pela indústria portuguesa, a coberto da crise que se agravou com as cedências feitas à Comunidade. "Querem restaurar a competitividade à custa dos trabalhadores", assinalou. Entretanto, o Governo de Cavaco Silva pôs nas suas promessas eleitorais a redução para as 40 horas de trabalho semanais e a maioria PSD na Assembleia da República recusou. E Luís Sá fez outras denúncias: "O Governo prometeu 100000 novos postos de trabalho e o resultado foi o aumento de desempregados para 325000, com grande incidência nos jovens".

"Preocupa-nos o desmantelamento do nosso aparelho produtivo", tanto na indústria como na agricultura. "É chocante ouvir dizer ao cabeça de lista do PSD, Eurico de Melo, que os problemas da agricultura portuguesa resultam da seca dos dois últimos anos. Então e o arranque da vinha e do olival e a destruição da nossa capacidade produtiva prosseguida pelo Governo, com os fundos da Comunidade?" Fundos que, aliás, eram supostamente para recuperar a nossa agricultura. Entretanto, de Norte a Sul do País, os agricultores vivem em grande desespero. "Para onde foram os 900 milhões de contos vindos da Comunidade para a agricultura portuguesa? Para a CAP, que recebeu um milhão e meio de contos só para a compra de uma sede..."

Seguiu-se um grande jantar, com cerca de 150 pessoas. No final, Luís Sá proferiu algumas palavras de agradecimento e de apelo ao voto, assinalando o curioso pormenor de no dia anterior ter ali estado, em Famalicão, o 1º

candidato do CDS, Manuel Monteiro, num jantar que reuniu 19 pessoas, o que atraiu grande número de órgãos de Comunicação Social nacionais, nomeadamente as televisões, e naquele jantar da CDU, com quase centena e meia de pessoas, esses órgãos primaram pela ausência...

## De Braga a Freamunde

Ainda no sábado, Luís Sá participou num animado comício em Braga, realizado no largo do Paço entre os espectáculos de Jorge Lomba e da Brigada Vítor Jara, que voltariam a actuar no grande comício do Porto. Perante uma assistência onde imperava a juventude, Luís Sá desenvolveu alguns pontos centrais do seu discurso, sendo vibrantemente aplaudido, nomeadamente quando assinalou: "Há dias, Cavaco Silva falava da família. Como é possível tanta preocupação pela família portuguesa e nenhuma pelo desemprego que a aflige?"

No dia seguinte, domingo, a jornada começou cedo, num comício marcado para as 10 horas em Vila das Aves, no Concelho de Santo Tirso, tendo-se ali cruzado as campanhas de Luís Sá e de Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP. As mais de 100 pessoas presentes puderam ouvir falar dos problemas que conhecem na pele: das 700 empresas existentes no Concelho de Santo Tirso, mais de 350 são do sector têxtil, que atravessa uma grave crise - nos últimos quatro anos desapareceram 6000 postos de trabalho em 20 empresas do Concelho, a somar aos muitos desaparecidos em anos anteriores. Isto no quadro, ainda mais assustador, de 70000 desempregados só no Distrito de Braga.

A jornada prosseguiria com um almoço em Freamunde, Freguesia do Concelho de Paços de Ferreira onde a CDU já teve a maioria, continuando a ter forte implantação nesta laboriosa Freguesia que, a par de Frazão e Paços de Ferreira, tem grande actividade na indústria dos móveis - sobre a qual, aliás, a crise também já espregueita...

Dali partiu-se para o Porto, para o grande comício nos jardins do Palácio de Cristal, que assinalamos ao lado.

## Uma festa de cristal

O comício que assinalou a abertura oficial da campanha da CDU realizou-se nos magníficos jardins do Palácio de Cristal, no Porto, atraindo mais de 2000 pessoas à iniciativa, com relevo para a presença da juventude. Luís Sá cruzou-se de novo com Carlos Carvalhas neste comício (já haviam estado juntos de manhã, em Vila das Aves), proferindo, ambos, discursos vibrantes e de improviso, que galvanizaram a enorme multidão que ocupou o Teatro da Feira. "Não temos nada a esconder nem cambalhotas a dar", afirmou Luís Sá, que defendeu uma "campanha de prestação de contas" e acusou as candidaturas do PSD, do PS e do CDS de fazerem "campanhas de máscaras e cambalhotas". Carlos Carvalhas recordou que o Parlamento Europeu vai ter poderes reforçados e que são "precisas vozes que ali batam o pé a defender os interesses portugueses", já tão postos em causa pelas cedências dos partidos que, agora, tanto apregoam o seu patriotismo.

### Sol e festa

Estava uma tarde de sol e a grande multidão que acorreu aos jardins do Palácio de Cristal começou por se encostar às agradáveis sombras do anfiteatro da Feira, onde já cantava Jorge Lomba, mas quando o comício começou - interrompendo o animado espectáculo da Brigada Victor Jara - o sol e a sombra estavam repletos de gente em festa, com bandeiras por todo o lado, crianças com gigantescos moinhos de vento e muita juventude. Foi uma abertura oficial de campanha em cheio, esta que a CDU realizou com o seu comício no Palácio de Cristal.

Honório Novo, 5º nome na lista de candidatos da CDU ao Parlamento Europeu, foi o primeiro a dar o mote das intervenções vibrantes proferidas no comício, centrando o seu discurso na defesa do tão deprimido Norte do país, ao mesmo tempo que denunciava ser falsa a questão Norte/Sul: "o problema do nosso País é a política do PSD, hostil ao poder local e regional".

Seguiram-se intervenções de Amélia Pardal, da JCP, e de Isabel de Castro, pelos Verdes, que antecederam as intervenções de fundo proferidas por Luís Sá e Carlos Carvalhas.

### Máscaras e cambalhotas

Luís Sá, assinalando que "já percorremos o País inteiro e o que encontramos foi descontentamento, angústia e mesmo desespero" perante a situação de crise que se vive em Portugal, afirmou que, na CDU, "fazemos uma campanha de prestação de contas", e "não temos nada a esconder nem cambalhotas a dar", ao contrário dos outros partidos, que fazem "campanha de máscaras e cambalhotas".

Luís Sá não poupou os outros partidos que, sendo os grandes responsáveis pelas cedências, em Bruxelas, que têm arruinado a nossa economia, agora se apresentam como defensores dos interesses portugueses. "O CDS - disse - passa repentinamente do partido mais

# Nomes da Bíblia

*"Chamo-me Susana, mas vai ver o nome dos outros! Este é o Isaac, que é meu irmão, e a seguir está o Ruben e o Joel, também meus irmãos. E deste lado está a minha prima Lídia! Que tal?"*

O "enigma" era óbvio: tirando a Lídia, todos respondiam por nomes bíblicos. "Isso mesmo!", exultou a Susana. "Lá em casa lemos todos a Bíblia e o meu pai deu nomes assim a toda a gente!"

Estávamos no Largo do Paço, no centro histórico de Braga, e em pleno discurso de Luís Sá perante uma multidão que se aquietara para ouvir o 1º candidato da CDU ao Parlamento Europeu. O grupo de Susana, trabalhadora/estudante de 21 anos, fora interceptado no passeio nocturno pela festa e pela propaganda da Coligação. Puseram os autocolantes ao peito e ficaram a ver o que se passava. Não tinham conhecimento de que ia haver eleições para o Parlamento Europeu, perguntaram-nos se aquele comício da CDU era com o Carlos Carvalhas mas, espreitando melhor quem falava, identificaram Luís Sá pelos debates na televisão, apesar de não os terem relacionado com qualquer acto eleitoral. O que eles sabiam, mesmo, era dos problemas que cada um enfrentava.

O Isaac tem 25 anos e trabalha numa fábrica em Braga, recebendo o ordenado mínimo por funções de coordenação. "Sei que me estão a explorar!" - confessou-nos com os olhos brilhando uma enorme vontade de dizer coisas. "Pagam-me uma miséria por um trabalho que há uns anos dava um bom ordenado, agora reformaram esses, despedem outros e pagam o que querem como se fosse um favor. Ainda por cima ficam com os descontos que a gente faz para a Segurança Social, como aconteceu a um amigo meu que foi para a tropa. Mas esse não se calou, fez sempre barulho e acabaram por lhe pagar uma parte. O problema é que ninguém faz barulho, as pessoas têm medo de ir para o desemprego, eles chegam a dar falência às fábricas e abrem-nas no mesmo dia com outro nome, despedindo quem entendem e baixando os ordenados como querem!"

Lídia, com 23 anos, interceptou o protesto do primo com o seu próprio. "Trabalho numa empresa privada de radiologia aqui em Braga, estou na recepção, ganho o ordenado mínimo e faço tudo o que calha, até radiografias. Não há segurança nenhuma, devia haver exames médicos de seis em seis meses para todos os funcionários mas ninguém os faz. Eu ganho o ordenado mínimo e ainda tenho contrato, porque o meu pai conhecia os donos e conseguiu isso há uns anos, mas a maioria dos meus colegas é a recibo verde e sem regalias nenhuma. Os ordenados são uma miséria e os patrões respondem que é por causa da Segurança Social, que não paga. Mas eles passam a vida a comprar carros novos. Ninguém protesta porque fora dali também não há emprego, o que há é desempregados a quererem ir para lá a ganhar ainda menos, se for preciso!"

Ruben, com 17 anos, e Joel, com 13, iam ouvindo em silêncio. Ainda estudavam porque os irmãos estavam empregados, mas se as coisas se complicarem, a hipótese que lhes resta é passarem a trabalhadores/estudantes, como a Susana...

Quanto à Europa, nenhum tinha ilusões. "Dão tanta coisa, tanta coisa, e o que a gente vê é o desemprego por todo o lado!", desabafaram. E olhando para o comício, acrescentaram: "É bom que a CDU denuncie isso. Há muitos problemas no nosso país..."

Pois há. O que falta é passar da sua identificação social para a necessária identificação política. Descobrimo, aí, os responsáveis pelos problemas e castigando-os nas eleições.



Porto

federalista para o mais antifederalista", enquanto nas suas próprias listas está gente que arruína os agricultores enquanto proclama defendê-los, como é o caso conhecido do 2º da lista CDS, Rosado Fernandes da CAP, com os seus negócios com a multinacional do leite Parmalat.

Entretanto, "agora o PS combate a direita com quem tem andado de mão dada. É como gostar da chuva, desde que não molhe", ironizou.

E sublinhou: "Cabe-nos, no próximo mandato, fazer frente à grande ofensiva contra os trabalhadores e à destruição da nossa economia", concluindo: "Todos podem contar connosco para defender Portugal".

Carlos Carvalhas produziu um discurso particularmente vibrante e não teve contemplações: Apontando o dedo acusatório ao PSD, afirmou que "o País que preocupa Cavaco Silva é o das oligarquias, das clientelas, dos que vivem à sombra dos impostos de todos nós e do suor dos trabalhadores". Entretanto, ao contrário do que proclama a propaganda socialista, "não dói nada ao PSD um voto no PS, que sempre tem estado ao lado da sua política". E pormenorizou: "Quando o PS insiste no tema da revisão constitucional, está a fazer um trabalho de preparação psicológica para futuras alianças com o PSD", como sempre o fez em anteriores ocasiões. "Já conhecemos a história das cedências do PS, que jurou a pés juntos que não faria uma revisão constitucional a dois e depois foi o que se viu", frisou Carlos Carvalhas, denunciando que o que pretendem com a revisão constitucional é abrir caminho "a maiorias de secretaria e engenharias eleitorais".

Acusando o PSD, o PS e o CDS de "falta de ética política", porque não cumprem as promessas que fazem, o Secretário-Geral do PCP, após denunciar a ruína política do Governo de Cavaco Silva, considerou que "estas eleições são uma grande oportunidade para repudiar esta política".



Freamunde



Famalicão



Santo Tirso



Braga

# Ainda a «revolução» constitucional do eng.º Guterres

Em artigo do último «Avante!», «Revolução, dizem eles», Vítor Dias analisou e desmascarou o efectivo conteúdo das propostas de revisão constitucional de A. Guterres, para «uma reforma profunda do sistema político» e em particular do sistema eleitoral.

Agora, uma breve reflexão sobre o que penso ser o sentido mais profundo (objectiva ou subjectivamente assumido) das respostas do PS «às preocupações» de outras forças e comentadores políticos relativamente ao pretendo conflito da «sociedade civil» com a «sociedade política», onde, segundo consta, tem graves responsabilidades a «monopolização pelos partidos» da vida política. Respostas que contam com mal disfarçado regozijo do PSD por tão oportunas propostas vindas do Partido Socialista.

1. E o sentido é representarem em Portugal, como noutros países, uma manobra de diversão. Perante a gravidades da(s) crise(s) que atravessa(m) o sistema capitalista e cada sociedade deste sistema, as crises ditas de «sociedade» dos países capitalistas mais desenvolvidos, os ideólogos (do mesmo sistema, da direita à social-democracia) localizam a causa da(s) crise(s) no sistema político e em especial nos sistemas eleitorais. Assim, lógica e coerentemente, face às dificuldades que enfrentam os povos - o desemprego massivo e crónico, a corrupção, o afundamento das economias do terceiro mundo, as agressões ambientais, etc., - tem uma solução fácil e à mão de sear: a mudança do sistema eleitoral. Com uma evidente vantagem. Não põe em causa o poder do capital nacional e transnacional e da grande burguesia internacional. Isto é, o sistema. (1)

Mais, esta resposta esconde e mistifica o facto de a crise estrutural do sistema ter sido, e ser, agravada por políticas de direita, ditas neoliberais, e a efectiva responsabilidade dos partidos políticos, da direita à social-democracia, comodamente instalados na alternância da gestão do sistema.

A manobra assume um explícito carácter de mistificação política se nos recordarmos que, em países diferentes, se aconselham mudanças de sinal contrário do sistema eleitoral, e que diferentes sistemas eleitorais produzem os mesmíssimos fenómenos políticos, sociais e culturais! Isto para lá do espantoso mimetismo que leva a reproduzir à exaustão argumentos e soluções, com uma evidente falta de imaginação...

Esta manobra de diversão procura defender o sistema contra as tentações dos trabalhadores e das massas populares de procurarem soluções fora do sistema (soluções não capitalistas), depois de «digeridos» o choque, a perturbação e o desespero ocasionados pelo ruir dos países socialistas no centro e Leste da Europa.

Para isso é preciso convencer, tudo e todos, que os males não estão no sistema económico-social mas antes no sistema eleitoral, que determina as regras de funcionamento do poder político!

Isto é tanto mais decisivo quanto a constatação das profundas perversões, contradições e disfunções do sistema capitalista, na sua actual expressão planetária, é hoje cada vez mais assumida e aceite por todos os que, de boa-fé, reflectem sobre o mundo que os rodeia e recusam o inaceitável: a irracionalidade desta economia exploradora do homem, agressora da natureza. Deste sistema, tão poderoso economicamente quanto inca-

paz de responder às necessidades de desenvolvimento social dos povos. (2)

2. Na profunda campanha mistificatória que se desenvolve à volta dos sistemas eleitorais, o conceito «sociedade civil» desempenha um papel operativo relevante. Indefinida, autonomizada, destacada do complexo socioeconómico em que se integra, torna-se um daqueles «chavões» que ninguém sabe bem o que é, mas que permite todas as manipulações ideológicas e políticas, susceptíveis de apaziguar consciências revoltadas, explicar o inexplicável... e, principalmente, desculpar e desresponsabilizar as políticas, os políticos, responsáveis pela crise, «adicionando-os» aos que sempre combateram essas políticas, sob a genérica designação de «classe política», assim todos diferenciados da sociedade dita civil. E assim confundir também os que fazem das suas organizações partidárias estruturas de promoção pessoal e ao serviço de privados interesses económicos, e os que sempre as consideram como instrumentos de luta dos trabalhadores e dos povos. Assim misturar os que permanentemente recorrem à mentira e à demagogia como arma política, e os que afirmam convicta, coerente e responsabilmente o seu programa e o seu projecto. Mas o mais grave das elocubrações sobre a «sociedade civil» é que assim se esconde a «sociedade económica». Assim se elude o facto de que são os interesses dessa «sociedade económica», os interesses dos novos e velhos grupos monopolistas, do grande capital nacional e estrangeiro, a real causa dos problemas económicos, sociais e políticos que atingem a população portuguesa.

E assim também se desculpabilizam e desresponsabilizam politicamente os partidos que apoiaram a recuperação capitalista e latifundista, os partidos que de forma persistente e sistematicamente defenderam os interesses dessa «sociedade económica» contra os interesses dos trabalhadores e do povo português - o PS, o PSD e o CDS.

Partidos e «sociedade económica» responsáveis pela desilusão e descrédito da intervenção cívica e política de tantos cidadãos portugueses. Quem reduziu e reduz toda a participação dos cidadãos ao voto? Quem liquidou as Comissões de Moradores? Quem boicota e tudo faz para acabar com a existência e actividade das Comissões de Trabalhadores? Quem reprime a intervenção sindical e política nos locais de trabalho? Quem transforma toda a actividade política em espectáculo?

Fala-se e empola-se a «sociedade civil» para ocultar que a crise económica tem culpados: os partidos e políticas que privatizaram e

privatizam, e os que abriram as portas às privatizações, os que destruíram a Reforma Agrária, os que negociaram mal a adesão à CEE e conduziram, e conduzem, de forma ofensiva para a economia nacional, a integração comunitária, os que arruinam a agricultura e afundam as pescas.

Fala-se da «sociedade civil» para não se falar da «sociedade económica» que, na procura do máximo lucro e rentabilidade financeira, especula, evade capitais, foge ao fisco, destrói capital produtivo. Para não falar das políticas, políticos e partidos que acarinham e legalizam a economia de casino, com a liberalização da circulação de capitais, com a aprovação dos jogos de engenharia financeira, com a criação dos paraísos fiscais e das sociedades pronto-a-vestir, despojando



■ AGOSTINHO LOPES  
Membro da Comissão Política

o Estado e o povo laborioso de capital material criado e acumulado e potencial criador de mais riqueza...

Fala-se da «sociedade civil» para esconder a «classe política» dos partidos PSD, PS e CDS que, contra a Constituição da República, subtraem ao povo português «o poder económico» para o entregar à «sociedade económica».

Para essa «classe política», os problemas actuais no nosso povo não decorrem das políticas concretas que no Governo (e na oposição) têm concretizado, mas do sistema eleitoral. Para essa classe política, a fome no Alentejo, a crise no Douro, a desertificação de Trás-os-Montes e Beiras, os baixos salários e o trabalho infantil no Vale do Ave, as barracas de Lisboa, não resultam das políticas que reconstituem a propriedade latifundiária e os grupos monopolistas, da subordinação às economias dominantes da Comunidade, do desfazer dos direitos e garantias constitucionais dos trabalhadores, da liquidação dos princípios consagrados na Constituição sobre o ensino e a saúde. Não. E das regras de transformação de votos em mandatos! E, portanto, há que acabar com a igualdade da força democrática dos votos, afectando a proporcionalidade, promovendo o caciquismo e nepotismo (como se já houvesse pouco!), pondo em causa a presença plural das forças políticas na Assembleia da República, tentando estabelecer por via administrativa (em gíria futebolística: na secretaria) a hegemónica liderança da vida política portuguesa por dois partidos.

3. A identificação PS/PSD à volta dos temas da «sociedade civil», da «monopolização da vida política pelos partidos» e de outras fixações ideológicas de classe, tem por lógica conclusão (apesar da muita encenação de radicais diferenças por A. Guterres) uma profunda semelhança nas propostas de alteração do sistema eleitoral português. Poderia ser uma conclusão minha ou forçada. Mas Paula Sá, em artigo sobre a revisão constitucional, escreve no Diário de Notícias de 21 de Maio: «Ambos os partidos (PS e PSD) defendem modelos idênticos, com nuances aqui e ali, de modo a que o sistema permita a obtenção de maiorias perto dos 40 por cento dos votos». E o mais que conhecedor J. Pacheco Pereira, no Expresso da mesma data, sublinha «Estas propostas (do PS) copiam as do PSD apresentadas há quatro anos no Parlamento(...)».

E é o também «insuspeito de comunismo» Jorge Miranda que põe o dedo na ferida quando diz: «(...) causa espanto que o PS caia no juridismo constitucional, esquecendo que a participação democrática não depende tanto das normas (que podem ficar letra morta) quanto da cultura cívica e da prática da classe política» (3). Isto é, das políticas!

Por que não olhará o PS para a recentíssima história da Itália? Será que a alteração do sistema eleitoral conduziu a uma situação política melhor para o povo italiano? Para já, confirmou no poder a direita, agora dirigida pelo capital mediático de Berlusconi, e levou ao poder pela primeira vez depois da queda do fascismo, forças neofascistas.

Será que o PS se recorda da chamada «querela constitucional» sobre a parte económica da Constituição aquando da anterior revisão constitucional, então, segundo a direita e muitos socialistas, o alfa e o omega de todos os problemas da sociedade portuguesa, e que o PS ajudou a resolver favoravelmente ao grande capital, colaborando com o PSD e o CDS na subversão desse importante capítulo do texto constitucional, abrindo a porta às privatizações? Ajudando a eliminar, segundo a linguagem de direita, «a ganga ideológica da revolução de Abril», isto é, as nacionalizações, a Reforma Agrária, a gratuidade do direito à saúde, etc., para a substituir pelos subprodutos ideológicos do liberalismo estreme...?

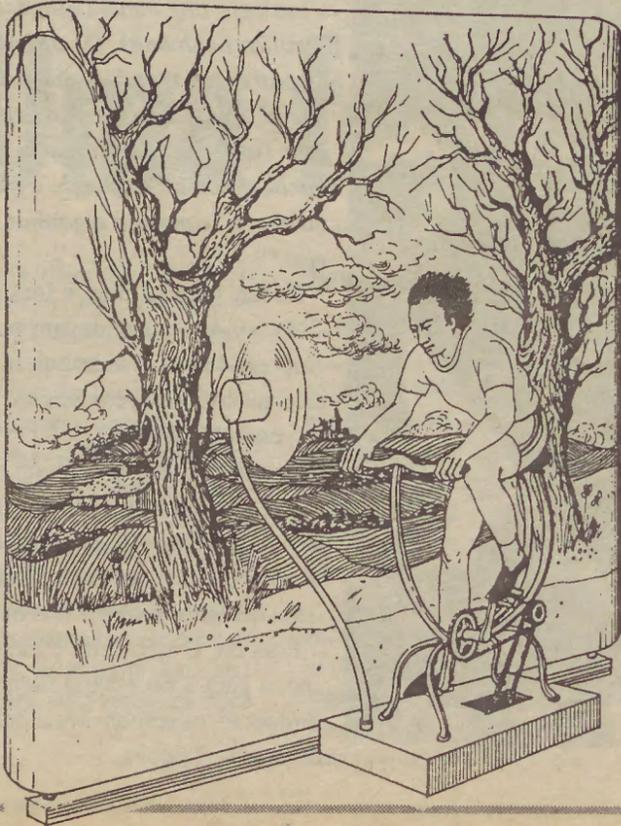
Infelizmente, tudo parece indicar que o PS, inspirado mais uma vez pela direita, descobriu nova querela constitucional, a do sistema político e eleitoral!

Esperemos que amanhã não chore lágrimas de crocodilo, como as chora hoje, quando lamenta e acusa o Governo PSD a propósito das privatizações do Totta... ou da imposição de taxas moderadoras...

(1) O que não quer dizer que tudo está bem nos actuais sistemas políticos e eleitorais, ou que tenham todos a mesma validade democrática, na transformação de votos em mandatos, na abertura e incentivo à participação dos cidadãos, etc., etc., ou ainda que não precisem de ser reformados. Pelo contrário!

(2) Ver Manifesto «Construir juntos o futuro do Planeta», Le Monde Diplomatique, Abril de 1994.

(3) Artigo no Diário de Notícias de 25 de Maio de 1994, sobre as propostas do PS de revisão constitucional, onde, aliás, em muitas considerações, leva igualmente água ao moinho da direita!



# Ciência e Tecnologia

Seminário do PCP exige resposta nacional

A Comissão para as questões da Ciência e Tecnologia do PCP promoveu no passado sábado um seminário sobre "Ciência e Tecnologia: Portugal no contexto europeu" que decorreu no Hotel Lutécia em Lisboa. Além de destacados investigadores e professores do ensino superior nacionais, participou também nos trabalhos Jean Pierre Kahane, professor da Universidade d'Orsay, França, e ex-presidente da Associação Internacional de Matemática, membro da direcção do Sector de Ciência e Tecnologia do Conselho Nacional do Partido Comunista Francês. Da parte da manhã, os trabalhos foram coordenados por Isabel Barata, tendo a intervenção de abertura do Seminário sido feita por Zilda Carvalho. Luís Sá, da Comissão Política do PCP e cabeça de lista da CDU às próximas eleições para o Parlamento Europeu, interveio para apresentar as posições e propostas da CDU para as eleições de 12 de Junho. O 1.º painel dos trabalhos dedicado às *Realidades e Problemas* foi aberto pelas intervenções de Frederico de

Carvalho e de Rui Salgado, tendo-se registado seguidamente um vivo e participado debate. Na parte da tarde e com os trabalhos coordenados por Rui Albuquerque, teve lugar o 2.º painel sobre *Políticas Nacionais e Comunitárias de I&DE*. O painel foi iniciado por uma desenvolvida intervenção do camarada Jean Pierre Kahane, centrada sobretudo na situação e nos problemas que atingem o sistema científico e tecnológico francês. Intervieram a seguir para introduzir o 2º painel, Rui Namorado Rosa e Francisco Silva. O debate generalizou-se em seguida com as intervenções de muitos dos participantes. No encerramento do Seminário, Nuno Pinhão apresentou um detalhado relato das questões abordadas no decurso dos trabalhos, e Edgar Correia, da Comissão Política do PCP, produziu a intervenção final da



iniciativa, da qual reproduzimos os principais extractos. O «Avante!» voltará a abordar, em futura edição, os temas que estiveram em debate no decurso deste Seminário.

## Intervenção de Edgar Correia

(...)

Foi aqui e justamente sublinhado o papel estratégico que a ciência e a tecnologia, e a educação, desempenham nas sociedades contemporâneas.

E a importância absolutamente decisiva que as estruturas nestes domínios assumem num país como um nosso, que se encontra a braços com um problema (histórico) de atraso em relação às nações mais desenvolvidas, e que é agora membro de uma Comunidade Europeia de cujos indicadores médios não só não estamos a aproximar-nos, como estamos (cada ano que passa) a ficar ainda mais distantes.

Sabemos também que quase uma década decorrida desde a adesão de Portugal à CEE, a evolução da economia portuguesa não correspondeu aos (cruciais) problemas do desenvolvimento do país.

Não se registaram alterações significativas no que respeita à especialização produtiva, que permaneceu no fundamental apoiada em produções de fraco nível tecnológico e de baixo valor acrescentado e num trabalho caracterizado pelo baixo nível das qualificações e das remunerações.

E estamos a ser empurrados no sentido de Portugal ter cada vez menos uma economia de produção e cada vez mais uma economia de intermediação e de comercialização, com todas as suas graves consequências em relação ao défice da balança comercial e às vulnerabilidades e atrasos estruturais acumulados.

Sabemos igualmente que muitas empresas e produtores agrícolas estão presentemente confrontados com os primeiros embates com a concorrência sem quartel do mercado único europeu. Isto está a provocar uma acelerada desindustrialização, em vez da modernização, desenvolvimento e especialização da base industrial do país; as produções agrícola e pesqueira nacionais têm caído a pique; e começam já a ser dramáticos os efeitos sociais associados a este processo de destruição económica que estamos a atravessar.

(...)

Somos particularmente críticos em relação às opções de fundo que o Governo português tem vindo a concretizar. E por isso assumimos não só a necessidade, como a urgência, de ser encontrada uma alternativa democrática para essa política, uma *resposta nacional* (política, económica, social e cultural) aos problemas do desenvolvimento do país.

O quadro da internacionalização e da globalização dos processos, nomeadamente económicos, é uma questão que obviamente não podemos deixar de considerar como uma tendência objectiva. Mas como temos afirmado, essa realidade não só não dispensa, como pelo contrário exige a definição e a afirmação de uma *política nacional* que, em sentido contrário ao que vem acontecendo, rejeite cedências e transferências de soberania, e protagonize de forma activa e esclarecida, nas suas várias linhas e num quadro de complexas interdependências, a defesa dos interesses de Portugal e dos portugueses.

É neste contexto que o desenvolvimento da C&T, em conjunto com a educação, assumem uma relevância muito particular para o nosso país.

Não temos nenhuma dificuldade em reconhecer que a cooperação internacional no domínio da C&T (quer no quadro comunitário, quer num plano mais global) desempenha um papel absolutamente decisivo.

O que não significa que acompanhemos preocupadamente as condições em que muita dessa cooperação se vem desenvolvendo, com a desprotecção do país face a mecanismos de controlo económico, político e até militar, de actividades de I&DE que se realizam em Portugal.

As conhecidas insuficiências da investigação industrial portuguesa colocam também problemas agudos neste domínio. Compreende-se, por isso, a chamada de atenção feita pelos peritos da OCDE que conduziram um exame à política nacional da C&T, no sentido de que a "investigação industrial é demasiado fraca e que o seu desenvolvimento deverá ser a prioridade número um, sem o que o esforço de investigação de Portugal aproveitará exclusivamente às empresas estrangeiras".

Temo-nos pronunciado, por isso, no sentido de um relacionamento internacional cada vez mais extenso e aprofundado, mas no quadro de uma *cooperação conduzida* de forma esclarecida. O que impõe a existência de uma política científica e tecnológica que tenha em conta os problemas específicos do desenvolvimento do país e que possa acompanhar as condições em que tem lugar a circulação e o intercâmbio de conhecimentos à escala internacional.

(...)

Num tópico do 2.º painel foi colocada a interrogação sobre se "é possível e necessária uma política nacional de I&DE". (...) Na realidade, o Governo actual designa por política científica e tecnológica um conjunto de orientações e de medidas desprovidas no fundamental denexo e de coerência interna, não passando (na maior parte dos casos) de más traduções de políticas genéricas consideradas nos países mais desenvolvidos, mas sem qualquer adequação à realidade nacional.

Ora como sublinhou (e bem) o exame feito pela OCDE há mais de um ano à política de C&T nacional, "Portugal continua, no plano internacional, muito atrás dos países europeus de dimensão comparável e mesmo atrás dos países muito mais pequenos". E "a falta de uma estratégia (que responda tanto aos objectivos científicos essenciais a longo prazo como às necessidades práticas urgentes ligadas ao advento da Europa de 1993, tais como os problemas do desenvolvimento económico, do ambiente, etc.) conduziu a programas dispersos, bem como a incertezas e frustrações ligadas à falta de um orçamento de base sólida para a ciência, a engenharia e a investigação e para a sua infra-estrutura".

Outro aspecto que gostaria de focalizar diz respeito ao problema da governamentalização e da burocratização centralizadora das decisões na área da C&T nacional, e que em conjunto com as graves dificuldades provocadas pelo subfinanciamento do sistema científico e tecnológico nacional, e que já foram aqui largamente referidas, constituem os principais obstáculos ao desenvolvimento da capacidade científica e tecnológica do país.

O que está em causa não é o papel governativo do Governo,

mas a maneira e o nível a que o exerce, e as linhas de orientação que adopta.

Como já noutras ocasiões temos afirmado, o problema neste plano, como em muitos outros sectores da vida nacional, é do Governo decidir só por si, através de processos fundamentalmente administrativos, sem uma real participação da comunidade científica, sobre as actividades científicas e tecnológicas a serem realizadas e as instituições a apoiar (ou a estrangular financiamento ou até a levar à extinção). Procedimento que aparece crescentemente associado a critérios e a processos de financiamento nada transparentes e ao peso, cada vez mais sensível, do clientelismo de conhecidos *lobbies*.

A política científica e tecnológica não pode confundir-se com administração autoritária e centralizada.

A política da ciência e da tecnologia - estratégia nacional a longo prazo, definição de prioridades, grandes programas de I&DE e de inovação, planificação plurianual, orçamentos anuais, etc. - deve ser definida através da intervenção (naturalmente não exclusiva) e a participação democrática da própria comunidade científica, investigadores e instituições.

É nesse sentido que a nova política, cuja necessidade assumimos, *envolve* também (quási que poderia dizer *sobretudo*) uma nova forma de fazer política, participativa e permanentemente informada; *envolve* uma nova forma de funcionamento das unidades de I&DE - com escolha democrática dos responsáveis e com autonomia de gestão; e *envolve* igualmente mecanismos de participação democrática da comunidade científica na elaboração das orientações que determinam a evolução do sistema nacional de I&DE.

De reflexões anteriores e dos trabalhos do Seminário é possível talvez destacar desde já duas linhas, de natureza ainda muito geral, para a proposta em que estamos a trabalhar de "nova política para a Ciência e a Tecnologia".

**1.ª linha - O desenvolvimento do sistema nacional de I&DE em três direcções prioritárias:** 1) um rápido crescimento dos recursos financeiros; 2) um aumento dos recursos humanos afectos às actividades de I&DE; 3) e elevação das condições de trabalho dos investigadores.

Nesta linha, importa ainda destacar o papel determinante que o sector público deve desempenhar na elevação do número de investigadores e técnicos e no crescimento da despesa com as actividades de I&DE; e destacar, também, a necessidade de incrementar as actividades de investigação industrial (executada pelas empresas, ou não, ou em parceria entre empresas e unidades de I&DE do sector público).

**A 2.ª linha** respeita à indispensável *desgovernamentalização, desburocratização e democratização das decisões* na área da C&T.

O que envolve:

- o desenvolvimento de mecanismos de participação democrática da comunidade científica na elaboração das orientações que determinam a evolução do sistema nacional de I&DE;

- e o funcionamento democrático das unidades de I&DE, com escolha democrática dos seus responsáveis e autonomia de gestão (...)

## CT da Solisnor/Setenave aponta responsáveis e alternativas

# «Recuperação» dos é plano para

No parecer da Comissão de Trabalhadores denuncia-se a verdadeira ocupação selvagem que está em curso no estaleiro da Setenave. As ilegalidades foram já levadas pela CT à Procuradoria Geral da República.

Logo após a sua constituição, em 1972, a Setenave deparou-se com dificuldades económicas e financeiras, cujas responsabilidades não podem ser assacadas aos trabalhadores. Após o 25 de Abril, factores alheios à empresa, como a incapacidade de sucessivos governos que não tomaram em devido tempo as medidas que se impunham para a construção e reparação naval e para a marinha mercante (deixando degradar estes sectores), levaram a que, apesar de continuar a trabalhar, a Setenave se continuasse a afundar, designadamente por falta de saneamento financeiro.

Depois de ter tentado o leilão internacional, o Governo acaba por firmar um contrato de concessão da exploração do estaleiro da Mitrena à Solisnor, a vigorar por sete anos desde 1 de Janeiro de 1990. Entretanto, em Dezembro de 1992, a Lisnave (já accionista exclusiva da Solisnor) apresenta ao Governo um «plano de recuperação do sector da reparação naval». Em Novembro do ano seguinte, o executivo decide desembolsar 55 milhões de contos para apoiar tal plano. Só em Fevereiro de 1994 é que a administração da Solisnor entrega à comissão de trabalhadores da empresa um documento sobre o assunto, com pedido de parecer. Embora o plano dos Mellos e da Lisnave e os esclarecimentos solicitados posteriormente deixem muitas perguntas sem resposta, o parecer entregue pela CT no dia 16 de Maio contesta as grandes linhas desta «recuperação» e acusa os seus mentores de pretenderem reduzir o máximo de pessoal com o mínimo de custos, para generalizarem a precariedade nas relações de trabalho.

Sobre a situação na Solisnor/Setenave, o plano Lisnave/Mellos e as propostas dos trabalhadores, falámos com Miguel Moisés e Vítor Rodrigues, membros da CT, que nos relataram alguns fac-

tos que levam a que se fale já, no estaleiro da Mitrena, em «ocupação selvagem».

### Ilegalidades

Os representantes dos trabalhadores da Solisnor apontam a existência de várias ilegalidades em todo este processo, e disso deram já conta ao Procurador Geral da República, solicitando a sua intervenção.

Não é respeitado, acusam, o contrato de concessão da exploração do estaleiro:

- não há conhecimento formal do acordo prévio da Setenave (que o acordo exige) para a extinção ou substancial redução do sector de construção naval (que já é dado adquirido para a administração);

- também sem o necessário acordo prévio da empresa pública proprietária do estaleiro, estão previstas e em execução alterações estruturais nas instalações;

- o contrato estabelece que, após o acordo prévio da Setenave, a Solisnor poderá conceder parte da exploração a outras sociedades desde que disponha de um mínimo de 51 por cento do seu capital; segundo a CT, os 51 por cento só são respeitados no caso da AT Tecnologias Ambientais, enquanto na Solisform a participação se fica pelos 44 por cento e nas restantes duas sociedades, já constituídas, a Solisnor não tem qualquer capital.

Também não é respeitada a lei-quadro das privatizações, podendo estar a ser posto em causa o erário público - alerta a CT. O Governo admite, à luz daquela lei, entregar a Setenave aos Mellos por venda directa. No entanto, não foram cumpridos preceitos estabelecidos no diploma (Lei 11/90).

A entrega a privados deve ser precedida de «uma avaliação feita, pelo menos, por duas entidades independentes, escolhidas de entre as pré-qualificadas em concurso realizado para o efeito», enquanto para a venda directa «é sempre obrigatória a existência de um caderno de encargos, com indicação de todas as condições da transacção».



Da avaliação da Setenave, os representantes dos trabalhadores tiveram conhecimento quando viram um anúncio do BNU em que aquela era incluída no palmarés do banco. Depois de perguntarem persistente e pacientemente, lá obtiveram uma informação satisfatória acerca dos motivos que levaram à escolha de tal avaliador. No entanto, ainda ninguém lhes soube dizer quem é a segunda entidade. Também não têm conhecimento de qualquer caderno de encargos.

A CT considera ainda uma ilegalidade o novo organigrama que a administração publicou no início de Maio para ratificar a situação de facto que se foi sobrepondo ao organigrama oficial da Setenave, em vigor desde 22 de Junho de 1993. Na prática, antes desta publicação oficial já estava adaptado à Solisnor, sem qualquer decisão formal da administração, o organigrama da Lisnave de Novembro de 1993, verificando-se a ocupação, em larga escala, de cargos de gestão por quadros da Lisnave, com o afastamento de quadros responsáveis do estaleiro da Mitrena.

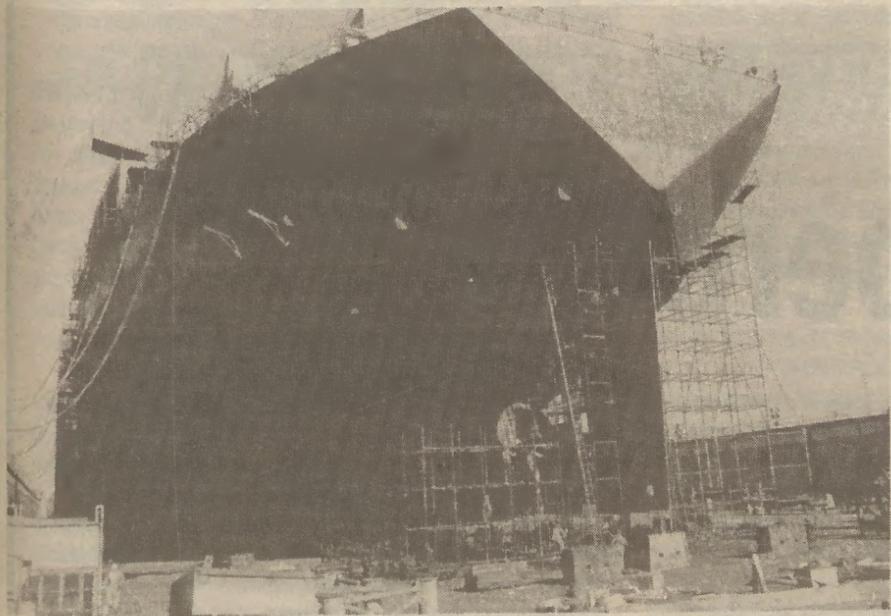
Nos últimos tempos, denunciaram Vítor Rodrigues e Miguel Moisés, a administração da Lisnave passou-se de armas e bagagens para a Solisnor. Não só há vários administradores que acumulam cargos numa e outra empresa, como há outros que se instalaram na Mitrena sem serem administradores da Solisnor. Esta «ocupação selvagem», que se alarga também às hierarquias, é fortemente criticada pelos representantes dos trabalhadores, que contestam a legitimidade com que está a ser executada.

Citando casos concretos que já tiveram lugar na Mitrena, os membros da CT da Solisnor acusam a administração de utilizar a instabilidade criada com esta situação como mais uma forma de pressão sobre os trabalhadores, para que estes aceitem a rescisão de contratos.

A ir avante um plano que, sob a capa de uma reestruturação para a recuperação, apenas prevê a drástica redução de pessoal, a diminuição da capacidade da reparação naval e a extinção do sector de construção, é toda a indústria naval que está em causa a médio prazo - alertam os representantes dos trabalhadores.



# Mellos despedir



## A indústria naval é viável

O documento apresentado pela administração da Solisnor, embora ostente como título «Uma estratégia de recuperação do sector da reparação naval em Portugal de acordo com as normas da Comunidade Europeia», carece de peças essenciais para fazer jus à denominação.

«Não tem uma política de aumento de produtividade. Não tem uma política de conquista de mercado. Não tem uma política de inovação tecnológica e organizativa.» Por isso, a comissão de trabalhadores da Solisnor afirma, no seu parecer, que «a indústria de reparação e construção naval mais uma vez enfrenta a falta de uma estratégia de consolidação e desenvolvimento» e classifica o plano dos Mellos e do Governo como «uma imitação das políticas anteriores que levaram o sector à degradação».

A CT entende que «o documento deveria, fundamentalmente, apontar para uma estratégia de aumento da produtividade global, que não pode basear-se apenas na mão-de-obra, mas também, e essencialmente, nos métodos de gestão, nas instalações, equipamentos, actividade comercial, relações com fornecedores e ambiente de trabalho».

O próprio relatório de gestão e contas da Lisnave relativo a 1993, ao prever claramente uma retoma da actividade de construção naval a partir de meados de 1995, suscita reservas quanto à intenção de encerramento deste sector. A CT admite que «a construção naval, pelo menos a de grande tonelagem, é quase uma perda irreparável para Portugal, dado que as decisões estratégicas não foram tomadas em tempo oportuno». Tal situação, no entanto, «não impede que esta actividade não tenha ainda viabilidade,

se se encontrarem novos e modernos moldes de actuação, designadamente em associação com construtores estrangeiros de navios e de equipamentos».

Para suportar a sua tese de que a construção naval não deve encerrar, os representantes dos trabalhadores da Solisnor referem ainda o negócio, recentemente vindo a público, da Soponata com a firma norueguesa Smedvig Tankships, que entrou com 50 por cento do capital para exploração de três navios construídos na Mitrena para o armador português. «Abandonaram a ideia inicial de construir 8 navios, dizendo que saía muito caro e a exploração era inviável. Agora, fazem o negócio com os noruegueses, que se calhar andam nisto à procura de prejuízos...» - ironizam os nossos entrevistados.

No parecer entregue à administração da Solisnor, a CT avança propostas para aumentar a produtividade e a agressividade comercial, melhorar as relações de trabalho e a gestão e permitir uma estratégia de verdadeira recuperação da empresa. Ao longo de cinco capítulos, defende-se medidas como o desenvolvimento de

actividades fora da área exclusiva da reparação e construção naval (o que já se tem verificado) e a aceitação da reforma aos 60 anos.

Entretanto, ao nível da reparação naval, a CT recorda que «as expectativas da economia mundial para os anos mais próximos são mais favoráveis do que as dos anos já decorridos da década de 90», sendo de prever «um comportamento melhorado» no comércio mundial por via marítima, nomeadamente no transporte de granéis sólidos. Os estaleiros portugueses «estão bem colocados» para captar quota de mercado na rota do Atlântico Norte, «se forem competitivos em qualidade, preço e tempo». Para isso, além da adequada gestão por parte das administrações, deverá ser alterada também a política de valorização do escudo.

### Não é preciso despedir

Acusando a administração de, com a almejada redução de efectivos, pretender «precarizar as relações de trabalho», a CT recorda que no período de 1990 a 1992 houve uma ocupação média de 5670 trabalhadores (nos estaleiros da Lisnave e da Setenave) e que em 1993, mesmo sem a construção naval, aquele valor foi de 3500 efectivos. Depois de perguntar como foi encontrado o limite de 2839 trabalhadores apontado pela administração para o total de efectivos no final da «recuperação», a CT reafirma: «Considerando a retoma da actividade de construção naval, aliás expressa pela administração, ainda que em moldes diferentes dos praticados, conjugada com uma maior agressividade comercial, facilmente se conclui que o nível dos actuais efectivos é perfeitamente comportável para os estaleiros, e até com uma perspectiva de renovação, uma vez que estamos concordantes com a reforma aos 60 anos».

Um muito importante contributo para a recuperação da indústria naval, defende a CT, poderia ser dado se fosse definido um programa mínimo de reapetrechamento da indústria nacional de transportes marítimos. A constante redução da frota da marinha mercante (desde 1980 perdeu cerca de um terço dos navios e mais de metade da tonelagem de porte bruto) diminui muito a participação no comércio externo do País e levou a que, por exemplo, só em 1992 tenham sido dispendidos mais de 180 milhões de contos para pagamento de fretes; durante a década de 1983 a 1992, mais de 1100 milhões de contos de divisas terão sido gastos no pagamento de serviços de navios estrangeiros.



# Estabilidade que agrava a desigualdade

■ Pedro Ramos de Almeida

**1. «Estabilidade» é um conceito-chave repetidamente utilizado por Aníbal Cavaco Silva (ACS) na teorização do poder de classe e de Estado exercido pelo Governo da República. Será, aliás, muitas vezes atrás da sua falaciosa invocação que ele pretenderá legitimar a desmedida e facciosa intervenção oficial em favor das relações de produção e de propriedade de uma definida economia de mercado. Ou seja, muito naturalmente: as relações capitalistas, monopolistas e latifundiárias.**

Em inúmeros passos da acção política de ACS, vejamos os seus textos escritos, figuram exemplos acabados de uma continuada valorização das pretensões e práticas de domínio imperialista. Nomeadamente em formas de criação e distribuição de mais valia, resultantes da exploração do trabalho português pelo grande capital financeiro, crescente e preponderantemente estrangeiro.

Se destacarmos a crise que há vários anos tem vindo a atacar a agricultura portugue-

sa, veremos que, em Agosto de 1987, já ACS é muito claro na política de adensamento da recuperação latifundiária, ao apresentar o programa do XI Governo, dito Constitucional, do seu primeiro Executivo de maioria absoluta:

«O Governo irá igualmente promover a revisão da Lei de Bases da Reforma Agrária de modo a *estabilizar* [sublinhado] nosso de forma duradoura a posse e exploração da terra (...) descolectivizando a agricultura e acabando com discriminações injustificadas (...)»!

Era o anúncio, nesta fase adiantada da civilização antagónica de classes em Portugal, da machadada que se pretendia decisa contra a democratização agrária nacional...

De facto, era claramente a confissão de que a direita portuguesa dos nossos dias - nominalmente liberal, social-democrata, ou até, por vezes, dizendo-se socialista - que traíra a revolução de Abril/Maio sob o impulso cavaquista, fazia expurgar da Constituição, como pretendia fazê-lo da vida, uma reivindicação popular, velha de pelo menos 300 anos! Uma necessidade social que liberais oitocentistas, então empenhados na concretização anti-senhorialista do capitalismo ascendente (e, historicamente, bem mais próximos, que os actuais, dos interesses populares e nacionais), não tinham, eles sim, deixado de reconhecer e apoiar como reforma básica...

**2. O elogio omnipresente da estabilidade em ACS é uma prática multifacetada mas contraditória.**

O homem de governo que em VII.1987, no encerramento do mesmo debate de apresentação do XI Governo, que já citámos, reputava «curioso» que «a estabilidade» fosse invocada pelos que não consideravam «desestabilizador ter destruído deliberadamente o aparelho produtivo nacional», é o mesmo governante que em 22.I.1990 também assegurava no debate parlamentar sobre o Orçamento de Estado de 1991 que «continuarão assim os esforços de modernização e diversificação do aparelho produtivo

nacional [!!!] ao mesmo tempo que será reforçada a orientação (...) para a *estabilização* monetária e financeira».

Como será igualmente o Primeiro-Ministro que já no decorrer do processo de sacrifício das culturas cerealíferas, do vinho e hortofrutícolas em benefício da florestação, nomeadamente do eucalipto e da conseqüente esterilização do solo; em plena corrente do desmembramento da frota pesqueira nacional; no momento em que a industrialização nacional metalúrgica, eléctrica, química, têxtil, extractiva, alimentar, etc., se converte num sonho ultrapassado, com a destruição e alienação da capacidade produtiva nacional - virá dizer em 9.XII.92, no debate da ratificação do Tratado da União Europeia (UE): «A União Económi-

compilação alheia... Assim renascem verdades inesperadas, no meio de textos que as contrariam...

**3. Em ACS, como noutros cultores actuais do seu próprio poder pessoal, a defesa da estabilidade política e governativa, tem uma dupla natureza: valorizam-se, propiciando-os, instrumentos fundamentais para assegurar a *estabilidade* das relações de produção, propriedade e opressão do capitalismo e imperialismo; mas, lado a lado, cultiva-se, organicamente, continuando-a, o respeito por meios de acção e poder próprios e de classe, tantas vezes egoistamente prioritários e dotados de clara autonomia, como base indispensável do poder pessoal...**

## devora a liberdade...

ca e Monetária (...) trata-se de um processo nacional e voluntário (...) de exercício partilhado de soberania (...) da crescente integração num quadro de (desejável) *estabilidade* cambial. Em matéria de política monetária, pode dizer-se que se perde um poder soberano ilusório [Note bem!] para ganhar um poder efectivo [!] de influenciar as orientações do conjunto dos Países da UE».

É a *estabilidade* da loucura! Deixamos de ser soberanos porque passamos a orientar um espaço europeu e mundial maior!... É o fomento da atracção infantil pelos grandes espaços, aparentemente não mais murados e ao nosso alcance, que ignora o vagabundear dos deserdados e o crescente processo de marginalização e empobrecimento nacional e popular...

Claro que o anticomunismo, como forma ideológica exacerbada de sobrevivência imperialista, que, simultaneamente, une, molda, reformula e actualiza todas as variantes de conservação da exploração humana, também tem leis de *estabilidade* e de mudança... Dois exemplos internacionais da acção de ACS: na sua conferência de imprensa de 31.I.1992, ele afirma que Portugal irá desempenhar um papel de primeira linha no auxílio às novas reformas da CEI (ex-URSS)! Um mês depois, em 28.II.1992, apoiará desta feita, como «decisiva», a instauração de uma «força de paz» das Nações Unidas, na multicobiçada Jugoslávia...

Mais curioso ainda: tanto culto da *estabilidade* não vai entretanto impedi-lo de citar e apoiar Fernando Namora, em 23.I.1990, no 75º aniversário da A. A. da Faculdade de Farmácia de Lisboa, quando aquele escritor, ao elogiar a juventude, escrevera:

«O progresso técnico torna-se incompatível com qualquer espécie de rigidez ou marasmo (...). *Estabilizar* [sublinhado nosso] é afinal regredir, é deixar que uma sociedade viva se transforme numa sociedade viciada e morta.»

É o risco da utilização de materiais mal relidos, de origem ou

Quando ACS põe optimistamente em destaque no almoço oferecido pela Confederação Espanhola de Organizações Empresariais, em 24.I.1990, que «vivendo em paz social e gozando de *estabilidade governativa* [sublinhado nosso] Portugal está a crescer a uma taxa francamente superior à generalidade dos Países Comunitários!», ele pretende converter essa mesma *estabilidade* num facto político inevitável e insuperável;

Quando ele sublinha, na apresentação do Programa de Governo, em 1987, que «a perspectiva de *estabilidade* governativa constitui, só por si, um poderoso factor de confiança, designadamente dos agentes económicos», ele cultiva expressamente o carácter classista da *estabilidade* do seu próprio governo;

Quando na qualidade de chanceler de um governo de direita vem afirmar - como o fez num almoço oficial na Ilha da Madeira, a 18.VII.1992: «Sem *estabilidade* não há progresso, e sem progresso não se melhora o bem-estar da população», ele está simplesmente cuidando da perpetuação da direita e da sua situação de poder, sob o cavaquismo.

Afinal, ditadura terrorista à parte, mas governamentalização do Estado sempre presente, não estamos ideologicamente tão longe de quando Oliveira Salazar afirmava, a 30.VII.1930, ao romper do seu regime, na sala do Conselho de Estado: «Não há Estado forte onde o poder executivo não o é.»

Só que muitos portugueses pensam - e nós entre eles - que a *estabilidade* essencial está sobretudo numa crescente e diversificada intervenção popular no poder político; no reforço da democracia participativa portuguesa.

É assim que se criam e mantêm governos fortes porque livres; saudáveis porque democráticos; vivos porque polémicos; *estáveis* porque populares; independentes porque patrióticos.

É assim que se gera a liberdade, ou se avança para ela.

Empreender este caminho, faz pelo menos certamente parte da via mais democrática e possivelmente mais pacífica, para a real liberdade popular.



## No 50º aniversário dos desembarques na Normandia

■Manoel de Lencastre

# Prioridade: não esquecer os mortos

É numa situação estranha que os países ocidentais, cujas tropas desembarcaram na Normandia, em 1944, vão celebrar o 50º aniversário desse momentoso acontecimento. Porque em tudo, nos nossos dias, a Alemanha é parceira igual dos seus sócios, os Estados Unidos, a França, o Canadá, a Grã-Bretanha, no capitalismo. Mas, chegado o momento de mobilizar a atenção dos respectivos descrentes e desconfiados povos, os aliados puseram os alemães de parte, os inimigos de ontem, e, intitulado-se como os salvadores da democracia gritam em todas as televisões: «Povos do Ocidente! Celebrai o Dia D, em que a liberdade venceu.

Esqueci as dívidas, o desemprego e a incerteza. Cantai! Cantai nas ruas, nos bailaricos». Vai correr o «champagne». Mas... e os mortos? Quem vai lembrar os que perderam a vida nas praias da Normandia?

A crise económica, moral, de princípios, em que o capitalismo luta, é de tal profundidade que o aparecimento de uma data histórica como esta recebe imediato aproveitamento para que os povos se reúnam em arraiais e festas, jantaras, televisão, cerveja e vinho. A intenção? Agarrar as nações ao sistema e procurar provar que o capitalismo, a liberdade, a democracia, a televisão, a vida a crédito, o esquecimento das terríveis realidades que nos cercam é tudo a mesma coisa. Não havendo, julga-se, possibilidades de saída, resta celebrarem-se certas datas. Mas não existe, essa é que é a verdade, qualquer espécie de união entre o capitalismo e os povos. O cepticismo impera.

### A operação «Overlord»

O dia 6 de Junho de 1944 viu a maior operação militar de toda a História. Meio milhão de homens em armas, mas homens simples que haviam surgido dos becos de Nova Iorque, das praias da Califórnia, dos centros fabris de Manchester, Glasgow, Newcastle, da Londres que resistira aos bombardeamentos da «Luftwaffe», aparecendo na madrugada das praias da Normandia, só tinham duas alternativas: a vitória ou a morte.

As forças combatentes, sob o comando de Eisenhower e Mont-

gomery, Leigh-Mallory, Ramsay, Omar Bradley, Dempsey, agrupavam-se em 20 divisões americanas, 14 britânicas, uma francesa, três canadianas e uma polaca, além de incorporarem milhares de homens pertencentes aos múltiplos serviços de apoio. Mas o comando germânico (von Rundstedt) viu-se apanhado de surpresa e a resistência oferecida não foi aquela que se antecipava. Nas praias de Utah, Omaha, Gold, Juno e Sword, os povos ocidentais registaram, através do sangue dos seus filhos, uma inolvidável vitória sobre o nazismo. Agora, entretanto, o capitalismo insiste em fazer sua essa data, através dos seus desacreditados governos, e manda cantar nas ruas e fazer bailes aos filhos e às filhas dos heróis.

Assistimos na semana passada ao espectáculo de certo historiador americano exposto diante das câmaras da NBC (TV americana) as suas inacreditáveis teses quanto ao que se passou há 50 anos. Mas o entrevistador era sagaz e perguntou-lhe o que poderia ter acontecido se acaso tivesse falhado a operação «Overlord». Foi a hora da ginástica, para o historiador em questão. Bem se esforçou, asseguramos, para desviar-se da resposta que, afinal, era tão simples. Mas, com esforço, acabou por vencer a inesperada e patente dificuldade em que fora colocado, dizendo: «Provavelmente, lançaríamos a bomba atómica sobre as cidades alemãs, como fizemos no Japão.»

A abertura da frente ocidental através dos desembarques de tropas aliadas na Normandia, fora adiada em ocasiões anteriores e os respectivos planos metidos na gaveta. Dizia Winston Churchill que não existiam condições para a organização de uma tão complexa operação militar envolvendo riscos gigantescos. Mas qual teria sido o verdadeiro objectivo dos adiamentos? Dar tempo e lugar para que a Alemanha hitleriana destroçasse a URSS e, no processo, se esgotasse e aniquilasse a si própria. Então, sob a bandeira do capitalismo, da democracia e da liberdade imperialistas, ingleses e americanos marchariam sobre a Europa como se por campos de flores, ainda que adubados pelo sangue de milhões.

### A caminho da vitória (6)

A 6 de Junho, os aliados lançavam-se, por fim, na maior operação da «sua» guerra. Mas a Alemanha nazi que, entre Julho de 1943 e Maio de 1944 perdera 41 divisões, a leste, mantinha ainda nessa frente pelo menos outras 179 divisões e 5 brigadas, não contando com as 49 divisões e 12 brigadas dos países seus satélites. No sector ocidental (França e Holanda) os hitlerianos dispunham de 59 divisões (49 na região do Loire) e eram essas as forças de que dispunham para fazer frente à invasão.

Em fins de Abril, o Comando Supremo soviético tomara decisões definitivas quanto à campanha militar do Verão de 1944 que incluía a libertação da Bielorrússia. Antonov recebeu instruções para a rápida preparação dos planos de operações que envolviam todas as frentes de combate. A 22 de Maio, Stalin e Jukov receberam Vasilevski, Antonov, Hokussovski, Bagramian e Cherniakovski. A operação que recebeu o nome de «Bagration» entrava em febril ritmo de execução e Jukov, a 5 de Junho, assumia o comando da 1ª Frente Bielorrússia. A 6, como se disse, confirmava-se o desembarque dos aliados na Normandia. Mas o destino da Alemanha nazi estava virtualmente selado. A sua derrota e o seu fatal desmembramento militar tivera lugar nesses lugares sagrados da Humanidade que são Moscovo, Stalinegrado e Kursk.

Mas o inaceitável imprevisível aconteceu. A vitória de Moscovo deu à guerra um novo sinal. O êxito histórico, em Stalinegrado, acordou o Mundo. Kurskne, fez tremer o imperialismo. A verdade é que a URSS, sustentada pelo esforço épico dos seus povos, impulsionada pelos sacrifícios, pela coragem, pelo heroísmo dos comunistas, conseguira resistir à criminosa invasão da «Wehrmacht» e o Exército Vermelho ameaçava já invadir a Alemanha. Nessas circunstâncias, a operação «Overlord» tornou-se condição «sine qua non» para os governos ocidentais e para o imperialismo. Se, entretanto, o triunfo não surgisse nas praias da Normandia, os imperialistas, segundo nos explicou o historiador americano já referido, fariam uso, possivelmente, da arma última, em pleno desenvolvimento à bomba atómica seria lançada sobre uma Alemanha já devastada para travar o avanço daqueles que, na realidade, havendo consentido uma inacreditável multidão de sacrifícios, se aprestavam para, nada mais nada menos, transformar o Mundo.

### Emigrantes com problemas (Parte XIV)

O retorno do casal Guerreiro ao Canadá tornara-se inevitável. Essa era, para si, a terra da promessa onde haviam construído vida diferente, sofrido, ganho prosperidade e conhecido as realidades do Mundo. Montreal, dadas as experiências anteriores, representava, para Mariana e Cipriano, uma espécie de cidade-mãe onde tudo lhes parecia possível. Lisboa já só lhes falava do passado, mas um passado que as condições presentes não respeitavam. Portugal transformara-se. E Cipriano Guerreiro, ofendido pelas campanhas insidiosas dos partidos defensores do capitalismo em Portugal, incluindo aquele com que simpatizava, o Socialista, surpreendera-se sonhando com o regresso ao Canadá. Muitas das condições do 24 de Abril haviam-se reinstaurado em Portugal e, se tinha de viver no meio das seduções e dos horrores do capitalismo, então preferia fazê-lo no Canadá.

Uma bela manhã, táxi à porta, fechado a sete chaves o apartamento da António Granjo, puseram-se a caminho do Aeroporto para, meia dúzia de horas mais tarde, voltarem a pisar Mirabel onde a recepção foi diferente daquela que haviam experimentado quando lá chegaram pela primeira vez. Tinham direitos adquiridos, no país que também haviam ajudado a progredir.

«Estás a ver, rapariga, Portugal, sim, é a nossa Pátria, mas esta é a nossa terra. Não te sentes melhor, aqui?» E respirou fundo. Ela concordou. «Já tinha saudades de falar francês...» disse.

Alugaram um automóvel e demandaram a cidade sonhada. Tudo aquilo fora terra de índios antes da chegada dos chamados pioneiros,

antes de que esses bárbaros se lançassem através das pradarias à bandos de aventureiros, delinquentes europeus sofrendo alucinações de fundo religioso. Em Setembro de 1759, os ingleses, comandados por James Wolfe, apropriaram-se de todo o Quebec derrotando Montcalm, em Montmorency. Deram ao Canadá um novo destino.

«Cipriano», disse Mariana enquanto abria uma das janelas do carro. «Porque não vamos ver o velho Montreal? Tenho tantas saudades...» «Estou com pressa, mulher».

«Com pressa? Porquê? Mal acabamos de chegar.»

«Estão à nossa espera na “Pérola do Atlântico”, Mariana. Vou fazer-te uma surpresa.»

Todas as mulheres adoram surpresas. Mariana calou-se. Ele acelerou para surgir, rapidamente, no centro, em Sherbrooke, meter a St. Urbain, e aparecer, triunfante, no Boulevard St. Laurent. De aí à Rue du Vaugirard foi uma questão de segundos. E parou à porta do restaurante que fora seu. Mariana quis uma explicação:

«Não estou a ver o que vimos fazer aqui, Cipriano. Já esqueceste aquilo que sofremos no interior dessas paredes?»

«Já te disse, filha. Tenho uma surpresa para ti.»

Do restaurante surgiam sons musicais cadenciados, melancólicos, doloridos, arrancados por mãos de mestre ao velho acordeão do Maganão. Ouviam-se gargalhadas. Alguém cantava. E falava-se português à moda de Beja. Cipriano, definitivamente, para amar melhor o seu país tinha de achar-se bem longe dele.



## Carta do Alentejo



# Lá vão a caminho da Suíça...

Homens e mulheres de Pias, em número de oitenta — jovens ou não — caminham adrede para a Suíça. É o trabalho sazonal que os espera na agricultura. Vão ganhar o que no seu país lhes negam: o direito ao trabalho. Já lhes recusaram, a muitos, o subsídio de desemprego. E os mais novos ainda não tiveram a sua primeira ocupação profissional.

Aqui, no Alentejo, no concelho de Serpa também, este enredo vai-se repetindo todos os anos.

As pessoas andam de cabeça esvaída. E o desemprego cresce como nódoa que é.

A agricultura vai minguando à frente do vasto mercado da Comunidade Europeia. É uma grandeza às avessas, conforme nos ensinaram os números. Mas, outrossim, é directamente proporcional: é que no concelho de Serpa, com 1600 desempregados (30% da população activa), já com 500 pedidos de emprego na Câmara Municipal, nesta altura, são crescentes as preocupações de todos, exceptuando, claro está, da parte do Governo.

Não querem os trabalhadores morrer à míngua. E no passado — não muito distante — das freguesias rurais, incluindo da sede do concelho, a maioria da população sofreu — no sol das ceifas e na chuva das mondas — a desgraça dos baixos salários, adregando-se a eles a paga das prisões políticas.

Hoje, nas pareências do tempo de Pias, há que falar em 3 de Março de 1954 (ano do assassinato de Catarina), na luta pelo pão, em que os trabalhadores rurais, em manifestações, deram duas voltas a essa aldeia para libertarem os camaradas presos no posto da Guarda. Manuel Rodrigues, aqui ao pé de mim, lembra-se dos três dias e três noites, consecutivos, espetado em cima duma oliveira, apenas descendo de madrugada para ir comer a casa, vigiando do alto a movimentação da força repressiva vinda de Beja.

(Este apontamento veio-me à memória, a modos por causa da Reforma Agrária que, na aldeia de Pias, ocupava 500 postos de trabalho, e hoje é apontado por Sousa Tavares — em entrevista na SIC ao general Vasco Gonçalves — como uma imposição do então primeiro-ministro e dos homens do MFA. A lógica jornalística, aí por certas bandas, tem destes despautérios. Está-se mesmo a ver.)

■ João Honrado

# Campanha de assinaturas

A Campanha das Mil Assinaturas do «Avante!» já atingiu praticamente o seu objectivo.

Ao mesmo tempo que se regista este facto positivo, chama-se a atenção para a necessidade de um último esforço que permita alcançar a meta e criar uma «folga de segurança» para prevenir eventuais quebras futuras.

Entretanto, há que registar que a Campanha de Mil Assinaturas de «O Militante», que se iniciou mais tarde, está, por isso, bastante atrasada.

Isto significa que, enquanto não se conseguir um considerável avanço nesta campanha, a manutenção do serviço de assinaturas de «O Militante» acarreta sérios prejuízos financeiros para o Partido.

É então necessário, portanto, concentrar os maiores esforços na campanha de assinaturas de «O Militante», de modo que se atinja o mais rapidamente possível a meta fixada.

Procurando contribuir para a intensificação dos esforços nesta campanha, voltamos a publicar o apelo com que foi iniciada.

## Campanha de Assinaturas de O Militante

Caro Camarada e/ou Amigo

O interesse que se tem colocado no aumento do número de assinantes de *O Militante* tornou-se, de súbito, uma questão urgente que exige uma resposta muito rápida.

*O Militante* tem sido considerado, com razão, uma publicação periódica e, por isso, beneficiava de uma taxa dos correios especial.

Este estatuto foi-lhe retirado agora no começo de Janeiro, invocando-se o seu carácter partidário, passando cada envio a custar quase o triplo, o que inviabiliza o sistema de assinaturas.

Há, no entanto, uma modalidade de expedição cuja taxa é suportável, mas exige um número mínimo de mil assinaturas.

Eis a razão deste esclarecimento-apelo para que se consiga atingir aquele número o mais breve possível.

O esforço que se tem de realizar para isso vai, no fim de contas, também ao encontro do interesse político que tem havido no aumento do número de assinantes.



### TABELA DE ASSINATURAS: (IVA e portes incluídos)

Portugal (Continente  
e Regiões Autónomas):  
1 080\$00

Espanha: 1 950\$00

Guiné-Bissau, S. Tomé  
e Príncipe e Macau:  
3 780\$00

Europa: 3 480\$00

Extra-Europa:  
5 580\$00

### FICHA DE ASSINATURA DE *O Militante*

A preencher pelo assinante:

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_ Código postal \_\_\_\_\_

Junto envio o cheque/vale do correio nº \_\_\_\_\_, sobre o Banco/

/Estação do correio \_\_\_\_\_, dirigido a Editorial «Avante!»,

Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A, 1000 Lisboa no valor de \_\_\_\_\_ \$ \_\_\_\_\_

A preencher pelo angariador:

Nome (individual ou organização) \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_ Código postal \_\_\_\_\_

## Rectificações

No artigo sobre a África do Sul, da autoria do nosso camarada Miguel Urbano Rodrigues, publicado na última edição do «Avante!», um salto tipográfico tornou ilegível um parágrafo. Repetimos, por isso, essa passagem do artigo, tal como foi escrita:

Não se adivinha o desenvolvimento da História. Mas pode afirmar-se que o futuro imediato na África do Sul será marcado pela contradição antagónica entre os objectivos do Programa do ANC e os objectivos inconfessados do PN: manter intacta no fundamental a estrutura do poder económico, ou seja, defender palmo a palmo a concentração da riqueza nas mãos de um sector privilegiado da minoria branca, aceitando apenas a eliminação de situações de desi-

gualdade social que geram tensões comprometedoras para a própria estabilidade do sistema. A existência de milhares de brancos pobres e desempregados não impede que a minoria branca se comporte no processo, globalmente, como se fora uma classe social.

\*

Ao autor e aos nossos leitores apresentamos os nossos pedidos de desculpas pelo lapso. Também pedimos desculpas ao autor do artigo publicado no mesmo número, sobre o Ano Internacional do Desporto e do Ideal Olímpico, cujo nome «caiu» na composição. O autor do artigo é o nosso camarada Carlos Rabaçal, membro do Conselho Nacional do Comité Central.

# Viva a Liberdade!

Fotos  
de Vitor  
Castro

«Fala-se p'ra aí muito em radicalismo. Está na moda ser radical. Não há nada mais radical do que comer um grande cozido, beber um *ganda tintol*, e apanhar sol para a Atalaia... Viva a Liberdade! Viva a Liberdade!»

João Aguardela, vocalista dos Sitiados, no Palco Liberdade, domingo, dia 29 de Maio de 1994, durante a actuação do seu grupo no Festival juvenil que comemorou os 20 anos do 25 de Abril



## Guterres vai a todas

Já não chegavam as entrevistas ao «Expresso» e ao programa «Sete à Sexta» da SIC. Também a TSF, na quinta-feira da semana passada, veio em oportuno socorro do líder do PS e, num esforço de «actualidade» assinalável, inventou um «Grande Júri-Especial» para, durante duas horas, lhe proporcionar o espaço necessário para, entre outras, aprofundar as manobras de diversão ensaiadas com a cena da revisão constitucional. E foi assaz interessante de ouvir-se a primeira parte, conduzida por Sena Santos e Rui Gomes - o primeiro, na sua habitual excitação, a adiantar perguntas que faziam adivinhar as próprias respostas já nelas implícitas e o segundo a fazer o estudado e sempre conveniente papel de jornalista incómodo. Mas o melhor (e não previsto pelos atenciosos jornalistas)

foi o qualificativo de «absurdo» com que Guterres, à dado passo, tratou de caracterizar o objecto da sondagem que a estação encomendara, em que figurava uma pergunta sobre a hipótese de confronto entre o líder socialista e o actual Presidente da República (!) em eventual-futura disputa para a liderança do PS - e do qual sairia claro vencedor por larga margem o actual secretário-geral... Um qualificativo em relação ao qual Rui Gomes não conseguiu deixar que lhe escapasse um mal disfarçado «obrigado!». É que, na sua boa vontade política, o jornalista não percebeu que há sempre que fazer de conta que as coisas não estão assim tão bem combinadas...

## Teodoro para Cascais

Convencido, como é (mas sem razão para isso...), António Teodoro tentou

# PONTOS CARDEAIS

numa jogada desesperada condicionar a vontade dos professores da Grande Lisboa, ameaçando que se não votassem na sua lista candidata à Direcção do respectivo Sindicato se demitiria do cargo de Secretário-Geral da FENPROF.

A maioria absoluta dos professores não teve nenhum medo (alguns até rejubilaram) perante a ameaça de Teodoro e votou na lista de Paulo Sucena. António Teodoro viu-se então compelido a anunciar que vai cumprir a ameaça e demitir-se...

- Então, e agora o que é que ele vai fazer? - perguntou uma voz.

- Ora, ele já disse que vai voltar à escola - esclareceu alguém.

- Ah! Ah! - riram-se vários - quem é que acredita nisso?

Vai mas é para Cascais, para a Câmara do Judas, como os outros da «plataforma»...

## Partidarizações e conotações

Ainda a propósito da mesma personagem, foi sintomático ver-se o tratamento dado às eleições para o SPGL em alguns dos órgãos de comunicação social. Nas vésperas, por exemplo, a propósito de uma invocada «partidarização» do acto eleitoral, a TSF não deixou de indirectamente «alertar» os professores de que a Lista A era claramente conotada com o PCP, ao mesmo tempo que adiantava estar a Lista B radicada em insinuas «dissidências» - na presunção de que estas certamente iriam animar as massas votantes. O interessante é que, no dia



seguinte, conhecidos que eram os resultados, a TSF rapidamente tenha esquecido a meio da manhã aquelas conotações e tratado de rapidamente «despartidarizar» as mesmíssimas eleições, num esforço para esconder a cabeça na areia digno de nota. Já o Telejornal da mesma noite entendeu enveredar por um outro caminho: procurando desvalorizar os resultados, aproveitou apenas uma frase da entrevista que fez a Paulo Sucena e optou por dar mais delongas a uma dissertação do mesmo derrotado Teodoro. A explicação é clara: o que alguns órgãos de comunicação se mostraram incapazes de engolir foi a clara expressão de unidade entre os professores, consubstanciada numa lista que, na defesa da reestruturação e renovação da vida sindical dos professores (a par da luta consequente pela defesa dos seus direitos e contra a política educativa do Governo), antecipadamente já tinha ganho a confiança dos que a elegeram.

## FRASES da SEMANA

“Como é que uma pessoa de 70 anos, que é a idade do responsável pelo SIS na Madeira, pode investigar quem quer que seja?”

☛ (Cavaco Silva, citado em «Expresso», 28.05.94)

“A realidade é esta: houve um homem, na Madeira, que por sinal é o único membro do SIS naquele arquipélago (para além de um jardineiro em processo de reciclagem), que não percebeu exactamente qual era o seu papel e começou a actuar de acordo, não com os interesses da função que lhe estava atribuída, mas com os seus interesses e inclinações pessoais.”

☛ (Editorial - «Expresso», 28.05.94)

“Ora, depois do que se passou, quando houver um caso que exija verdadeiramente uma acção enérgica e medidas drásticas, o que se fará?”

☛ (Idem)

“Se alguém fez alguma coisa, foi a comunicação social.”

☛ (Evangelista Gouveia, ex-responsável do SIS-Madeira, à «Rádio Renascença», citado em «Público», 26.05.94)

“As comissões de inquérito só funcionam com a totalidade dos seus membros, e o PSD não está disposto a participar em jogadas que violam a legalidade.”

☛ (Duarte Lima, na conferência de imprensa em que anunciava o boicote do PSD a qualquer inquérito parlamentar sobre o SIS - «Público», 26.05.94)

“Tal conduziria inevitavelmente à disseminação de informação confidencial, que ninguém poderia impedir que fosse utilizada por quem contesta a própria existência destes serviços contra o próprio Estado português.”

☛ (Idem)

“Das duas uma: ou avançamos em conjunto, mas isso supõe o voto por maioria, principalmente, ou então talvez seja necessário retomar a ideia de um “núcleo duro” de países escolher um grau de integração mais forte. Por exemplo, a França e a Alemanha decidem adoptar uma só diplomacia, antes que os outros estejam prontos. Qual é o problema?”

☛ (Michel Rocard, líder do PS francês - «Público», 28.05.94)

“Maria João Pires falta muito a concertos.”

☛ (Santana Lopes, reagindo às críticas da pianista à política cultural do Governo - «Público», 28.05.94)

“Por cálculo, poderia fazer um pouco de Rainha de Inglaterra, de estar permanentemente com a maioria, mas essa nunca foi a minha postura.”

☛ (António Teodoro - «Público», 28.05.94)

“Toni, o teu grande defeito é seres benfiquista.”

☛ (cartaz, no Estádio 1º, Maio em Braga)

## PONTOS NATURAIS

### NA PISTA DA MEMÓRIA

## Um dia na vida de um crítico

Perceberam já que estamos a falar de A TERRA, O MAR E A GENTE. Que estamos a falar de Portugal. De um Portugal sofrido que não entra nos discursos, no Santo António de Alfama, no roteiro das misses e nas ementas douradas da mentira romântica. Rosto onde a resignação alastra com a despolitização de todo o tamanho, prestes a rebentar em todos os sentidos, num vistoso fogo de artifício do desespero que se chama França, Alemanha, Canadá. Cenas que não se demoram apenas nas margens do Guadiana. «Imagem de um paraíso perdido que levará tempo a ser reencontrado.» Pedacos de um destino atirado aos quatro ventos da História e tarda em descobrir os sinais do seu equilíbrio. Tanto fracasso à beira de tanta beleza! Mais do que uma rubrica: uma fatia em sangue da realidade. Mais do que uma realidade: um símbolo.

(CANAL DA CRÍTICA, Diário de Lisboa, 21.6.1972. A Censura cortou o sublinhado)

A mulher, algures no Alentejo, a trabalhar para um patrão que ela não conhece, que nunca viu, que nunca verá, a cumprir leis impostas por ele, submetida a condições que não discutiu. Sindicato? Nem sabe o que isso é. Seguro de trabalho? Nunca ouviu falar. Apenas conhece uma lei: a da canga.

(Idem. Cortado pela Censura)

Diário de Lisboa

5.12.04  
SERVIÇOS DE CENSURA  
(SERDE)  
CORTADO

Os horizontes apertam a garganta. Sufoca-se.

Quanto tempo vai durar isto assim? Ninguém sabe. O pescador do Guadiana, José Angrolas, é uma ilha. Recusa-se a ir embora. Tem resistido a todas as propostas. Ali, diz o texto ambíguo, ele é um rei. Ouve-se esta palavra com um sorriso de pena. Um dia, quando menos se espera, os «reis» perdem a «coroa» e vão, como simples escravos, cavar as «c'roas» para outros países.

Por enquanto, nas margens do Guadiana, um homem resiste. Um homem fica. Para quê? Não sabe. Sabe que fica.

Talvez por preguiça. Talvez por inércia. Talvez por um misterioso instinto de futuro. Um homem, pior do que estar só, é julgar-se só. Meio vencido.

O rosto de Portugal? Rosto pelo menos de um certo Portugal adormecido na inutilidade de si próprio. À espera de si próprio. Numa manhã de nevoeiro?

(Idem. Idem)

Mário Castro



## Com a participação de **CARLOS CARVALHAS**

### Distrito de ÉVORA

Quinta, dia 2

**Vendas Novas** - Encontro com a população no Jardim Público - 10h30

**Silveiras** - Encontro com a população junto à Esc. Primária

**Montemor-o-Novo** - Almoço-convívio no Jardim Infantil - 12h30

**Mora** - Encontro com a população junto ao Centro Cultural - 16h

**Pavia** - Encontro com a população no Lg. dos Combatentes - 17h

**Arraiolos** - Jantar na Esc. C+S - 19h.

Encontro com a população junto ao Cine-Teatro - 20h

**Évora** - Comício-festa na Praça do

Giraldo, também com Luís Sá - 21h30.

Espectáculo com Brigada Victor Jara

### Distrito de SETÚBAL

Sexta, dia 3

**Montijo** - Acção de propaganda na Baixa da cidade - às 12h

**Palmela**, também com Luís Sá e outros candidatos - Almoço com trabalhadores das autarquias e activistas da CDU na Casa do

Lavrador - às 13h, também. Encontro com a Juventude no Cinema S. João - 20h

**Alhos Vedros** - Contacto com os trabalhadores da Hally Hensen - 16h30

**Pinhal Novo**, também com Luís Sá e outros candidatos - Comício da CDU na Festa Amiga - 21.30

**Baixa da Banheira**, também com Luís Sá e outros candidatos - Comício no Parque

Ribeirinho - 22h30

### Cidade de LISBOA

Sábado, dia 4

**Mercado de Arroios** - 10h

**Mercado da Ajuda** - 10h45

**Feira Popular** - Almoço de apoiantes no restaurante "Imperador dos Frangos" - 13h

**Jardim da Parada**, em Campo de Ourique - Festa popular - 15h30

**Feira do Livro**, também com José Saramago e Alexandrino Saldanha - 18h30

**Voz do Operário** - Jantar de apoiantes - 20h

### Concelho de LOURES

Domingo, dia 5

**Caneças** - Encontro com a população, no Largo de Caneças - 10h

**Ramada de Baixo** - Encontro com a população - 11h

**Pinhal da Paizã** - Piquenique da CDU - intervenção às 14h30

**Stá. Iria da Azóia** - Festa-convívio na Casa da Cultura - 19h

**Sto. António dos Cavaleiros** - Jantar de apoiantes na Associação de Moradores - 20h30

### Concelho da AMADORA

Segunda-feira, dia 6

**Cabos de Ávila** - Visita à empresa - 10h30

**Venda Nova** - Encontro com os trabalhadores na Zona Industrial - 12h15

**Quinta de S. Miguel** - Almoço com Reformados - 13h

**Amadora** - Encontro-convívio com trabalhadores da CM, no Auditório Municipal - 17h30. Sessão CDU na Soc. Filarm. Recreios Artísticos - 21h30

### Distrito de PORTALEGRE

Terça, dia 7

**Crato** - Encontro com o Executivo da CM - 11h30

**Portalegre** - Visita à empr. têxtil Finos - 15h

**Alter do Chão** - Encontro com a população em Seda - 18h30

**Avis** - Encontro com a população em Benavila, na sede da JF - 19h

### Cidade de ALMADA

Terça, dia 7

Comício no Largo S. João Baptista, também com a participação de Luís Sá - 22h

### Distrito de SANTARÉM

Quarta, dia 8

**Santarém** - Visita à Feira Nacional de Agricultura - 18h



**Vale Figueira** - Jantar de apoiantes da CDU no recinto das festas - 20h30

### TORRES VEDRAS

Quinta, dia 10

Almoço de apoiantes na colect. Fonte Grada - 13h

★ ★ ★

## Com a participação de **LUÍS SÁ**

### Distrito de ÉVORA

Quinta, dia 2

**Montoito** - Encontro com a população junto à Sociedade - 10h

**Redondo** - Encontro com a população no Lg. da CM - 11h

**Santiago Maior** - Almoço-convívio - 12h30

**Alandroal** - Encontro com a população - 15h

**Bencatel** - Encontro com a população - 16h

**Vila Viçosa** - Encontro com a população - 16h30

**Borba** - Encontro com a população - 17h30

**Estremoz** - Jantar-convívio - 19h

**Évora** - Comício-festa na Praça do Giraldo, também com Carlos Carvalhas - 21h30

### Cidade do PORTO

Sábado, dia 4

**Contactos com a população** - no Bairro do Cerco do Porto, Mercado de S. Victor, Bairro do Agra - a partir das 11h - e dos Bairros da Fonte da Moura e Campinas - a partir das 16h30

**Almoço-convívio de activistas da CDU** - no Hotel Internacional, 13h30

**Almoço-convívio de activistas da CDU** - no Hotel Internacional, 13h30

### Concelho de V. F. XIRA

Domingo, dia 5

**Póvoa de Sta. Iria** - Festa Popular na Quinta da Piedade - 14h30. Espectáculo com Brigada Victor Jara

### Concelho de SINTRA

Segunda, dia 6

Visita à Cooperativa Novo Rumo - 11h - e às Oficinas da CM de Sintra - 11h30.

Almoço com os trabalhadores no Refeitório da CM

**Queluz** - Festa CDU no Parque Conde Almeida Araújo (a partir das 19h30). Espectáculo com Brigada Victor Jara

### Distrito de SETÚBAL

Terça, dia 7

**Sesimbra** - Visita ao porto - 11h - e almoço com activistas - 12h30

**Almada** - Comício em que também participa Carlos Carvalhas - Lg. S. João Baptista - 22h

### Distrito de BEJA

Quarta, dia 8

**Vale de Vargo** - Sessão de esclarecimento no Centro Cultural - 11h30

**Vila Verde de Ficalho** - Almoço de eleitos e apoiantes da CDU - 13h00

**Vila Nova de S. Bento** - Sessão de esclarecimento no Cine Teatro - 15h30

**Serpa** - Encontro com os trabalhadores da autarquia de Abegoria-Serpa - 17h

**Pias** - Sessão de esclarecimento na Casa do Povo - 18h30

**Aljustrel** - Jantar com eleitos e apoiantes da CDU, no Salão dos Bombeiros - 21h

## Avante! Agenda

### Outras iniciativas com candidatos

#### Aveiro

Encontro dos candidatos João Lopes e Manuela Silva com Pescadores da Costa Nova: quarta, 1, 6h, Taberna "O Pescador" Debate em Ílhavo, com Joaquim Miranda e Manuela Silva: quinta, 2, 21h30, salão da JF

Sessão debate em Famalicão: sexta, 3, 21h30.

Em Sta. Maria da Feira, acção junto dos jovens trabalhadores da ECCO com Amélia Pardal e Manuela Silva: segunda, 6, às 15h

#### Braga

Em Famalicão debate com José Barata Moura sobre a Reforma Educativa e a situação da Educação e Ensino no distrito: quinta, dia 2, às 21h30, na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco. Visita de Joaquim Miranda no dia 3: acções de esclarecimento e propaganda em Guimarães, de manhã, e em V. Nova de Famalicão (Coelima, 13h30). Às 21.30, sessão de esclarecimento no salão da Junta de Freguesia de Riba d'Ave. Visita de Sérgio Ribeiro no dia 5: em Barcelos, contacto com a população (a partir das 11h15) e sessão-convívio no Bairro da Misericórdia, às 16h; em Esposende, sessão de esclarecimento (na Apúlia, às 21.30)

#### Bragança

Conferência de José Barata Moura: «Identidade Cultural e Comunidade Europeia»: no Auditório da Esc. Sup. de Educação, terça, dia 7, às 21h30

#### Covilhã

Quarta-feira, dia 1 - Visita do candidato Joaquim Miranda, que visita de manhã a Universidade da Beira Interior e a CM da Covilhã, e à tarde a União dos Sindicatos do distrito, a Assoc. de Estudantes da UBI e os Bombeiros Voluntários. A partir das 19h estará no Paúl e às 22h no Oriental de S. Martinho

#### Évora

Iniciativas públicas com a participação de Joaquim Miranda, no dia 9: sessão para Reformados no Palácio D. Manuel, em Évora, e sessão de esclarecimento na Casa do Povo de Viana/Alcáçovas, às 21h.

#### Faro

Acções de esclarecimento e propaganda com a participação de Joaquim Miranda, nos dias 5 e 6 - dia 5 em S. Bartolomeu de Messines, Silves e Lagoa, no dia 6 em Loulé, Olhão, Moncarapacho e Faro (na Baixa, às 18h).

#### Figueira da Foz

Visita de Sérgio Ribeiro no dia 3: encontros com trabalhadores, comissões sindicais e Assoc. Com. e Industrial durante o dia; às 19h30, jantar-convívio, às 21h30, debate em Figueiró do Campo

#### Leiria

Sérgio Ribeiro visita o distrito nos dias 1 e 2. No dia 1, acções de esclarecimento junto de empresas durante todo o dia e sessão-debate às 21h no Auditório da Merko, em Alcobaça. No dia 2: em Leiria, almoço com apoiantes na Mata dos Marrados; em Alpedriz (Alcobaça) debate na Assoc. Recr. às 17h30; jantar-convívio na Nazaré (19h); sessão sobre «A Europa, o Emprego e os Direitos Sociais» na Marinha Grande (Sport Operário Marinhense, 21h30)

#### Loures

Maria do Carmo Tavares em contacto com os trabalhadores de empresas do concelho, no dia 7: Covina (12h30), Robbialac (13h15), FIMA (14h30), Trefilaria (15h30), Triumph Int. (16h45), Dyrup e Lever (17h30)

#### Sintra

Iniciativas públicas com a participação da candidata Isabel Castro em Algueirão-Mem Martins (almoço no restaurante «O Pizza») e contactos com a população na Estação da CP em Queluz (17h)

#### Porto

No dia 4, iniciativas com Sérgio Ribeiro:

debate com trabalhadores na Junta de Freguesia de Avintes, às 15h30, e sessão-convívio em Matosinhos (na Esc. Prep. do Padrão da Légua, 21h30)

E ainda...

#### Aguilva-Cacém

Grande Noite do Fado no J.I.P., sábado a partir das 22h. Intervenção, sobre as eleições para o PE, de Henrique de Sousa.

#### Almada

Sessões de esclarecimento no dia 3: no Monte de Caparica Atlético Clube, com José Abreu; no Beira Mar-Atlético Clube com José Caetano; no Grupo Desportivo Estrela das Torcatas com José Neto - todas às 21h30. No dia 5: na Soc. Recr. União Pragalense com Blasco Hugo Fernandes

#### Évora

Sessões de esclarecimento no Vimieiro (Arraiolos) com Lino de Carvalho (Casa do Povo, dia 3, 21h30), no Escoural com Raimundo Cabral (dia 3, 21h, Lg. da Junta de Freguesia), em S. Cristóvão (Montemor) com António Gervásio (no Polivalente da Junta de Freg., dia 3). Sessões ainda em Piçarras (dia 6), Bombel, Aldeia da Serra e S. Gregório (dia 7), Afeiteira (dia 8), Vendas Novas (dia 9) - todas às 21h

#### Lisboa

Prior Velho - Sessão na Junta de Freguesia com Domingos Abrantes: dia 3 às 21.30. S. João da Talha - Sessão com João Amaral e Francisco Pereira, no Gr. Recreativo Corações do Vale Pereira: dia 3 às 21.30. Pontinha - Jantar no Centro

### LISBOA

Quinta, dia 9

**CARLOS CARVALHAS** e **LUÍS SÁ** e ainda Blasco Hugo Fernandes, Amélia Pardal, Isabel Castro: 21h - Comício na Pç. da Figueira. Espectáculo com Brigada V. Jara

### BARREIRO

Sexta, dia 10

**CARLOS CARVALHAS** e **LUÍS SÁ**: 16h - Comício na Avenida da Praia

### MARINHA GRANDE

Sexta, dia 10

**CARLOS CARVALHAS**: 20h - Jantar de apoiantes na Sede da Ordem 22h - Comício-Festa na Sede da Ordem

★ ★ ★

JCP / Seixal

**PASSEIO DE FALUA** com Amélia Pardal

dia 4 - das 14 às 18h

Republicano Ten. Valdez, com Carlos Rabaçal e Fátima Amaral: dia 3 às 16h. Unhos - Sardinhada junto ao CT, com Domingos Abrantes: dia 4 às 13h. Sto. Antão do Tojal - Sessão com Reformados no Centro de Convívio, com Francisco Pereira: dia 4 às 16h. Bobadela - Sessão no Clube Recr. Bobadelense, com Domingos Abrantes: dia 4 às 15h30.

Debate no Hotel Plaza - Lisboa  
Dia 7, às 18h30

## «O Sector Empresarial do Estado face à integração de Portugal na CE»

com a participação de  
Jerónimo de Sousa e Alexandrino Saldanha

★ ★ ★

Debate no CT Vitória - Lisboa  
Dia 1, às 18h

## «A liberalização do Transporte Aéreo e as eleições para o PE»

com a participação de  
Octávio Teixeira

★ ★ ★

**Pinhal Novo**  
Sexta, sábado e domingo  
Largo do Mercado

### FESTA AMIGA 1994

Sexta, dia 3

21h - Grupo Coral da Ass. de Reformados de Pinhal Novo e Grupo Coral da Coopinhal

21h45 - Comício com Carlos Carvalhas e Luís Sá

22h45 - Luísa Basto e Banda

Sábado, dia 4

Espectáculos a partir das 17h30 com Rancho Folclórico da Casa do Povo de Pinhal Novo Humberto e Gonçalo Conjunto de Baile «Star Band»

Domingo, dia 5

11h - Manhã Infantil  
17h30 - Rancho Folclórico Rurais da Lagoa de Palhais  
21h45 - Fados

## CONVÍVIO ALENTEJANO

3, 4 e 5 de Junho

Montiagri  
Pintura-Música-Palhaços-Desporto  
Ranchos Corais-Fados  
COMÍCIO NO DOMINGO, ÀS 17H





Fortitude - O Fim da Inocência, que a TVI começa a transmitir 2.ª-feira, é a adaptação do best-seller de Larry Collins sobre a participação da resistência francesa na vitória dos Aliados

PROGRAMAÇÃO

Quarta, 1

Canal 1
08.00 Rua Sésamo
08.30 Informação
08.35 Grandes Tormentos
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Viajante do Tempo
14.30 Os Melhores Anos
15.00 Ponto por Ponto
15.45 Vizinhos
16.10 Crime, Disse Ela
17.05 Edera
18.00 Caderno Diário
18.10 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Com a Verdade M'Enganas
19.50 RTP-Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Campanha Eleitoral para o PE
21.05 Fera Ferida
22.00 Vamos Jogar no Totobola
22.10 Uma Louca História do Mundo - I
(ver «Filmes na TV»)
23.45 24 Horas
00.25 O Compromisso
(ver «Filmes na TV»)

TV 2
12.00 Infantil
12.50 Histórias de Ópera
14.00 Universidade Aberta
14.30 Amores no Dandóbio
15.20 Infantil
16.10 As Grandes Esperanças
(ver «Filmes na TV»)
18.10 Um, Dó, Lí, Tá
19.00 Tênis - Torneio de Roland Garros
20.00 Realce
20.25 Casos em Aberto
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP/Financial Times
22.10 Grande Noite
23.10 Remate
23.20 Quem Fala Assim
00.15 Amazônia
01.00 Magazine «Ver Artes»

SIC
12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 O Caso de um Velho Amor
(ver «Filmes na TV»)
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Perdoa-me
22.40 A Brincar, a Brincar
23.10 Sim, Sr. Ministro
23.45 Último Jornal
00.05 Os Donos da Bola
00.15 Internacional Sic
00.45 O Detetive Americano

QUATRO
12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Cresce e Aparece
13.20 Olá, Cristina!
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.20 Fang
15.50 Animação
16.05 A Casa do Tio Carlos
16.40 Vamos ao Circo (Especial Dia Mundial da Criança)
17.40 Topázio
18.05 Morena Clara
18.25 Estrela
19.30 Informação Quatro
20.00 Marés Vivas
21.00 Visto Isto
21.30 As Aventuras de Jack Burton nas Garras do Mandarim
(ver «Filmes na TV»)
23.15 Telemotor
00.45 Informação
01.15 Na Mira do Crime

Quinta, 2

Canal 1
08.00 Rua Sésamo
08.30 Informação
08.35 Grandes Tormentos
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Viajante do Tempo
14.30 Os Melhores Anos
15.00 Ponto por Ponto
15.45 Vizinhos
16.15 Crime, Disse Ela
17.00 Edera
18.00 Caderno Diário
18.10 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Lotaria Nacional
19.05 Com a Verdade M'Enganas
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Campanha Eleitoral para o PE
21.05 Fera Ferida
22.00 Concurso «1, 2, 3»
23.45 24 Horas
00.25 Poltergeist II: O Outro Lado
(ver «Filmes na TV»)

TV 2
10.00 Missa
12.00 Infantil
12.50 Os Caminhos da Arte
13.45 Amores no Danúbio
14.35 Avioes Militares
15.05 Infantil
16.00 O Veleiro da Aventura
(ver «Filmes na TV»)
17.45 Tênis (Torneio de Roland Garros)
19.00 Sete Vidas
19.40 Magazine «Ecologia/Ciência»
20.20 Os Últimos Dias de Aldo Moro
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP - Financial Times
22.10 Sinais do Tempo
23.10 Remate
00.10 Terra Instável
00.45 Amazônia

SIC
12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Perry Mason: «O Caso da Madame Assassina»
(ver «Filmes na TV»)
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 Paraíso
18.55 Praça Pública
19.30 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Sete à Sexta
21.15 Mulheres de Areia
22.15 Mini Chuva de Estrelas
23.00 Último Jornal
23.40 Os Donos da Bola
23.50 Playboy
00.50 Chame-me Mr. Brown
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO
12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Cresce e Aparece
13.20 Olá, Cristina!
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Encontro
15.20 Coisas de Família
15.50 Um Dia a Casa Cai
16.15 Animação
16.30 A Casa do Tio Carlos
17.20 Feita à Medida
17.35 Topázio
18.05 Morena Clara
18.30 Estrela
19.30 Informação Quatro
17.35 Topázio
20.00 Marés Vivas
21.40 Luzes da Ribalta
23.10 Informação
23.35 Major Dundee
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 3

Canal 1
08.00 Rua Sésamo
08.35 «Mad Dog Gang»
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Viajante do Tempo
14.30 Os Melhores Anos
15.00 Ponto por Ponto
15.45 Vizinhos
16.10 Arsène Lupin
17.05 Edera
18.10 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Com a Verdade M'Enganas
19.50 RTP/Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Campanha Eleitoral para o PE
21.00 Fera Ferida
22.00 Concurso «1, 2, 3»
23.45 24 Horas
00.25 Poltergeist II: O Outro Lado
(ver «Filmes na TV»)

TV 2
12.00 Infantil
12.50 A Natureza de Mitsuaki Iwago
13.45 Segredos do Mundo
14.05 Infantil
15.20 Com a Verdade M' Enganas
(ver «Filmes na TV»)
17.15 Tênis (Torneio de Roland Garros)
19.15 Andebol
21.00 Médicos Escritores Portugueses
21.30 Desenhos Animados
21.40 TV2 Jornal
22.10 RTP/Financial Times
22.20 Musical: Vitorino
23.20 Remate
23.50 Terra Mãe
01.00 Amazônia

SIC
12.05 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Perry Mason: «O Caso da Madame Assassina»
(ver «Filmes na TV»)
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 Paraíso
18.55 Praça Pública
19.30 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Sete à Sexta
21.15 Mulheres de Areia
22.15 Mini Chuva de Estrelas
23.00 Último Jornal
23.40 Os Donos da Bola
23.50 Playboy
00.50 Chame-me Mr. Brown
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO
12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Cresce e Aparece
13.20 Olá, Cristina!
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Encontro
15.20 Coisas de Família
15.50 Um Dia a Casa Cai
16.15 Animação
16.30 A Casa do Tio Carlos
17.20 Feita à Medida
17.35 Topázio
18.05 Morena Clara
18.30 Estrela
19.30 Informação Quatro
20.00 Marés Vivas
21.40 Luzes da Ribalta
23.10 Informação
23.35 Major Dundee
(ver «Filmes na TV»)

Sábado, 4

Canal 1
08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.20 Luta Livre Americana
13.00 Notícias
13.10 Parlamento
14.00 Clube Disney
15.25 Emoções Fortes
15.50 A Valsa do Imperador
(ver «Filmes na TV»)
17.30 Beverly Hills 90210
18.20 Made in Portugal
18.50 Palavra Puxa Palavra
19.45 Tototolo
20.00 Jornal de Sábado
20.30 Campanha Eleitoral para o PE
21.15 Na Paz dos Anjos
22.20 Parabéns
00.05 Alta Einaça
(ver «Filmes na TV»)
01.35 Seres no Espaço - II
(ver «Filmes na TV»)

TV 2
09.00 Universidade Aberta
12.00 David Copperfield
(ver «Filmes na TV»)
13.45 Tauromaquia
14.15 Musical: «Xutos e Pontapés - 15 Anos de Carreira»
15.05 Cabeça nas Nuvens
16.00 TV2 Desporto
21.00 De Lisboa, Com Amor
21.50 Desenhos Animados
22.05 Um Peso na Consciência
23.00 Bombardieiro
23.25 Sexualidades
00.25 L'Eclipse
(ver «Filmes na TV»)
02.25 Uma Questão de Consciência

SIC
11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 Vida Selvagem
14.30 O Campeão
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Tudo pelas Notícias
17.15 Obras em Casa
17.45 Bom Domingo
20.00 Jornal da Noite
20.40 Os Trapalhões
21.40 Labirinto
22.10 Luta de Gigantes
(ver «Filmes na TV»)
23.50 Último Jornal
00.10 O Detetive Americano
01.40 Fórmula Indy

QUATRO
08.00 Animação
10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Lassie
11.30 Proezas de Hollywood
12.00 Do Fundo do Coração
12.30 Contra-Ataque
14.00 Top 25
14.40 Estrela
17.40 Cantinflas
(ver «Filmes na TV»)
19.30 Informação Quatro
20.00 Marés Vivas
21.00 Especial Eleições
22.30 Grande Noite do Fado
(transm. directa do Coliseu dos Recreios)

Domingo, 5

Canal 1
08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.10 Top +
14.15 MacArthur, o General Rebelde
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Futebol: Final da Taça de Portugal
19.00 Eu Tenho Dois Amores
19.45 Joker
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Campanha Eleitoral para o PE
21.15 Casa Cheia
22.00 Na Paz dos Anjos
23.05 Sozinhos em Casa
23.35 Tramas de Seda
00.30 Uma Questão de Honra
(ver «Filmes na TV»)

TV 2
09.00 À Mão de Semear
09.25 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 70 x 7
11.00 Missa
11.50 Forum Musical
12.50 Regiões
14.00 TV2 Desporto
21.30 Um Peso na Consciência
22.45 Artes e Letras: «Júlio Sarmento»
23.45 «The Fire Next Time»
(ver «Filmes na TV»)

SIC
11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 Vida Selvagem
14.30 O Campeão
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Tudo pelas Notícias
17.15 Obras em Casa
17.45 Bom Domingo
20.00 Jornal da Noite
20.40 Os Trapalhões
21.40 Labirinto
22.10 Luta de Gigantes
(ver «Filmes na TV»)
23.50 Último Jornal
00.10 O Detetive Americano
01.40 Fórmula Indy

QUATRO
10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Animação
11.30 Informação Religiosa
12.00 Quatro Ventos
12.15 Missa
13.30 Coisas de Família
14.05 O Jogo do Ganso
17.30 Vamos ao Circo
18.30 Moda
19.00 Informação Especial
19.30 Informação
20.00 Marés Vivas
21.00 Trocado em Miúdos
21.30 O Turno da Noite
23.30 Futebol - Canadá-Brasil
01.15 Últimas Notícias

Segunda, 6

Canal 1
08.00 Rua Sésamo
08.30 Informação
08.35 Grandes Tormentos
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.00 Informação
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Viajante do Tempo
14.30 Os Melhores Anos
15.00 Ponto por Ponto
15.45 Vizinhos
16.15 Arsène Lupin
17.05 Edera
18.00 Caderno Diário
18.10 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Com a Verdade M'Enganas
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Campanha Eleitoral para o PE
21.05 Fera Ferida
22.00 Nico d'Obra
22.35 À Luz da Lei
23.40 O Guarda do Palácio
00.35 24 Horas
01.05 Paris Já Está a Arder?
(ver «Filmes na TV»)

TV 2
12.00 Infantil
12.55 Hotéis
13.45 Dramas Clássicos
14.35 Sobreviver
15.05 Infantil
16.10 Glória que Redime
(ver «Filmes na TV»)
17.50 Um, Dó, Lí, Tá
18.50 Sete Dias
19.40 Desaparecidos
20.15 28 Anos Depois
21.30 TV2 Jornal
22.10 Teatro: «O Misanthropo»
23.40 Remate
24.00 Um Ano em Grande
00.55 Amazônia
01.40 Magazine «Cinema»

SIC
12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Casa com uma Garota da Playboy
(ver «Filmes na TV»)
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 Paraíso
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.30 Europeias (Campanha Eleitoral)
21.10 Mulheres de Areia
22.10 Ora Bolas, Marina
22.40 Saltos Altos
(ver «Filmes na TV»)
00.40 Último Jornal
00.50 O Dia D
02.30 Desporto

QUATRO
12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Cresce e Aparece
13.20 Olá, Cristina!
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Encontro
15.50 Um Dia a Casa Cai
16.25 A Casa do Tio Carlos
17.15 Feita à Medida
17.40 Topázio
18.05 Morena Clara
18.30 Estrela
19.30 Informação Quatro + Especial Dia D
20.30 Fortitude - O Fim da Inocência
23.30 Informação
00.25 Desporto
01.00 Estação do Oriente

Terça, 7

Canal 1
08.00 Rua Sésamo
08.30 Informação
08.35 Um Rapaz e o Mundo
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Viajante do Tempo
14.30 Os Melhores Anos
15.00 Ponto por Ponto
15.45 Vizinhos
16.15 Arsène Lupin
17.00 Edera
18.05 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Com a Verdade M'Enganas
19.50 RTP-Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Campanha Eleitoral para o PE
21.05 Fera Ferida
22.00 Nico d'Obra
22.35 À Luz da Lei
23.40 O Guarda do Palácio
00.35 24 Horas
01.15 Shatter
(ver «Filmes na TV»)

TV 2
12.00 Infantil
12.50 Para Além do Ano 2000
13.45 Dossier Terra
14.15 Infantil
15.20 As Grandes Manobras
(ver «Filmes na TV»)
17.15 Andebol
19.00 Sete Vidas
19.50 Magazine «Viver com Saúde»
20.15 Rotações
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP/Financial Times
22.10 Se a Gente Soubesse
22.30 A Última Sessão
(ver «Filmes na TV»)
00.25 Remate
00.45 O Mestre e Margarida
01.40 Amazônia

SIC
12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Primeiro e Prima
(ver «Filmes na TV»)
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 Paraíso
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.30 Europeias
21.10 Mulheres de Areia
22.10 Perdoa-me
23.00 20 Anos - 20 Nomes
00.05 Último Jornal
00.25 Os Donos da Bola
00.35 A Família do Senador
01.05 O Detetive Americano

QUATRO
12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Cresce e Aparece
13.20 Olá, Cristina!
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Encontro
15.50 Um Dia a Casa Cai
16.25 A Casa do Tio Carlos
17.20 Feita à Medida
17.45 Topázio
18.05 Morena Clara
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 Marés Vivas
21.00 Visto Isto
21.30 Queridos Inimigos
23.30 Informação
23.55 Anúncios do Outro Mundo
00.25 Europa: Que Presente?

Quarta, 8

Canal 1
08.00 Rua Sésamo
08.30 Informação
08.35 Um Rapaz e o Mundo
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Viajante do Tempo
14.30 Os Melhores Anos
15.00 Ponto por Ponto
15.45 Vizinhos
16.10 Arsène Lupin
17.05 Edera
18.00 Caderno Diário
18.10 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Com a Verdade M'Enganas
19.50 RTP-Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Campanha Eleitoral para o PE
21.05 Fera Ferida
22.00 Vamos Jogar no Totobola
22.10 A Fúria do Último Escuteiro
(ver «Filmes na TV»)
23.55 24 Horas
00.35 «Trough Naked Eyes»
(ver «Filmes na TV»)

TV 2
12.00 Infantil
12.55 Histórias de Ópera
13.45 O Mar e a Terra
14.15 Infantil
15.30 O Castelo de Dragonwick
(ver «Filmes na TV»)
17.15 Andebol
19.00 Sete Vidas
19.50 Realce
20.15 Cercado de Balas
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP/Financial Times
22.10 Grande Noite
23.10 Remate
23.20 Quem Fala Assim
00.15 Amazônia
01.00 Magazine «Ver Artes»

SIC
12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Adolescentes
(ver «Filmes na TV»)
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 Paraíso
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.30 Europeias
21.10 Mulheres de Areia
22.10 Perdoa-me
23.10 A Brincar, a Brincar
23.40 Sim, Sr. Ministro
00.15 Último Jornal
00.35 Os Donos da Bola
00.45 O Detetive Americano

QUATRO
12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Cresce e Aparece
13.20 Olá, Cristina!
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.20 Animação
15.50 Um Dia a Casa Cai
16.25 A Casa do Tio Carlos
17.15 Feita à Medida
17.45 Topázio
18.05 Morena Clara
18.25 Estrela
19.30 Informação Quatro
20.00 Visto Isto
20.30 O Dia Mais Longo
(ver «Filmes na TV»)
24.00 Informação
00.25 Telemotor



Sonhos Desfeitos

## Por isto e por aquilo...

### Com a Verdade me Enganas (Sexta, 15.20, TV 2)

Com duas versões anteriores (1925 e 1929) e uma adaptação, falhada como *comédia* musical, datada de 1953, o enredo deste filme é típico das comédias *screwball* à boa velha maneira de Hollywood: um casal que se divorcia, envereda pelas hipóteses de outras ligações amorosas, que cada um procura sabotar, ambos acabando por recair nos braços um do outro. Simplesmente, neste caso, o realizador Leo McCarey é um dos melhores especialistas do género - e o filme, que se transformou num modelo neste domínio, tem a servi-lo um par de intérpretes de fina água: Cary Grant e Irene Dune, que dão vida a uma série de sequências de antologia. McCarey foi premiado com um justo Oscar para a Melhor Realização.

### Major Dundee (Sexta, 00.00, Quatro)

A história deste *western* está situada nos finais da Guerra da Secessão, quando o nortista Major Dundee decide perseguir em território mexicano os índios Apache (sempre os «maus da fita...»), acusados de impiedosos massacres, acabando por exterminá-los mas tendo de se haver, depois, com as tropas francesas. O filme sofre da sua desmesurada duração e, ainda, da expressão de ódio que por todo o lado transpira: dos sulistas face aos negros, dos nortistas face aos Apaches, dos mexicanos face aos franceses. Como de costume, é a violência que campeia neste filme de Sam Peckinpah (um reputado especialista no género), mas o realizador acabou por renegar o filme, vítima das imposições de cortes feitas pela Columbia na montagem final.

### David Copperfield (Sábado, 12.00, TV 2)

Longe, bem longe, da versão-referência de David Lean, esta adaptação para a televisão da obra de Charles Dickens (realizada por Delbert Mann, um cineasta oficial especialista em lacrimajantes melodramas de faca e alguidar) deixa muito a desejar, embora os seus intérpretes, saídos da melhor nata do teatro britânico, façam os possíveis e impossíveis por lhe dar algum crédito.

### A Valsa do Imperador (Sábado, 15.50, Canal 1)

Também transmitido neste sábado, o falhanço deste outro filme é bem mais doloroso, já que foi realizado por um mestre como Billy Wilder. E, como bem observa o crítico Guy Bellinger, ficamos sem perceber o que animou o cineasta à realização deste filme: se o prestar homenagem ao mestre da opereta satírica, que foi Lubitch, se gozar com a ideia do Velho Mundo, cara a Hollywood, se apenas mostrar-nos belos cenários e figurinos em esplendoroso Technicolor... Em qualquer dos casos, *A Valsa do Imperador* é um dos filmes menos interessantes de Wilder.

### O Eclipse (Sábado, 00.25, TV 2)

Confrontada com a desilusão da mediocridade, uma mulher rompe com o seu amante e, pretendendo ultrapassar a solidão e o desespero, procura (junto de outro homem que encontra nos acasos do seu percurso) reaprender a amar. Até que esse ilusório e momentâneo aconchego se transforma em nova desilusão - que de novo desemboca na solidão experimentada e vivida no decurso de uma noite de Verão na cidade vazia e silenciosa, de vez em quando invadida pelos ruídos da natureza, outrora imperceptíveis. Um filme sensível e sublime de um grande realizador europeu - Michelangelo Antonioni - que vem completar a sua trilogia iniciada com *A Aventura* e continuada com *A Noite*. Com a sempre espendorosa Monica Vitti.

Com a mesma abordagem, de vez em quando invadida pelos ruídos da natureza, outrora imperceptíveis. Um filme sensível e sublime de um grande realizador europeu - Michelangelo Antonioni - que vem completar a sua trilogia iniciada com *A Aventura* e continuada com *A Noite*. Com a sempre espendorosa Monica Vitti.

### Glória que Redime (Segunda, 16.10, TV 2)

Se *O Eclipse* vem constituir como que uma pausa numa série de filmes que desiludem, com *Glória que Redime* voltamos às obras menos felizes de cineastas estimáveis. Aqui é Raoul Walsh que aborda, num filme datado de 1937, a história de um *gangster* americano que se redime do seu passado ao integrar-se no exército britânico para lutar, na China, contra os bandidos. Os principais papéis estão a cargo de Wallace Ford e John Mills.

### Paris Já Está a Arder? (Segunda, 01.05, Canal 1)

Realizado em 1965 pelo grande realizador francês René Clément, numa coprodução da França e dos EUA, *Paris Já Está a Arder?* é um dos filmes com que as nossas televisões assinalam o 50.º aniversário do Dia D durante a II Guerra Mundial. Com argumento assinado por Gore Vidal e Francis Ford Coppola, a partir do conhecido roman-



Cary Grant e Irene Dune, em «Com a Verdade me Enganas», uma comédia de Leo McCarey.

ce de Larry Collins e Dominique Lapierre, o filme adopta o estilo do pseudodocumentário e foca a Libertação de Paris e as derradeiras tentativas do ocupante nazi para incendiar a cidade. Mas nem mesmo a participação de um tão grande e notável grupo de grandes intérpretes e vedetas chega para que o filme atinja um nível que ultrapasse o do simples e apenas mediano espectáculo.

### As Grandes Manobras (Terça, 15.20, TV 2)

Pelo contrário, a participação de dois dos mais sublimes intérpretes do cinema francês - Gérard Philipe e Michèle Morgan - não servem ao realizador deste filme, mestre René Clair, como uma espécie de *chamariz* para salvar uma qualquer obra menos bem estruturada. Trata-se, mesmo, de uma das *obra-primas* do grande mestre francês, em que a delicadeza de estilo primorosamente funciona como elo de ligação entre a superficialidade e a emoção, a ligeireza e a melancolia,



Monica Vitti, intérprete principal de «O Eclipse», de Michelangelo Antonioni

a comédia e o drama, ao contar-nos em grande cinema a história de um tenente que, nas vésperas da guerra de 14-18, numa pequena cidade francesa, partindo de um mero jogo de sedução, acaba por se prender de amores por uma mulher.

### A Última Sessão (Terça, 22.30, TV 2)

Sem dúvida que, além de *O Eclipse*, esta obra de Peter Bogdanovich é um dos dois melhores filmes da semana. E, no entanto, esta história que aborda a problemática, vivida por dois adolescentes, de como crescer para a vida numa pequena cidade do Texas perdida nos confins do deserto, nos anos 50, poderia arriscar-se a descambar para o estilo dos piores e mais banais *televídeos*. Tal não é o caso porque as personagens vazias de sentido e de perspectivas (que não sejam ir combater para a Coreia) dos dois jovens e dos que os rodeiam são-nos dadas por Bogdanovich com tal intensidade e compreensão que, aqui, nesta história de tédio existencial, álcool e sexo, o realizador se afasta resolutamente, pela sua crueza, da tradicional tendência para a constante homenagem a Hollywood e ao cinema clássico do passado. A crua fotografia a preto-e-branco, sempre explorando o jogo das silhuetas, é de Robert Surtees e as interpretações de primeiro plano são verdadeiramente esmagadoras.

### Adolescentes (Quarta, 14.15, SIC)

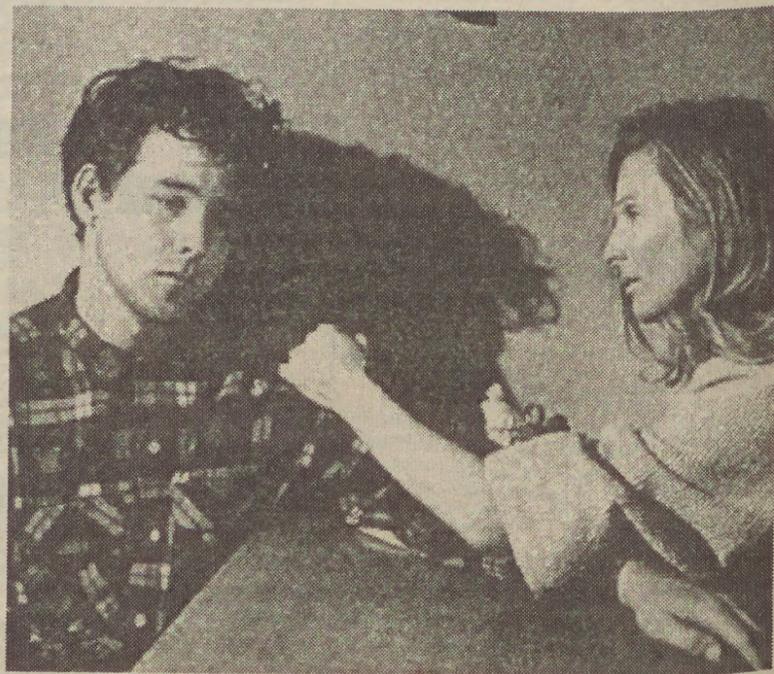
A história deste delicioso filme passa-se nos subúrbios de Glasgow, onde um punhado de gente nova sofre da doença de ter à volta de dezasseis anos e interrogar-se sobre o que é ser-se feliz, designadamente no campo do amor... Entre eles, está um jovem rapaz que se defronta, ainda, com a extrema dificuldade para jogar futebol com os colegas e que, face à sua desajeitada tendência para a incapacidade futebolística, é substituído por uma jovem rapariga (!), por quem se apaixonou perdidamente... Realizado por Bill Forsyth, cineasta escocês diplomado pela National Film School, de Londres, *Adolescentes* é um filme extremamente sensível, que nos dispõe bem e nos reconcilia com as pessoas, e que a SIC faria bem melhor em transmitir a horas decentes (em que privilegia «indecências-rasca» de vários tipos), em vez de o esconder num período da emissão absolutamente impensável.

### O Castelo de Dragonwyck (Quarta, 15.30, TV 2)

Miranda Wells, filha de uns lavradores, é chamada ao castelo de Dragonwyck onde Nicholas Van Ryn, um parente afastado de sua mãe, vive com a mulher, gravemente doente, e com uma filha pequena de que Miranda é suposto vir a tomar conta. Mas esta apaixonou-se pelo dono do castelo e, quando a mulher morre, casa-se com ele. E tudo se passa no melhor dos mundos até à tragédia da morte do bebé, fruto deste novo casamento. É então que Nicholas se transforma (ou revela a sua verdadeira face), culpando-a de não lhe ter dado o filho varão por que ansiava; mas Miranda descobre que o marido assassinara a sua anterior mulher e procura, agora, acabar com a sua própria vida... Estreia de Mankiewicz no cinema, *O Castelo de Dragonwyck* é um *thriller gótico*, não totalmente bem sucedido, mas a que a doçura de Gene Tierney e a presença inquietante de Vincent Price vêm trazer as necessárias virtudes.

### O Dia Mais Longo (Quarta, 21.30, Quatro)

Realizado por três cineastas (Kenn Annakin, Andrew Martin e Bernard Wicki) e povoado por uma autêntica legião de vedetas do *écran*, esta superprodução americana é um dos «épicos» da II Guerra Mundial de maior sucesso junto do público e debruça-se sobre os pre-



Uma fotograma de «A Última Sessão», de Peter Bogdanovich

parativos e o desenrolar do desembarque na Normandia em 6 de Junho de 1944. Rodado em «preto-e-branco» (como seria de esperar para um filme de guerra, temática que sempre se deu mal com a «côr»), a versão que nos é proposta pela Quatro foi, entretanto, submetida ao cruel tratamento da «colorização» por computador. Isso não impede que, com a devida manipulação dos botões do televisor, se aprecie este verdadeiro espectáculo que, não sendo naturalmente uma peça cinematográfica indispensável, apresenta sequências bem espectaculares - sobretudo as que foram imaginadas pelo britânico Kenn Annakin, que se dedicou à cobertura do lançamento dos pára-quedistas do *Special Air Service*, encarregados de preparar o terreno.

### A Fúria do Último Escuteiro (Quarta, 22.15, Canal 1)

Pretendendo tomar-se por um produto que antecipadamente advinha - e, portanto, pretende corresponder - ao chamado gosto do «grande público» (gosto que, entretanto, sem o menor escrúpulo, vai sendo pelos mais variadíssimos meios laboriosamente moldado para que a recepção por parte deste se processe com a maior «naturalidade»), *A Fúria do Último Escuteiro* é um filme de extrema violência e cinismo, construído com o desonesto alibi de contar com uma grande vedeta - Bruce Willis - como principal chamariz. Produzido por Joe Silver, um especialista em filmes cujo único móbil é chafurdarem na degradação e na violência face às mulheres e às crianças, o filme é mais uma peça sinistra na «guerra de audiências», no campo do cinema e da televisão, um vômito nojento, uma grosseria sem par, um produto impossível de aceitar num «serviço público» de televisão minimamente digno - o que, como quotidianamente se comprova, cada vez menos é a RTP.

# Os outros “Reality Shows”

É fácil, é barato e dá milhões. Não estou a falar do Totoloto que, se bem me lembro, há tempos usou esta frase ou outra muito parecida para se publicitar: estou a falar dos «reality shows», invenção norte-americana para a Televisão, agora adoptada pela generalidade das TV's porque é produto com custos relativamente baixos, sem grandes exigências técnicas e que

se «vende» bem, isto é, que atrai audiências. E, como se sabe, quem diz «audiências» diz «publicidade», isto é, dinheiro. Que é o qu'int'ressa, como bem se sabe, nos mundos que vão correndo. Bem se pressente para onde. É fácil porque o «reality show» aproveita-se de diversos factores que seria complicado conseguir se se tratasse de ficção: efabulação, décors, encenações, muitos outros mais, tudo fica a cargo da própria realidade que não leva nada por isso, que por vezes até está disposta a pagar para ser, afinal, pilhada em favor da televisão. É barato porque, para além das substanciais economias de autor, nem sequer é necessária a deslocação de grandes meios técnicos para a recolha de imagens e som. Dá milhões pelo que já foi dito: estar no alto dos «tops» de audiometria é o mais santo dos remédios para a anemia crónica que aflige os «cash-flows» dos operadores de TV.

## ■ Correia da Fonseca

imoral: a devassa de situações e sentimentos do estrito foro privado, íntimo, «remunerada» com a gloriuzinha efémera de por minutos «ir à televisão» e ser a vedeta canhestra e por vezes ridícula do seu próprio caso. Não é preciso forçar muito as palavras para dizer que uma situação destas faz inevitavelmente pensar numa forma «soft» de prostituição em que a TV desempenha o papel de proxeneta. E, no mínimo, ficar triste por isso.

Por vezes, a situação agrava-se. Num admirável texto recentemente publicado no «Público», Leonor Pinhão dava conta da indignidade que impregnara dois momentos de Televisão integráveis na onda de «reality shows», acontecendo até que um deles, incluído na rubrica «Casos de polícia», marcou um «pico» de audiência que a SIC festejara com champanhe. Era a jornalista a provar, exibindo factos, que na óptica com que esta Televisão maneja a realidade como matéria-prima do seu negócio não apenas vale tudo, o que já seria mau, como vale principalmente o pior, o mais degradado e degradante, pois o público está longamente amestrado para o preferir e acorrer em massa à exibição de aleijões e nójos. Para que, democraticamente, o «mercado» viabilize economicamente a(s) TV(s) privadas.

## Uma questão de projectos

Contudo, é claro que a realidade é mais ampla e mais profunda que o caudal por vezes fétido, mas sempre superficial, que alimenta os «reality shows» que a Televisão está a propor-nos. Por outras palavras: é claro que não apenas há lugar na TV para a realidade como é certo que o realismo é uma exigência profunda dos homens, dos telespectadores. A questão reside, pois, nos critérios de abordagem, nas prioridades, nos objectivos. Se uma estação de TV escolhe cobrar uns patacos em troca



## A apetência do real

Entre nós, os «reality shows» consubstanciam-se em diversos títulos: «Perdoa-me», «Cenas de um casamento», «Casos de Polícia», e também «O Juiz decide» e até rubricas como «Isto só vídeo», «Os Inocentes» e «Minas e Armadilhas». Fundamentalmente, caracterizam-se por se basearem naquilo que, usando um velho título das Selecções do Reader's Digest, se designaria por «flagrantes da vida real». Por vezes, convenientemente retocados ou arranjados pela intervenção da própria TV: é o caso dos diferentes programas de «apanhados» onde, contudo, a reacção dos que se deixam enganar pelo logro armado é autêntica e espontânea, nisso residindo o interesse central das rubricas. Nos exemplos mais «puros», a intervenção da TV é mínima, posterior ao essencial e, por vezes, pretensamente nenhuma para além do mero acto de reportar o acontecido. Qualquer que seja o alegado grau de autenticidade, porém, o grande interesse do género é a suposta ou real troca de faz-de-conta das séries e telenovelas pela vida-de-

verdade que a TV vai supostamente buscar para trazer a nossas casas. E isto é importante.

De facto, a grande estratégia dos «reality shows» assenta em qualquer coisa que muita gente anda empenhada em recusar, há anos e anos: a apetência da generalidade do público pelo que ocorre na vida real. Isto é: a necessidade vital de realismo na dieta cultural dos povos.

## Um tráfico imoral

Chegados a este ponto, poderíamos supor que os «reality shows» são apenas uma forma pobre de realismo, o que não deixa aliás de ser verdade, e então seria talvez um excesso de virtude a reprovação suscitada pelo objectivo de lucro que é o motor da presença do género na(s) TV(s). A questão é que há outros aspectos. Por exemplo: é óbvio que em rubricas como «Perdoa-me» e «Cenas de um casamento», mais naquela que nesta, está subjacente um tráfico profundamente

da sua própria honra (se é que ainda tem ideia do que isso seja, o que é duvidoso), parte para grandes planos da braguilha de uma criança de nove anos. Se está interessada em servir a comunidade em que se insere e que afinal a paga (mesmo através das receitas publicitárias), prefere outros projectos na certeza de que, com sabedoria e talento, é perfeitamente possível conciliar a utilidade social com a apaixonada atenção das teleplateias. Há precedentes abundantes, há provas. É certo.

É neste quadro que emerge a possibilidade, e até a necessidade, do realismo consubstanciado noutra forma de «reality shows» que nem sequer precisam de, franciscanamente, se alhearem da necessidade de serem economicamente rendáveis. Que talvez apenas precisem de, além de manterem um respeito mínimo pelo material humano de que se servem, partirem depois para o apuramento, um pouco a montante do acontecimento, das causas que o explicam. E, a virtual jusante, talvez da indicação do que é preciso fazer para que, um dia, os «reality shows» sejam outros: mais limpos, mais sérios, menos deprimentes. E o público, até certo ponto também outro, goste de os ver.

# de FOICE

## Discordâncias

O norte-americano Noam Chomsky esteve a semana passada em Lisboa para discutir "a política e os media". O auditório da Torre do Tombo, onde decorreu a iniciativa, encheu-se para ouvir o linguísta americano falar sem papas na língua sobre a mentira generalizada que os media submetem o público, as conviências dos órgãos de comunicação social com o poder político e económico, a manipulação da opinião pública ao sabor dos interesses da classe dominante, a paródia de um sistema dito democrático que exclui a maioria dos cidadãos.

Chomsky falou dos Estados Unidos, a realidade que melhor conhece, mas não deixou de fazer a ponte com a Europa, onde as coisas não são assim tão diferentes, ou não fossem os media europeus seguidores atentos dos seus congéneres do outro lado do mar.

Na memória de todos estão bem presentes casos como a guerra do Golfo, o desembarque na Somália, a intervenção na Bósnia ou até o anúncio da morte de Jacqueline Kennedy, servidos em doses maciças para americano ver e repetidas à exaustão para europeu consumir, numa orquestrada campanha para legitimar os EUA como polícias do mundo ou transformar uma mulher que não passou de uma anfitriã de luxo num modelo universal.

Para Chomsky, os media, directamente dependentes dos poderes político e económico ou com eles convivendo em ineludível promiscuidade, estão cada vez mais longe do que deveria ser o seu papel - formar e informar com verdade, isenção e pluralismo - e cada vez mais se prestam ao perigoso jogo de impor uma verdade oficial. O caso de Itália, com o patrão dos media Berlusconi a chegar ao Poder e a abrir as portas do mesmo aos neonazis, aí está para o provar. Mas nem é preciso ir tão longe para perceber a profunda verdade das incómodas palavras de Chomsky. Basta olhar para o que se passa cá pelo burgo, com particular destaque para a televisão. Depois do branqueamento do fascismo e da absolvição dos pides, o canal de Pinto Balsemão (só para citar um exemplo) está agora a 'julgar' algumas das personagens que marcaram a vida política nacional nos últimos vinte anos. A tarefa foi entregue a Miguel Sousa Tavares - o mesmo MST que num artigo de mais de meia página no Público não ocupou mais de três linhas a lamentar a ausência do pai para condenar os pides e em artigo de página inteira não se cansou de louvar as intervenções militares norte-americanas - que a semana passada a entrevistar (?) Vasco Gonçalves se revelou incapaz de perceber a importância de um bife, ou de um pão com manteiga, ou do direito ao trabalho, ou de um salário mínimo, ou do direito a férias, ou da própria dignidade humana, para a grande maioria da população portuguesa que ao contrário dele não teve a 'sorte' de nascer em casa abastada ou remediada que fosse. A forma como MST acabou o 'juízo' de Vasco Gonçalves - «não se arrepende de nada? não? então obrigado, boa noite», seguindo-se a canção de Piaf, traduzida, «não me arrependo de nada» - de uma agressividade a todos os títulos condenável, dispensa comentários.

MST esteve no debate com Chomsky. Foi lá dizer que discordou de «quase tudo». Nem outra coisa seria de se esperar. Há quem, quando a imagem reflectida no espelho não agrada, opte por partir o espelho. Como se isso mudasse a imagem!

■ AF

## Linha de Sintra Horário nocturno reforçado

Os utentes da Linha de Sintra voltam a dispor de mais dois comboios no período da noite e de um horário mais alargado, anunciou a respectiva Comissão, num comunicado em que se congratula com a rectificação de uma medida que durante quase um ano penalizou quantos a utilizam.

Convocada pela CP, a Comissão de Utentes da Linha de Sintra reuniu com o presidente do Conselho de Gerência daquela empresa, Pedro Dias, que lhes comunicou a reposição de dois comboios no período nocturno, com saída da estação do Rossio (23.45h e 00.45h), e o alargamento do horário do Terminal da 5 de Outubro, cujo encerramento deixa de ser às 20.50h para passar a ser às 00.04h.

A Comissão recorda que a redução dos horários nocturnos, tomada pela anterior administração da CP, prejudicou seriamente a vida dos utentes da Linha durante quase um ano, e foi corrigida graças ao empenho

não só da Comissão como ao envolvimento dos utentes numa



A nova administração da CP parece ter sido sensível aos argumentos da Comissão de Utentes da Linha de Sintra

acção que permitiu a recolha de 3600 assinaturas de protesto contra aquela medida.

No seu comunicado, a Comissão informa ainda ter solicitado à presidente da Câmara Municipal de Sintra, Edite Estrela, apoio para levar a bom termo o esforço pela melhoria da prestação da qua-

lidade do serviço ferroviário da Linha de Sintra. A responsável autárquica "revelou total disponibilidade de envolvimento nesta acção", refere o comunicado.

## Loures rejeita acusações de Manuela Leite

A Câmara Municipal de Loures rejeitou as acusações da ministra da Educação, Manuela Leite, feitas na Assembleia da República, segundo as quais o Município se tem recusado a cooperar com aquele Ministério. Recusando em definitivo a veracidade das acusações, a CML considera que as mesmas só podem ter sido feitas "com a intenção de escamotear a reali-

dade dos factos, totalmente inversa à anunciada, ou por falta de informação deste membro do Governo".

Em comunicado do seu gabinete de imprensa, a CML afirma que há muito que o executivo camarário vem alertando o ME para a carência de equipamento

escolar e desportivo no concelho, e salienta que, "através de positiva cooperação, foram construídos nos últimos três anos, em terrenos cedidos pelo Município, dois pavilhões polidesportivos - Loures e S. João da Talha - e três escolas secundárias (Stº António dos Cavaleiros, Arroja e Camarate). Ainda dentro do mesmo espírito, a Câmara cedeu ao ME terrenos

"para a construção de cerca de quinze estabelecimentos escolares", no valor estimado de "três milhões de contos".

A perplexidade da CML face às declarações da ministra, refere ainda o comunicado, é tanto maior quanto, após reunião entre o Presidente da Câmara e o Director Regional de Educação de Lisboa, Cruz Pereira, a autarquia se disponibilizou a indicar

três terrenos para a construção de mais uma escola secundária na Zona Oriental do concelho, bem como a participar em 30% no processo global da respectiva construção.

A visita dos técnicos do Ministério e da CML aos terrenos indicados, sublinha a informa-

ção, realizou-se em Março último. Desde então, do ME "nada mais chegou à Câmara do que um silêncio prolongado, que culminou nas acusações inverídicas da srª ministra da Educação" na Assembleia da República.

Face ao exposto, a CML "não pode deixar de considerar que as declarações ministeriais eivam de má-fé".

**A Câmara de Loures acusa a ministra de «má-fé». A edilidade indicou em Março três novos terrenos para a construção de uma escola secundária e prometeu mesmo pagar parte das obras. O silêncio foi a resposta do Ministério.**

## Henrique de Sousa visita Cuba e Nicarágua

Henrique de Sousa, do Secretariado do Comité Central, realizou, em representação do PCP, uma visita a Cuba e à Nicarágua, entre 15 e 26 de Maio. Em Cuba, onde se deslocou a convite do PCC, teve várias reuniões de trabalho e informação com responsáveis da Secção Internacional do PCC, em que foram especialmente examinados aspectos relativos à campanha de solidariedade com Cuba, a realizar na próxima Festa do «Avante!», e quanto à representação cubana nesta iniciativa.

Realizou também um intenso programa de contactos e informação com dirigentes partidários, sindicais e responsáveis pela actividade produtiva, abarcando diversos aspectos da realidade cubana, que permitiram ao PCP colher uma informação actualizada sobre a difícil situação de Cuba e a grandeza do esforço e do sacrifício dos comunistas e dos trabalhadores cubanos na defesa do socialismo e da pátria cubana e na superação das dificuldades impostas pelo ilegítimo bloqueio norte-americano.

Neste quadro, foi recebido pelo vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembleia Popular, deslocou-se a uma zona de produção agrícola da província de La Habana, participou numa assembleia de trabalhadores na empresa gráfica «Federico Engels», visitou o Centro de Engenharia Genética e Biotecnologia, foi recebido pelo director da Escola Superior do Partido e teve uma reunião com o director e investigadores do Centro de Estudos Europeus.

Na Nicarágua, Henrique de Sousa assistiu, a convite da FSLN, ao respectivo Congresso Extraordinário, cujas conclusões confirmaram a FSLN como importante força de esquerda e progressista. Henrique de Sousa teve ainda uma reunião de informação com responsáveis do respectivo Departamento de Relações Exteriores e um encontro, após o Congresso, com o Secretário-Geral eleito, comandante Daniel Ortega, durante o qual, além da informação mútua sobre diferentes aspectos da situação na Nicarágua e em Portugal e na Europa, foram também examinadas medidas concretas para promover a cooperação entre o PCP e a FSLN no quadro das fraternais relações existentes.

